

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS

CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL POR EXTENSIONISTAS DO AMAZONAS

MANAUS

2019

DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS

CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL POR EXTENSIONISTAS DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na linha Processos Psicossociais, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare.

Apoio Financeiro: Bolsa FAPEAM.

ORIENTADOR: MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237c Santos, Dayana Kellen Onofre dos
Concepções de extensão rural por extensionistas do Amazonas /
Dayana Kellen Onofre dos Santos. 2019
106 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Coorientador: Fernando Pablo Landdini
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Psicologia Social. 2. Extensionismo rural. 3. Concepções . 4.
Amazonas. I. Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS

"Concepção de extensão rural por extensionistas do Amazonas."

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de Processos Psicossociais.

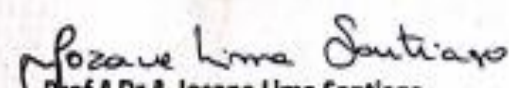
Aprovado em 03 de dezembro de 2019.



BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguiar Calegare
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof.ª Dr.ª Gisele Cristina Resende
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof.ª Dr.ª Josane Lima Santiago
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar, do qual dependo incondicionalmente todos os dias, pela energia vital, inteligência, tempo, proteção e provisão.

Ao meu esposo Keldo, pelo apoio e suporte emocional que me favoreceu de maneira fundamental para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador Dr. Marcelo Calegare pelos constantes ensinamentos e acompanhamento em todo este processo de aprendizagem. Também pelos incentivos a publicação de artigos, as diárias subsidiadas pelo programa para participação em congressos nacionais e internacionais, o que me agregou conhecimento e riquíssima bagagem cultural.

Ao meu coorientador Dr. Fernando Landini, pela parceria acadêmica e oportunidade em colaborar com esta temática. E por todo o auxílio necessário no decorrer da pesquisa.

A professora Dr.^a Josane Santiago, pelas aulas e todo material sobre extensão rural, e toda a colaboração que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Ao professor Dr. Antônio Roazzi pelo auxílio na análise de dados.

Aos colegas do LABINS que auxiliaram na discussão da temática e contribuíram grandemente ao longo dessa jornada acadêmica.

Às instituições: IDAM, REMA e NUSEC pelo apoio a pesquisa, como também a todos os extensionistas que tiraram um tempo para responder ao questionário.

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de aprimoramento.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio de bolsa concedida.

RESUMO

A extensão rural, como atividade prática de técnicas na agropecuária, constitui um importante eixo para o entender o mundo rural atual. O estado do Amazonas possui muitos produtores rurais em todos os municípios, demandando trabalho de extensão rural. Diante disso, nosso objetivo geral foi: descrever e compreender as concepções de extensão rural dos extensionistas amazonenses. Objetivos específicos: (1) Caracterizar as instituições (universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais autônomos e ONGs) que realizam extensão rural no Amazonas. (2) Traduzir questionário do espanhol para o português, e aplicá-lo. (3) Identificar e discutir as concepções de extensão rural dos extensionista. Esta pesquisa foi do tipo quantitativa e o instrumento foi um questionário online, composto por perguntas sociodemográficas e relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e pela escala Crenças sobre a Extensão e Escala de Inovação (Likert). Participaram 60 extensionistas, na faixa de idade entre 25 e 66 anos, sendo 23% de mulheres e 77% homens, de 9 instituições que trabalham direta e indiretamente com ATER no Amazonas. Utilizamos o software SPSS para a organização e análise de dados, usamos a medida de tendência central para caracterizar as concepções de ATER, aplicamos a correlação de Spearman para avaliar a validade do instrumento, quanto a análise de fidedignidade foi feita pelo Alfa de Cronbach. Os resultados indicaram cinco dimensões da concepção extensionista no Amazonas: 1) *Difusionista* $M = 3,52$ ($DP = 0,59$); 2) *Dialógica* $M = 4,41$ ($DP = 0,35$); 3) *Culpabilização do produtor* $M = 3,50$ ($DP = 0,63$); 4) *Atitude autocrítica* $M = 3,90$ ($DP = 0,59$); 5) *Participativa* $M = 4,12$ ($DP = 0,35$). O perfil de concepção que caracteriza a amostra, pela média mais alta foi a *dialógica*. Essa dimensão concebe a extensão rural e a inovação como processos coconstruídos, nas diversas situações nas quais diferentes atores dialogam, interagem e trabalham juntos de maneira horizontal para alcançar fins diferentes. Os testes de correlação confirmaram os dados da escala Likert, mostrando que a concepção predominante dos extensionistas nesta amostra é dialógica. Com relação às preferências e uso de trabalhos ou níveis de ação priorizados, os extensionistas usam o trabalho a nível individual mais do que preferem, e preferem meios de comunicação mais do que o utilizam. Quanto à identidade profissional como técnico ATER: mulheres extensionistas atribuíram à ATER como principal papel levar melhoria à qualidade de vida dos produtores rurais através do acesso a serviços básicos; para os homens outros objetivos referentes à assessoria técnica pontual receberam porcentagens equivalentes. Isso indica uma dualidade entre assistência técnica pontual e a necessidade de extensão como prática educativa no campo. Os extensionistas também responderam que sua orientação produtiva é decididamente a agricultura convencional moderna, e o de sua instituição é percebida como intermediária, mas com tendências à agricultura convencional moderna. Concluímos que por envolver processos de aprendizagem, educativos, grupais e interação social entre diferentes atores, as Psicologias possuem ricas contribuições para as questões do extensionismo rural, especialmente na região amazônica, por configurar um contexto plural, tanto em relação ao ambiente quanto a questão social.

Palavras-chaves: Psicologia Social; Extensionismo Rural; Concepções; Amazonas.

ABSTRACT

Rural extension, as a practical activity of agricultural techniques, is an important axis for understanding the current rural world. The state of Amazonas has many rural producers in all municipalities, demanding rural extension work. Given this, our general objective was: to describe and understand the concepts of rural extension of Amazonian extensionists. Specific Objectives: (1) Map the institutions (universities, government agencies, autonomous social movements and NGOs) that perform rural extension in Amazonas. (2) Translate questionnaire from Spanish to Portuguese and apply it. (3) Identify and discuss extensionist conceptions of rural extension. This was a quantitative research and the instrument was an online questionnaire, consisting of sociodemographic questions related to Technical Assistance and Rural Extension (ATER), and the Beliefs on Extension and Innovation Scale (Likert). Sixty extensionists from 25 to 66 years old participated, being 23% women and 77% men, from 9 institutions that work directly and indirectly with RETA in Amazonas. We use the central tendency measure to characterize the ATER conceptions, we apply the Spearman correlation to evaluate the instrument validity, as the reliability analysis was done by Cronbach's alpha. The results indicated five dimensions of the extensionist conception in Amazonas: 1) Diffusionist $M = 3.52$ ($SD = 0.59$); 2) Dialogical $M = 4.41$ ($SD = 0.35$); 3) Producer blaming $M = 3.50$ ($SD = 0.63$); 4) Self-critical attitude $M = 3.90$ ($SD = 0.59$); 5) Participatory $M = 4.12$ ($SD = 0.35$). The profile that characterizes the sample by the highest average was the dialogical one. This dimension conceives rural extension and innovation as co-constructed processes, in the different situations in which different actors dialogue, interact and work together horizontally to achieve different ends. Correlation tests confirmed the Likert scale data, showing that the predominant conception of extensionists in this sample is dialogic. With regard to preferences and use of jobs or prioritized action levels, extensionists use work at the individual level more than they prefer and prefer medias rather than use it. Regarding professional identity as a technician RETA: women extensionists have assigned RETA as their primary role in improving the quality of life of farmers through access to basic services; for men, other objectives related to specific technical assistance received equivalent percentages. This indicates a duality between a punctual technical assistance and the need for extension as an educational practice in the field. The extensionists also responded that their productive orientation is decidedly modern conventional agriculture, and that of their institution is perceived as intermediate but with tendencies to modern conventional agriculture. We conclude that because it involves learning, educational, group processes and social interaction between different actors, Psychologies have rich contributions to the issues of rural extensionism, especially in the Amazon region, by setting a plural context, both in relation to the environment and the social issue.

Keywords: Social Psychology; Rural extensionism; Conceptions; Amazonas.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Fluxograma 1. Seleção da amostra por artigos.....	23
Gráfico 1. Distribuição da amostra por sexo e faixa de idade.....	60
Figura 1. Mapa de distribuição da amostra de extensionistas por município do Amazonas. 64	

LISTA DE TABELAS

Tabela 2. Níveis de Escolaridade (titulação máxima)	60
Tabela 3. Vínculo institucional atual	62
Tabela 4. Anos de experiência como técnico de ATER	63
Tabela 5. Crença dos extensionistas amazonenses sobre ATER.....	65
Tabela 6. Correlação entre as 5 dimensões da escala e, em função do perfil sociodemográfico	66
Tabela 7. Trabalho e preferências a respeito de diferentes nível de ação.	68
Tabela 8. Identidade profissional por ordem de preferência.....	69
Tabela 9. Objetivos do trabalho de ATER	69
Tabela 10. Orientação produtiva dos extensionistas e percebida da instituição.....	71

LISTA DE SIGLAS

AADES	Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
ATES	Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária
CAPE	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAR	Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais
CEDRS	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Amazonas
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CODEAGRO	Companhia Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas
CRAS	Centro de Referências de Assistência Social
CSPA	Centro de Serviço de Psicologia Aplicada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
LABINS	Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrícola
MEI	Microempreendedor Individual
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
NUSEC	Núcleo de Socioeconomia
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PANATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PIN	Programa de Integração Nacional
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
REMA	Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas
SAF	Sistemas Agroflorestais

SEPROR	Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SEMPA	A Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento
SIATER	Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SSR	Serviço Social Rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAT	Teste de Apercepção Temática
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC	Transtorno Mentais Comuns
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - PSICOLOGIAS E TEMÁTICAS RURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	20
1.1 Introdução	20
1.2 Método	21
1.3 Resultados	22
1.4 Discussão	25
1.4.1 Categoria gênero	26
1.4.2 Categoria trabalho	28
1.4.3 Categoria epistemologia	30
1.4.4 Categoria geração	31
1.4.5 Categoria direitos humanos	32
1.4.6 Categoria raça	33
1.4.7 Categoria educação	33
1.5 Considerações Finais	34
CAPÍTULO 2 - COMPREENDENDO A EXTENSÃO RURAL	36
2.1 O que é extensão rural: antecedentes históricos	36
2.2 Controvérsia Histórica da Prática Educativa na Extensão Rural	41
2.3 Extensão Rural no Amazonas	46
2.3.1 Peculiaridades do âmbito amazônico	46
2.3.3 A chegada da Extensão Rural no Amazonas	49
CAPÍTULO 3 - CONCEPÇÕES DOS EXTENSIONISTAS AMAZONENSES	52
3.1 Introdução	52
3.2 Metodologia	53
3.3. Caracterização das instituições mapeadas de ATER no Amazonas	57
3.4 Caracterização dos extensionistas rurais amazonense	59
3.5 Análise de crenças sobre extensão e inovação	65
3.6 Público-alvo ou níveis de ação priorizados	68
3.7 Identidade profissional como técnicos de ATER	69
REFERÊNCIAS	76
Apêndice I– Termo de Anuência IDAM	87

Apêndice II– Termo de Anuência NUSEC	88
Apêndice III– Termo de Anuência REMA	88
ApêndiceIV– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	90
Apêndice V– Questionário	92
Anexo I - Parecer CEP	101

INTRODUÇÃO

A temática sobre o mundo rural a cada dia tem ganhado mais e mais interesse por distintas ciências pelo fato deste ser um campo interdisciplinar. Não é de hoje que a Psicologia Social investiga os fenômenos inerentes ao âmbito rural. Albuquerque (2001) e Landini (2015) relatam que na América do Norte por volta do início do século XX já se esboçava algum esforço nesse sentido, no entanto na América Latina a integração entre ambos só ganhou destaque a partir dos anos 2000.

Novas publicações integrando as ciências psicológicas e o mundo rural tem ganhado força nos últimos anos. As Psicologias têm se interessado recentemente às temáticas do mundo rural, havendo maior destaque às questões de gênero, mas também ligadas ao trabalho, geração, direitos humanos e raça-etnia. Os pesquisadores, além disso, têm reconhecido a necessidade de criar novas epistemologias adequadas à realidade rural e florestal, como teorias e métodos criados a partir das experiências com as pessoas nesses contextos. Calegare (2017) afirma que há uma expressiva movimentação, por parte dos psicólogos em torno das temáticas rurais, como: I Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (Out./2013, Posadas, Misiones, Argentina); GT Psicologia Social e ruralidades no XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO (nov./2015, Fortaleza, Ceará); II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (out./2016, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil); GT processos psicossociais rurais-urbanos no V Encontro Regional Norte Nordeste da ABRAPSO (nov. /2016, Boa Vista, Roraima). E acrescentamos o III Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (set./2019, Bogotá, Colômbia), do qual tivemos a oportunidade de participar apresentando resultados parciais deste mestrado. Todos esses esforços têm a ver com uma mudança sem precedentes no campo, e segundo Landini (2015) é resultado das mudanças promovidas pela implantação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos países da América Latina.

A extensão rural constitui um dos importantes eixos no estudo do âmbito rural nos países da América Latina, pois os elevados níveis de pobreza rural, desigualdade e escassez alimentar a tornou alvo de inúmeros projetos de desenvolvimento, marcado por imposições e transferência de conhecimento por sociedades que eram perpassadas por ideais de modernidade e modernização. No Brasil, a ATER surgiu no final dos anos de 1940, com base em diferentes iniciativas pontuais firmadas progressivamente até a criação da Empresa Brasileira de ATER (EMBRATER), em 1974. Recebeu também críticas por reproduzir o modelo tradicional (transferencista/difusionista) importado dos norte-americanos.

No fim da década de 1970, no contexto de discursão e revisão dos pressupostos da

extensão e da comunicação rural, Paulo Freire (1983), educador brasileiro, lançou uma alternativa para se pensar a comunicação. Pautado em seus princípios, um novo modelo foi criado: o *participativo de caráter dialógico*, a partir de então surgiu um novo contexto de um renovado interesse pela ATER na América Latina (LANDINI, 2015). Essas mudanças culminaram na criação da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PANATER) em 2004 (PEIXOTO, 2008). Foi construída com base nas propostas da “transição agroecológica” e em metodologias participativas junto às comunidades rurais.

Landini (2015) destaca que nesse novo contexto de ATER, foi requerido dos extensionistas que adequassem suas práticas de forma a aliar-se com este novo modelo horizontal, onde extensionistas e assessores técnicos passam a incentivar e receber a colaboração dos produtores rurais na criação, desenvolvimento e implementação de projetos em seus territórios. Contudo, visto que as mudanças institucionais não necessariamente modificam os modos em que os agentes de ATER levam à frente seu trabalho, esse se tornou motivo de conflitos psicossociais, no contato entre extensionistas e produtores rurais, em função de visão de mundo e compreensões diferentes de como realizá-lo. Como exemplo, o autor cita dados de sua pesquisa anterior, onde os resultados mostraram que o problema mais mencionado pelos extensionistas refere-se ao individualismo e à dificuldade dos produtores para trabalharem em grupo, aceitar parceiras e serem colaborativo. Segundo ele, esse é um campo que a Psicologia Social pode atuar, pois ela tem ferramentas necessárias para auxiliar na busca por soluções quanto a estes conflitos.

Para contribuir com mudança em relação a estas concepções e abordagens com origem transferencista, é preciso ter informações em diferentes níveis, para que autores políticos e responsáveis pela tomada de decisão institucionais possam implementar ações bem direcionadas. Entretanto, não há na atualidade uma ferramenta válida estatisticamente que permita legitimar concepções de extensão rural, para isso faz necessário criar tal ferramenta. É com este objetivo que Landini tem desenvolvido pesquisas que possam dar base teórica e metodológica que permita a criação e execução de tal ferramenta. Passou a buscar pesquisadores de outros países que pudessem colaborar com essa empreitada metodológica. Foi então que na ocasião do II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural, em 2016, que meu orientador Marcelo Calegare conheceu o pesquisador e psicólogo argentino Fernando Landini. Surgiu desse encontro uma parceria acadêmica na qual eu faria parte um ano depois.

Sendo cientista social formada com uma trajetória em estudos voltados para diversidade étnica e povos tradicionais amazônicos, sempre fiquei intrigada por não encontrar nenhum

estudo ou pesquisa desenvolvidos pela Psicologia voltada para a população tradicionais, apesar massiva demanda existente. A oportunidade de me aproximar da Psicologia veio através de uma colega da turma de especialização que passou no mestrado de Psicologia na UFAM, turma 2016, e que compartilhava as discussões promovidas acerca de estudos que vinham sendo desenvolvidos recentemente no programa. Através dela soube da existência da linha de processos psicossociais e do professor que contemplava o estudo de povos tradicionais da Amazônia. Foi quando decidi me escrever como aluna especial na matéria optativa “Tópicos Especiais em Psicologia Social, Identidade e Amazônia” oferecida pelo professor Marcelo Calegare, para observar de perto como a Psicologia estava adentrado ao assunto. Gostei bastante de tudo que ouvi e aprendi, e quando abriu o edital, já sabia qual linha e o orientador que eu iria optar. Passei no mestrado de Psicologia defendendo o tema Psicologia voltada para os povos indígenas, mas redirecionei o tema quando fui apresentada e convidada a colaborar com a interessante temática do extensionismo rural.

A parceria que se formou, visou colaborar com a pesquisa intitulada: “*Evaluación de las Concepciones de Extensión Rural de Extensionistas de Diferentes Países*”(2016).A pesquisa contempla um novo campo de estudo para a Psicologia Social, contribuindo com a construção e validação de uma ferramenta estatística que auxiliará a identificar, descrever e comparar as concepções de extensão rural que guia a nível subjetivos as práticas de extensão de técnicos rurais transculturais. Tratou-se de uma escala Likert baseada na *Teoria da Ação*. Essa teoria diz que as pessoas são sujeitos orientados por objetivos e que implementam ações para atingir os objetivos desejados, através de comportamentos predefinidos por atitudes. Segundo Ajzen (1988 citado por LIMA; CORREIA, 2013), atitude é uma predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou acontecimento, que são por sua vez alimentados por suas crenças e valores sobre determinado tema.

Uma das premissas básicas da *Teoria da Ação* é que as pessoas constroem teorias para organizar suas ações voltadas para objetivos (LANDINI,2016). Logo, essas teorias podem ser entendidas como estruturas de significados e conjunto de regras de ação que permite interpretar e explicar o funcionamento de prática específicas. Portanto, acessar essas teorias nos permitiria compreender como os extensionistas criam e implementem estratégias de ação para alcançar seus objetivos, isto é, compreender como os próprios técnicos de ATER pensam ou entendem a extensão rural.

Diante dessas questões, formulamos os objetivos da minha pesquisa de mestrado, a

saber: objetivo geral – descrever e compreender as concepções de extensão rural dos extensionistas amazonenses. Objetivos específicos: (1) Caracterizar as instituições (universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais autônomos e ONGs) que realizam extensão rural em Manaus (que posteriormente modifiquei e ampliei para o estado do Amazonas, como justificarei abaixo). (2) Traduzir questionário do espanhol para o português, e aplicá-lo. (3) Identificar e discutir as concepções de extensão rural dos extensionista. Nossa pesquisa foi então construída sob a mesma metodologia da pesquisa maior, visando replicar seu instrumento. Um questionário autoadministrado, composto por duas partes, uma de perguntas sociodemográficas, e outra por uma escala Likert e perguntas relacionadas a ATER.

No decorrer da pesquisa, o objetivo geral e o específico 1 sofreu uma alteração, onde foi estendido de Manaus para Amazonas. Essa mudança aconteceu no período de campo, ocasião em que o diretor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) nos ofereceu a opção de enviar (por e-mail institucional) nossa pesquisa também aos seus extensionistas lotado nos 62 municípios do estado Amazonas, e nós aceitamos. Ainda sobre o objetivo específico 1, em um levantamento inicial, encontramos três instituições que trabalham com extensão rural no Amazonas, as quais entramos em contato para apresentar nossa pesquisa e assinaram o termo de anuências, concordando em dar seu apoio: o próprio IDAM; o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), ligado à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e a Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (REMA). Entretanto, após recebermos as respostas do questionário, identificamos mais 6 instituições que realizam trabalhos diretos e indiretos de extensão rural no Amazonas, a saber: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social (AANDES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ), Microempreendedor Individual (MEI), A Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA), Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR). A caracterização destas instituições situando-as no contexto da extensão rural serão feitas mais à frente, no capítulo três.

Quanto ao objetivo específico 2, sobre a tradução do questionário, iniciamos o processo da tradução em setembro/2017, ao recebermos de Fernando Landini a versão em espanhol. Quanto aos procedimentos da tradução, após feita a tradução literal, o levamos para as reuniões de orientação no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS), onde realizamos algumas rodadas para verificar se a tradução manteve a objetividade de cada sentença dos itens que compunha a escala Likert, assim como as demais

perguntas contida no instrumento. Ajustamos o questionário para acomodar a extensão do objetivo específico 1, quando passamos a enviar a pesquisa para os municípios do interior do Amazonas. Feito esses ajustes, reencaminhamos para Landini, que apresentou o questionário para três especialistas analisarem se o mesmo ficou bem traduzido e bem adaptado. E tivemos mais algumas rodadas de ajustes. Quando o instrumento estava pronto, enviamos inicialmente para 3 extensionistas para testá-lo, solicitamos que nos falasse caso houvesse alguma dúvida ou questão que pudéssemos aprimorar visando melhor interpretação. Finalizado todas essas etapas, Landini disponibilizou o questionário on-line na plataforma Survey Monkey, no qual emitiu um link que pôde ser anexado e acessado por e-mail e whatsapp. O instrumento consta no apêndice V e foi utilizado não somente nesta pesquisa, mas pela pesquisa maior ao enviar para dois outros estados brasileiros: Pernambuco e Santa Catarina. O resultado já foi publicado através de um relatório técnico enviado aos participantes que solicitaram a devolutiva (LANDINI et al., 2019).

Antes de falarmos das concepções propriamente ditas, que é nosso objetivo específico 3, achamos por bem, pelo fato da minha formação ser em Ciências Sociais, conhecer e compreender como a Psicologia tem se aproximado e estudado os fenômenos rurais. Na sequência, vimos a necessidade de nos aprofundarmos um pouco mais sobre o que a literatura fala sobre a extensão rural, suas origens, fundamentos e atualidade, para situar e embasar a pesquisa de campo. Dito isso, a dissertação ficou organizada em três capítulos independentes: Capítulo I – Psicologias e Temáticas Rurais: Uma Revisão Integrativa. Capítulo II – Compreendendo a Extensão Rural. Capítulo III – Concepções dos Extensionistas Amazonenses.

No primeiro capítulo apresentamos as produções científicas em Psicologia sobre o questões advindas dos contextos rurais, através de uma revisão de literatura que buscou evidenciar o caráter inovador de pesquisas que abordam a perspectiva da Psicologia Social relacionada ao mundo rural. Encontramos 22 artigos, os quais classificamos em 7 categorias: Gênero; Educação; Direitos Humanos; Epistemologia; Trabalho; Raça; Geração. Fazemos uma breve apresentação dos trabalhos em cada uma das categorias.

No segundo capítulo, passamos a descrever os contextos econômicos e sociais que definiram ao longo da história a extensão rural, cuja denominação se deu perante a sistematização imposta pela chegada do sistema capitalista na América do Norte. Isso gerou vários modelos de trabalho, que foram integrados aos países considerados subdesenvolvidos, no intuito de “levar” ou “estender” o conhecimento de tecnologias para o desenvolvimento da

agricultura. Ainda nesse contexto, abordaremos as discussões recorrentes com relação às controvérsias sobre a prática educativa atrelada ao conceito de extensão. Fechando o capítulo, discorreremos sobre as peculiaridades amazônicas, para dar e ter a devida dimensão dos desafios enfrentado com a chegada da extensão rural no Amazonas, a saber: seu agroecossistema, que ao invés de campos abertos, é composto por rios e florestas, e também por uma pluralidade étnica/social particular. Na sequência, abordamos a caracterização da extensão rural local.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados obtidos com a coleta do questionário on-line e autoadministrado, composto por perguntas sociodemográficas, relacionadas à ATER e uma escala Likert, cuja o objetivo foi avaliar as crenças e abordagens sobre extensão rural. Se acessou aos participantes com o apoio das autoridades do IDAM, NUSEC e REMA, chegando através destes a 6 instituições direta e indiretamente que trabalham com extensão rural, totalizando 60 técnicos de ATER que responderam completamente ao questionário. Utilizamos o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* para as análises estatísticas, organizamos os resultados apresentando a caracterização da amostra, na sequência a análise das crenças de extensão, que está apresentada numericamente de acordo com a média dos itens da escala Likert. E por último, as respostas referentes a públicos-alvo ou níveis de ação priorizados e identidade profissional como técnicos de ATER.

CAPÍTULO 1 - PSICOLOGIAS E TEMÁTICAS RURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA ¹

1.1 Introdução

O estudo do mundo rural sob a perspectiva psicossocial não é algo novo. Em busca de textos que integrassem em seu título as ciências psicológicas às temáticas rurais, Landini (2015a) revelou que houve uma primeira publicação nos Estados Unidos, de Williams (1925). Nos seus vinte e cinco capítulos, esse autor desenvolveu métodos e temáticas pertinentes a uma “Psicologia Social Rural”. Como descreveram Lindstrom e Hardert (1989), nas primeiras três décadas do século XX houve desenvolvimento de estudos de comunidades rurais que configuraram a Sociologia Rural, dentro da qual encontravam-se psicólogos sociais – na linha da Psicologia Social sociológica. Pelo fato da Psicologia Social ter se fortalecido mais dentro da Psicologia do que na Sociologia dos anos 1930 em diante, além de ter se configurado como prioritariamente urbana (Jones, 1998), não figuram mais publicações da Psicologia Social tratando das temáticas rurais por algumas décadas.

Novas publicações integrando as ciências psicológicas e o mundo rural só viriam a ressurgir nos anos 1970, como por exemplo a obra de Fromm e Maccoby (1973). Eles realizaram nos onze capítulos dessa obra uma sociopsicanálise do caráter dos camponeses mexicanos e suas atitudes políticas, por uma metodologia que aliou entrevista social (questionário interpretativo com perguntas semiestruturadas) e psicanalítica (incluindo teste de Rorschach e Teste de Apercepção Temática – TAT).

No início dos anos 1980, Bosak e Perlman (1982) realizaram levantamento a respeito das definições de rural e afirmaram que o interesse dos cientistas psi norte-americanos pelas temáticas rurais vinha ficando evidente, entre os anos 1970-1980, pela criação da *National Association for Rural Mental Health* (em 1977), do *Journal of Rural Community Psychology* (em 1980 e extinta na década seguinte) e do grupo de interesse rural da divisão 27 (de Psicologia Comunitária) da *American Psychological Association*. Prova disso foi a publicação de Childs e Melton (1982), com dezoito capítulos tratando a ruralidade como um constructo psicológico por distintas categorias analíticas, sugerindo-se a configuração de uma “Psicologia Rural”. Também o número especial da *American Journal of Community Psychology* (em 1986, vol. 14, n. 5), contendo sete textos dedicados à emergente “Psicologia Comunitária Rural” da época

¹ Artigo enviado para revista Psicologia Teoria e Prática, ISSN: 1980-6906, Qualis A2, enviado em 17/06/2019, status: em avaliação.

(Heyman, 1986). E as posteriores publicações da *Journal of Rural Mental Health* (desde 1977), com muitos textos de cientistas psi desde então até o presente.

Na América Latina, Calegare (2017) explicou que foram feitos trabalhos em comunidades rurais por psicólogos (sociais) que vinham desenvolvendo uma abordagem comunitária desde os anos 1960. Entretanto, o interesse das ciências psi pelo mundo rural passou a ter destaque e força a partir dos anos 2010, por meio de eventos científicos e publicações de artigos, livros e capítulos. Isso tem gerado entre os hispânico-falantes a rotulação de “Psicologia Rural”, para designar o campo interdisciplinar de interesses que integram os saberes psi às temáticas rurais. No Brasil, se tem preferido apenas mencionar que há uma articulação entre as ciências psicológicas e questões rurais, sem se configurar uma nova área psi.

A respeito da produção brasileira, temos alguns destaques ainda nos anos 2000. Devemos fazer jus aos trabalhos de Albuquerque (2001) – entre outras produções – como um dos pioneiros a dedicar-se mais especificamente em integrar a Psicologia Social ao estudo do mundo rural. E também aos trabalhos de Monteiro (2003) – entre outras produções – pesquisadora que continua a dedicar suas obras para integrar a Psicologia Ambiental e Psicologia Social ao mundo rural, mais especificamente tratando de temáticas da educação do/no campo e da extensão rural. Outros autores também deveriam ser lembrados e, nesse sentido, temos a compilação de Leite e Dimenstein (2013), pela qual se apresentam em dezoito capítulos a produção de pesquisadores brasileiros ligados às ciências psi em diversos contextos rurais. A partir daí, novas publicações vêm surgindo e despertando o cada vez mais o interesse de cientistas e profissionais psi, que têm buscado romper com uma ciência oriunda do contexto urbano e produzir saberes do/no mundo rural.

Diante desse breve preâmbulo, neste artigo nos propomos a apresentar uma revisão integrativa da literatura de produções brasileiras de artigos entre 2014 e maio/2019 encontrados na base de dados do Portal Periódicos CAPES, que integram as ciências psicológicas às temáticas rurais. Assim, podemos ter uma noção do estado da arte em que se encontram as publicações nacionais nos últimos cinco anos e meio, abarcando estudos das Psicologias relacionados com os diversos contextos rurais.

1.2 Método

Este artigo é resultado de uma revisão integrativa de literatura, indicada como recurso metodológico por reunir estudos realizados anteriormente com o foco em uma temática

específica, elencando a partir das análises os tipos de pesquisas utilizadas, áreas de estudo, anos de publicação e temas abordados. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), este tipo de pesquisa viabiliza a conclusão acerca do campo de conhecimento estipulado, bem como do nível de produção e principais resultados, nos permitindo traçar discussões acerca do tema proposto e verificar os principais conteúdos abordados pelos artigos estudados.

A realização do levantamento bibliográfico ocorreu a partir da temática geral das Psicologias em contextos rurais. Para seu desenvolvimento utilizamos a base de dados Portal Periódicos CAPES, considerando que esta base agrega a busca de produções das demais bases de dados, facilitando em uma única busca a visualização geral das produções. Foram usados os descritores “Psicologia” associado com: rura*, contexto(s) rura*, ambiente(s) rura*, camp*, abarcando com o caractere booleano (*) radicais variantes da palavra, como por exemplo rural, rurais e ruralidade(s). Foram aplicados os filtros: ano (período entre 2014-e maio/2019), idioma (português) e revisado por pares. Os critérios de inclusão considerados foram: possuir no resumo da produção, palavras-chave iguais às estipuladas nos descritores; conterem discussões direcionadas a estudos psicossociais do/no mundo rural. Foram utilizados como critério de exclusão: produções que não correspondem à margem de ano proposta ou que estavam em outro idioma; produções que não se conseguiu acesso on-line e/ou duplicada no resultado da busca.

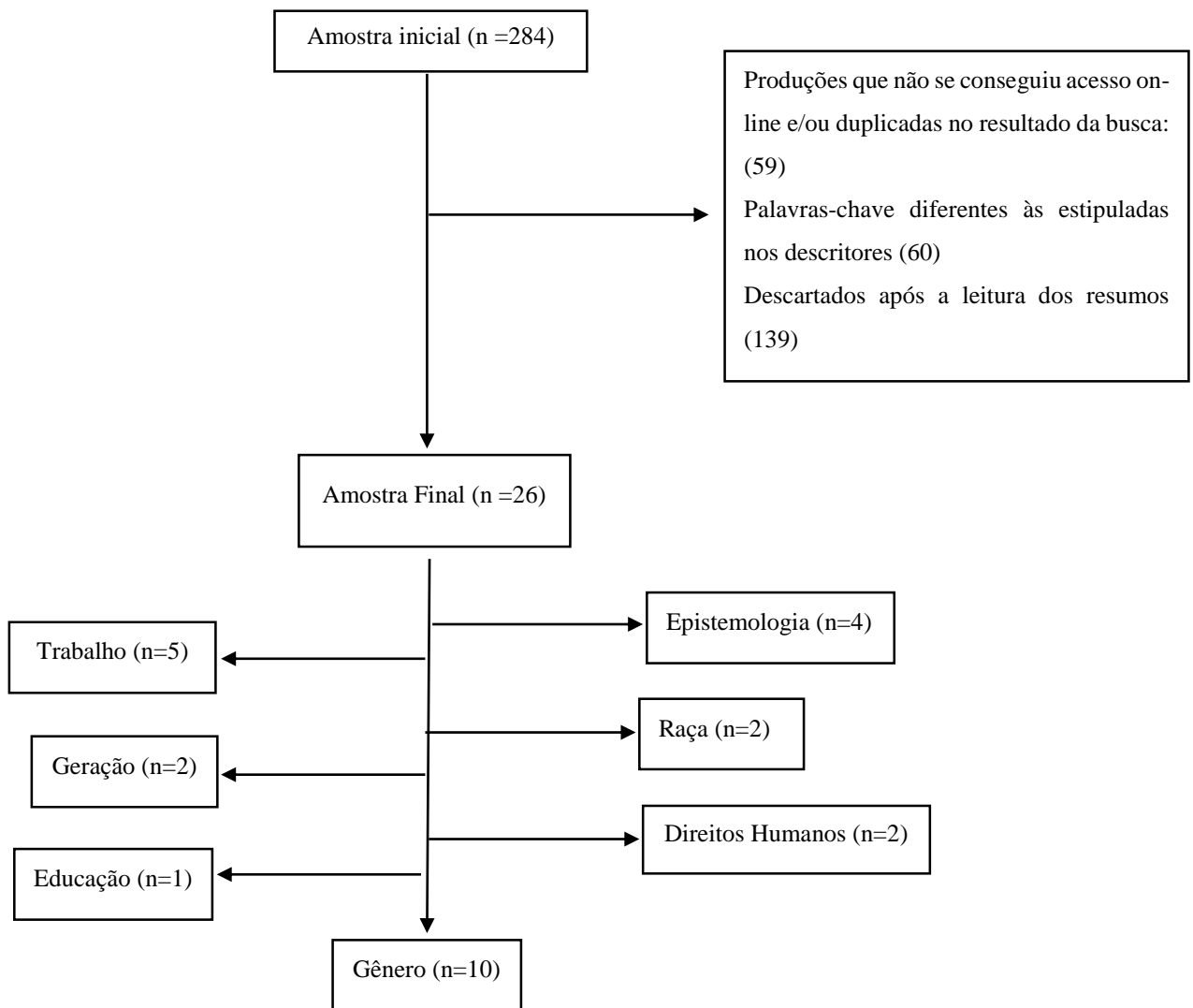
De modo esquemático, seguiu-se estas etapas: pesquisa na plataforma; leitura dos resumos e palavras-chaves; download das produções selecionadas já com a adoção dos critérios de inclusão e exclusão; organização em banco de dados; compilação das produções em tabela do Excel, com identificação dos estudos, de acordo com ano, autores, palavras-chaves e tipos de pesquisa; leitura das produções alcançadas, para o levantamento das categorias temáticas abordadas nos resultados e posterior discussão qualitativa.

Apresentaremos inicialmente os resultados quantitativos da busca: as categorias temáticas eleitas a partir da leitura dos resumos e textos completos; os descritores mais utilizados; anos de publicação; tipos de artigos e metodologias utilizadas; revistas das publicações. Nas discussões, traçamos inicialmente algumas considerações a respeito dos dados quantitativos. Na sequência, abordamos as categorias levantadas em nossas análises, com uma breve exposição quantitativa e explicação qualitativa do que tratam os textos encontrados.

1.3 Resultados

A seleção gerou um total de 284 artigos e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 26 (Figura 1). Os resultados foram divididos a partir de 7 categorias temáticas, seguido da quantidade de textos encontrados: gênero (10); trabalho (5); epistemologia (4); geração (2); direitos humanos (2); raça (2); educação (1).

Fluxograma 1. Seleção da amostra por artigos



Dentre os descritores utilizados, constatou-se que os mais usados são: rura* (18), contextos rura* (6), ambiente rura* (2). E não há nenhum associado com camp*: campo, camponês ou campesinato. Quanto ao ano de produção e quantidades, temos: 2014 (4), 2015 (2), 2016 (10), 2017 (3), 2018 (4), 2019 (3). Percebemos que os trabalhos na categoria de gênero se destacam não só pela maior quantidade, quanto por constar em todos os anos do levantamento. Nas produções mais recentes, de 2018, sobressaem os trabalhos que

categorizamos como “epistemologia”, que apresentam a necessidade de ampliação dos conhecimentos psi e do trabalho de psicólogos ao adentrar no mundo rural.

Quanto ao tipo de artigos, identificamos os seguintes com as respectivas quantidades: relatos de pesquisa (22), revisão crítica da literatura (3), resenha (1). Tendo em vista os artigos de relatos de pesquisa, decidimos discriminá-los para melhor caracterização dos trabalhos entre: qualitativo (15), quantitativo (5) e quali-quantitativo (2). Os artigos relacionados no tipo qualitativo abarcam: estudo de caso; observação participante; entrevistas estruturadas, semiestruturadas, abertas e narrativas; fotocomposições; genograma. Do tipo quantitativo: questionários online ou presenciais, compostos ou não por escalas. As do tipo quali-quantitativo se mesclam e combinam alguns desses instrumentos citados.

Relacionamos a seguir as 15 revistas nas quais os artigos foram publicados, seguidos da quantidade: *Psicologia & Sociedade* (5), *Revista Estudos Feministas* (4), *Avances en Psicología Latinoamericana* (3), *Psico (PUCRS)* (2), *Ciência & Saúde Coletiva* (2), *Ciência Rural* (1), *Estudos de Psicologia (UFRN)* (1), *Fractal: Revista de Psicologia* (1), *Psicología, Conocimiento y Sociedad* (1), *Psicologia em Estudo (UEM)* (1), *Psicologia: Teoria & Pesquisa (UnB)* (1), *Psicologia USP* (1), *Revista de Estudios Sociales* (1), *Revista de Psicologia (UFC)* (1), *Revista HISTEDBR On-Line* (1).

E, por fim, listamos as regiões, estados e quantidades de artigos de relatos de pesquisa onde as investigações em campo foram realizadas, nos dando um panorama onde as temáticas das Psicologias em contextos rurais são realizadas: (a) Nordeste: Bahia (2), Ceará (2), Pernambuco (1), Piauí (1), Piauí e Rio Grande do Norte (2), estado não discriminado (1); (b) Sudeste: São Paulo (4), Minas Gerais (2); (c) Sul: Santa Catarina (3), Rio Grande do Sul (2); (d) Norte: Amazonas (1); (e) múltiplos estados (1). Não há publicações realizadas na região Centro-Oeste.

Os artigos foram discutidos de acordo com as categorias que organizamos, relacionando-os a partir do tema central de cada artigo. A categoria *gênero* reuniu os trabalhos que abordavam direta ou indiretamente a perspectiva de gênero, revelando situações de desigualdades no campo. Outra categoria que identificamos foi a de *trabalho*, que elenca artigos cujo o tema gira em torno de atividades socioeconômicas em contextos rurais. Epistemologia foi a categoria que relacionou os trabalhos que tratam da construção de um novo saber a partir da psicologia e as questões referente a vida rural. A categoria *geração* reúne trabalhos voltados para o estudo sobre a reprodução de vivências objetivas e subjetivas através das gerações (jovens, idosos). *Direitos humanos* tratou de assuntos relacionados a dignidade humana no

contexto rural. A categoria raça tratou de estudos cerca das populações quilombolas. E por último a categoria *educação*, que relacionou questões psicossociais dos estudantes rurais.

1.4 Discussão

A maior quantidade de artigos foram os da categoria gênero, totalizando 10 trabalhos, revelando ser o tema de maior interesse da Psicologia atualmente no mundo rural. Sabe-se que os estudos de gênero têm destaque nas ciências psicológicas, o que pode ser indicativo do motivo do maior número de artigos agrupados segundo essa categorização. As questões ligadas ao trabalho – somando 5 trabalhos – também possuem destaque na literatura psi, o que explica utilizar esse viés para abordar as questões rurais.

Quanto aos descritores, destacam-se como os preferidos das Psicologias aquelas ligadas ao termo rural (rural, ruralidade, contexto rural ou ambiente rural). Isso revela que há predileção nas ciências psicológicas em utilizar um tipo de léxico do que campo, camponês ou campesinato, em geral mais preferido pelas ciências sociais por darem maior ênfase às questões de classe social.

O ano que mais apresentou publicações de artigos das ciências psicológicas nas temáticas rurais foi o de 2016, com 10 texto. Apenas como hipótese, pensamos que após a visibilização da publicação de Leite e Dimenstein (2013), seguida do guia da publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) a respeito da atuação de psicólogos(as) em questões relativas à terra, possa ter havido mobilização dos pesquisadores e profissionais que resultou num *boom* de artigos em 2016, voltando a níveis equânimes nos demais anos.

Quanto ao tipo artigo, sobressaiu-se o relato de pesquisa com o total de 22 textos. Ao discriminar esse tipo de pesquisa descobriu-se que o tipo qualitativo se destaca, reunindo 15 pesquisas estruturadas nessa abordagem metodológica. Assim, percebemos uma grande quantidade de trabalhos gerados mediante as pesquisas em campo. Consideramos esse dado significativo, pois é de suma importância o contato efetivo com as realidades rurais para formulações teórico-metodológicos adequadas a tais contextos. Além disso, vimos que a grande maioria utiliza abordagens afins da Psicologia Social, apenas de não discriminadas diretamente nos textos.

Das 15 revistas onde constam as publicações pesquisadas, percebemos sobressaírem-se a Psicologia & Sociedade e a Revista Estudos Feministas. Isso nos mostra que não há uma predileção de publicações em uma única revista, porém estas duas parecem possuir linha editorial onde se enquadram os textos a respeito das temáticas rurais sob o viés psicossocial – mais especificamente da Psicologia Social. E como visto anteriormente, as questões de gênero

têm maior destaque entre todas as publicações encontradas, sendo a segunda revista citada o veículo mais adequado para publicar.

Finalmente quanto as regiões onde os relatos de pesquisas foram empreendidos, verificamos que parecem estar mais centradas na região Nordeste (9), seguidas do Sudeste (6) e do Sul (5) do país, uma pesquisa em vários estados, mas havendo apenas um artigo oriundo da região Norte e nenhum do Centro-Oeste. Isso poderia nos indicar que: (a) há menos universidades e programas de pós-graduação nestas duas regiões, havendo menos profissionais e pesquisadores indo às localidades rurais; (b) não estão sendo veiculadas produções em formato de artigos; (c) os textos versando a respeito dessas temáticas utilizam outros descritores; (d) desinteresses de pesquisadores e profissionais dessas regiões pelas temáticas rurais, por diversos motivos de distanciamento quanto ao mundo rural; (e) as temáticas rurais passaram a ser trabalhadas inicialmente onde há mais efervescência de movimentos sociais no campo. Entretanto, seria preciso investigar mais à fundo os motivos para o baixo número de publicações no Norte e Centro-Oeste.

1.4.1 Categoria gênero

Encontramos dez artigos relacionados a gênero, que contemplam a temática de forma direta e indireta, pelos quais podemos observar os artigos segundo três tipos: relatos de pesquisa (8), revisão crítica de literatura (1), resenha (1). Os relatos de pesquisa estão discriminados nos tipos: qualitativo (6), quali-quantitativo (2). E os estados aos quais os textos se referem, excetuando-se aquele de estudo teórico, foram: Santa Catarina (3), Rio Grande do Sul (2), Minas Gerais (1), Bahia (1), Pernambuco (1), Rio Grande Norte e Piauí (1). Percebemos, portanto, que há forte tendência aos trabalhos realizados em campo, indicando a necessidade de contatos efetivos com para conhecer essas realidades. Há maior interesse nas temáticas de gênero e ruralidades na região Sul. Outro dado interessante é que os trabalhos com gênero aparecem em todos os anos deste levantamento, se destacando dentre eles o ano de 2016, com cinco trabalhos. Vejamos do que tratam tais artigos.

Salvaro, Quadros e Estevam (2016) analisaram projetos profissionais de jovens estudantes catarinenses de um curso técnico de agropecuária, na interface com a produção de subjetividades pela perspectiva de gênero, com abordagem quali-quantitativa. Os resultados mostraram que aspectos socioeconômico, culturais e subjetivos na interface com normas de gênero e geração, entre outros marcadores, estão envolvidos nas condições dos projetos juvenis. A escolha do curso técnico se mostrou orientado pela identificação dos/as jovens com o rural e

as atividades agropecuárias.

Em Gomes, Nogueira, Vazquez e Toneli (2017), as autoras apresentam pesquisa qualitativa que contemplou um grupo de mulheres que ocupam posições de liderança no movimento social do campo, cuja investigação foi pautada na participação política como dispositivo de subjetivação. Os resultados mostraram que essa subjetivação produziu outras posições no ser mulher comprovando que a inserção das mulheres em diferentes espaços de atuação produziu novos posicionamentos subjetivos e sociais.

Dois dentre os artigos assemelham-se pela abordagem e autoria dos dois primeiros autores: Pizzinato, Hamann, Machado e Strey (2015) e Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso e Cezar (2016). Ambos resultaram de uma mesma pesquisa realizada em uma comunidade rural no Rio Grande do Sul. O foco em ambos textos é a juventude das mulheres rurais, tendo como marcadores indenitário gênero e lugar. Ambas pesquisas utilizaram entrevistas narrativas de caráter biográfico e uma proposta de fotocomposição. Esses trabalhos apontam para a necessidade de desnaturalizar a dicotomia entre rural e urbano, comunidade e sociedade, partindo do pressuposto de que jovens camponesas sofrem em suas trajetórias transitivas para a vida adulta um processo de significação. Significação esta que não mais tem base em um lugar (campo), tratando-se de reconfigurar-se em um eu pós-moderno e deslocalizado, correspondendo ao que foi chamado de *self* dialógico. Sendo assim, os autores argumentam haver uma subjetividade pouco explorada nesse contexto rural.

O artigo de Dainese (2017) investigou a influência da comunidade nas experiências de casais em localidade rural de Minas Gerais, isto é, o impacto na intimidade camponesa quando os ditos “casos” extraconjugais permeiam o convívio doméstico. Descreveu questões da vivência familiar, gênero e a moralidade nesse contexto marcado pela relação com a terra e pelos fortes laços de parentesco. Evidenciou mediante dados que comprovam a gama de afetos, controles e descontroles na trama relacional criada por esses acontecimentos nos espaços da casa, demonstrando ser constitutivos desse modo de vida camponesa.

O trabalho de Ferrarini e Magalhães (2014) foi realizado em uma comunidade na Bahia, com um grupo de mulheres, compreendendo o gênero como uma categoria relacional, elencando à memória social. Os relatos colhidos por grupo focal tratam do passado e das vivências trazendo aspectos culturais, socioeconômicos, influências sociais, crenças e percepções que estruturam o passado dos sujeitos. Os dados revelaram a importância dada pelas mulheres à escola, às mais velhas pela ausência desta na infância e às mais novas pela impossibilidade de concluí-la, revelando situações de exploração e desigualdade de gênero que

reflete na formação e transmissão das gerações.

O artigo de Scott, Nascimento, Cordeiro e Nanes (2016) teve o campo efetivado em comunidades no sertão de Pernambuco, tratando-se de uma pesquisa colaborativa envolvendo redes de atendimento/apoio governamentais e o movimento de mulheres rurais do sertão central. Aponta para a necessidade de trabalhos interventivos, que auxiliem na percepção das singularidades dos ambientes rurais, como também para a violência vivenciadas por mulheres do campo e da floresta. Os dados levantados revelam a porosidade que permeia ambas as redes de apoio e que fragilizam as possibilidades de garantia de direitos humanos dessas mulheres nesses contextos do campo.

A diferença de como homens e mulheres vivenciam sofrimento em contextos rurais do Rio Grande do Norte e Piauí é o foco da pesquisa quali-quantitativa engendrada por Leite et al. (2017). A finalidade foi a de identificar e relacionar as condicionalidades de gênero na produção de sofrimento, por meio da compreensão das entrevistas realizadas com os respondentes que apresentaram indicativo de Transtorno Mentais Comuns (TMC). Como resultado descobriu-se que homens adoecem a fatores relacionados com a carga de trabalho, perda de vitalidade física. Já as mulheres adoecem por fatores associados ao trabalho doméstico, caracterizado pela dupla jornada de trabalho, número de filhos, violência de gênero entre outros. Isso confirmando que homens e mulheres adoecem de modo diferente.

As autoras Gomes, Nogueira e Toneli (2016) apresentam um texto construído a partir de um levantamento bibliográfico nas áreas de ciência da saúde, humanas e sociais acerca das mulheres em contextos rurais. A busca trouxe destaque para as novas ruralidades ligadas ao trabalho da mulher camponesa, havendo relação com o agroturismo e agricultura orgânica, por exemplo. Essa nova configuração rural revelou trazer consigo possibilidades de um campo fértil para o emponderamento das mulheres rurais.

Salvaro (2018), de Santa Catarina, elegeu os trabalhos da pioneira brasileira Maria Ignez Paulino para resenhar seus estudos sobre mulheres rurais, elencando quatro décadas (1976-2016) de pesquisas publicadas. Os trabalhos foram realizados em diferentes localidades geográficas e contextos rurais plurais, dedicados em sua maioria à divisão sexual do trabalho e à participação de mulheres em atividades agrícolas, e denunciando situações de vulnerabilidade e invisibilidade social.

1.4.2 Categoria trabalho

Buscamos relacionar nessa categoria os artigos que abordam questões relacionadas às

atividades socioeconômicas em contextos rurais. Nos quatro artigos abaixo identificamos apenas relatos de pesquisa, discriminados em qualitativo (4) e quantitativo (1). Os estados em que foram realizadas as pesquisas foram: São Paulo (3), Minas Gerais (1), em múltiplos estados (1).

Melo e Scopinho (2016) buscaram investigar as forças psicossociais e os sentidos atribuídos ao trabalho por assentados de uma reforma agrária organizados em cooperativas na região de Ribeirão Preto (SP), a partir de uma pesquisa que contemplou o estudo de caso como recurso metodológico. Os resultados mostraram que esses sujeitos ainda conviviam com um imaginário social reproduzido nas estruturas sociais que marginalizam e criminalizam a reforma agrária, o que geravam vínculos enfraquecidos e fazia com que diminuíssem as possibilidades de construção de uma autonomia concreta.

O trabalho de Silva e Tassara (2014) investigou as vivências partilhadas por assentados rurais, tendo em vista a emergência de novas formas de uso dos bens naturais durante um processo de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), contemplando a ressignificação provocadas nesses sujeitos. A pesquisa foi contextualizada em um novo cenário onde os princípios da Agroecologia norteiam as atividades agrícolas nos SAFs. Os resultados se mostraram otimistas, pois evidenciaram um processo de ressignificação das possibilidades de relação econômica, temporal e ambiental com o lugar que eles ocupam.

Na pesquisa de Massola e Silva Jr. (2019), os autores investigaram sob uma perspectiva socioambiental as ligações entre identidade de lugar e de trabalho em trabalhadores rurais – no contexto da agricultura familiar – do interior de São Paulo. As análises das entrevistas semiestruturadas e discussões indicaram quatro grandes categorias temáticas: mobilidade (com avaliações negativas); posse da terra (cujo enraizamento relaciona-se dialeticamente entre propriedade e apropriação); interferências climáticas (fatores negativos à perda da produção); vínculo trabalhista e relações de trabalho (há muitos vínculos comunitários na condição de familiares e amigos). Concluem que lugar e trabalho compõem uma mesma unidade fenomênica e que é preciso utilizar um conceito mais amplo que abarque ambos, qual como o de enraizamento.

Silva e Barros (2014) questionam a versão do discurso oficial sobre agroindústria da cana no Brasil, através de uma pesquisa que contemplou história de vida de trabalhadores de canaviais, utilizando abordagens teórica-metodológicas da Sociologia Clínica em diálogo com a Psicossociologia do Trabalho e Ergologia. A investigação apreendeu uma gama de informações por meio da vida de Dimas, um trabalhador da produção de cana em Minas Gerais.

O manuseio de agrotóxicos, entre outros fatores encontrado nos relatos, denunciam a diferença do discurso oficial reproduzida pelo governo, evidenciando uma produção humana e ambiental devastadora e hostil das atividades no trabalho com a cana.

A pesquisa quantitativa de Landini (2015b) chamou atenção para problemas relacionado ao trabalho entre extensionistas e produtores rurais no âmbito da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), em seis estados do Brasil. E argumenta que os psicólogos devem estar a par das questões deste contexto, no sentido de que concerne ao campo da Psicologia se apropriar de problemáticas que envolvam implicações psicossociais. Os resultados revelaram que o maior problema enfrentado por extensionistas estavam associadas às concepções do modelo difusionista tradicional refletido na dificuldade com o trabalho grupal, isto é, impasses na construção da parceria com os agricultores.

1.4.3 Categoria epistemologia

Essa categoria elenca os artigos que falam sobre a construção de um novo saber partindo da perspectiva psicológica acerca dos contextos de vida rural, podendo ou não explorar novas estratégias teórico-metodológicas. Encontramos quatro artigos que contemplam essa categoria, sendo eles dos seguintes tipos: revisão crítica da literatura (2) e relatos de pesquisa (2), estes últimos ambos numa perspectiva qualitativa. Os estados em que foram realizadas as pesquisas empíricas foram: uma apenas no Piauí e outra no Piauí e Rio Grande do Norte.

O trabalho de Lopes, Ferreira e Friedrich (2018) foi construído mediante levantamento bibliográfico, onde elencaram estudos de algumas especificidades da vida em contexto rural. Foi revelado que a atuação do psicólogo se dá quase que exclusivamente por meio de estratégias de políticas públicas, representada pela atuação em Centro de Referencias de Assistência Social (CRAS). Foi evidenciado a importância de que as ações de psicólogos nesses contextos sejam de fato comprometidas com as questões referentes a vida rural, mediante ética e uma epistemologia adequada, e para isso aponta a necessidade de utilizar a visão de homem e de mundo através da Psicologia Histórico-Cultural.

No texto de Macedo et al. (2014), os trouxeram uma série de informações a partir da base dados oficiais sobre o ensino superior no Brasil. Estes trouxeram a percepção de um novo e desafiador cenário para os psicólogos brasileiros mediante a interiorização dos cursos de Psicologia, bem como revelaram uma crescente incorporação de instituições educativas por grupos estrangeiros. Este trabalho é repleto de dados que envolvem a criação de cursos de Psicologia no Brasil, por instituições públicas e privadas, problematizando-se que ultimamente

os grupos estrangeiros compraram boa parte da rede privada e que isso interfere na adequação dos currículos às especificidades regionais – o que coloca em questão as problemáticas rurais à formação do psicólogo. Assim, os autores evidenciaram a multiplicidade e a complexidade da atuação nestes novos cenários em contraposição aos moldes da Psicologia tradicional.

No relato de pesquisa de Silva e Macedo (2017), os autores buscaram investigar as formas de aproximação de psicólogos com o rural no Piauí, em suas práticas proporcionadas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Os dados apontaram que para o fenômeno de que outros autores chamam de “êxodo ao contrário”, ao constatar que a maioria desses profissionais eram oriundos de municípios de pequeno e médio porte. E diante dos desafios encontrados nas localidades rurais, sugerem algumas linhas de atuação aos psicólogos: problematizar o que é o rural e adotar uma abordagem multiterritorial em seus trabalhos.

Dantas et al. (2018), em pesquisa em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte e Piauí, procuraram gerar conhecimento sobre as necessidades e característica das populações rurais, assim como o de denunciar vulnerabilidades no intuito de fomentar políticas públicas. Trouxeram como resultado a discussão de estratégias metodológicas aos psicólogos pesquisadores e identificaram a precariedade das redes de apoio e das ofertas de cuidado em saúde mental nesses contextos rurais, os quais se diferem uns dos outros e que revelam dinâmica própria em cada assentamento.

1.4.4 Categoria geração

Esta categoria reúne os artigos que contemplam implicações de grupos sociais e coletivos que reproduzem suas vivências, objetivas e subjetiva, através das gerações. Identificamos dois textos de relatos de pesquisa, sendo um de abordagem qualitativa e outro quantitativa. Os estados de realização dos trabalhos foram o Amazonas e o Ceará.

Calegare e Higuchi (2016), a partir de pesquisa em comunidade ribeirinha – na zona rural de Tabatinga, Amazonas –, investigaram a mudança idenitária que veio ocorrendo ao longo de gerações e que resultou na transformação de caboclos amazonense em indígenas das etnias Tikuna e Kokama. A pesquisa foi operacionalizada a partir de observação participante, entrevistas e genograma, o que permitiu fazer o levantamento da árvore genealógica dos grupos familiares. Os resultados giraram em torno de apontamentos que afirmam que fatores como afinidade de laços de parentesco, práticas produtivas, religião e lutas políticas configuraram as identidades comunitárias ao longo do tempo. E que a união pela busca de benefícios

comunitários, especialmente o acesso à saúde, culminou na mudança indenitária como estratégia de acesso a direitos sociais.

A vida rural no Nordeste é naturalmente marca pela seca, entretanto Camurça, Alencar, Cidade e Ximenes (2016) propuseram uma investigação quantitativa desnaturalizante, isto é, evidenciar os efeitos psicossociais da seca sobre essa população, cuja compreensão reducionista da falta de água por parte do poder público tende a invisibilizar o sofrimento vivenciado pelos sujeitos. A partir da análise de dados obtidos pelo Questionário de Influência da Seca em comunidades no Ceará, os resultados evidenciaram a insegurança quanto ao futuro, sentimentos de desânimo e tristeza. Apesar disso, não há migração do campo para a cidade ou a saída da escola por algum membro da família, graças a alguns programas assistenciais do governo. As autoras concluem que a convivência da população no semiárido nordestino é possível, desde haja novas políticas públicas, mais eficazes e respeitosas do modo de vida nesse ambiente.

1.4.5 Categoria direitos humanos

Essa categoria privilegiou os artigos que buscam evidenciar questões ligadas aos direitos humanos, isto é, que remetessem à dignidade da vida humana em distintos contextos. No caso dos dois artigos encontrados, relacionados à pobreza e o deslocamento forçado por barragens hidroelétricas. Trata-se de relatos de pesquisa, uma na perspectiva quantitativa e outro na qualitativa, realizadas respectivamente no Nordeste (estado não discriminado) e em Santa Catarina.

Ximenes, Moura, Silva e Sarriera (2016) investigaram como os modos de vida de pessoas em situação de pobreza são construídos em meio as singularidades dos contextos urbanos e rurais, a partir de um estudo comparativo entre duas comunidades, numa perspectiva multidimensional desse fenômeno. Os resultados mostraram que os que residem no contexto rural são mais privados em questões relativas à educação e à habitação. Já os do contexto urbano são mais privados em relação às condições de trabalho e renda, o que faz como que essas pessoas se sintam mais pobres do que os moradores da comunidade rural. Isso caracteriza, portanto, o aspecto subjetivo da pobreza. Assim, os autores demonstram que o fenômeno da pobreza não se limita somente à privação de renda, mas a várias outras dimensões, que se revelam subjetivamente diferentes em contextos rurais e urbanos.

A pesquisa de Silva, Giongo, Teixeira e Mendes (2018) vai em contrapartida às justificativas econômicas dadas no discurso oficial para implementações de usinas hidrelétricas. Buscou-se analisar as vivências das populações que sofreram deslocamento forçado devido à

construção da Hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, observando as interfaces desse processo com a saúde mental. Os resultados revelaram que os agricultores identificam o território como uma extensão do corpo e da identidade, como espaço de vida, trabalho, relações sociais, lutas e intenso investimento subjetivo. Perder esse território e, mais ainda, vê-lo submerso, é também perder uma parte de si, é também morrer. Portanto, esses impactos nos modos de vida, na saúde mental e no ambiente podem ser entendidos com uma violação dos direitos dos atingidos pela barragem.

1.4.6 Categoria raça

Esta categoria contemplou os artigos que abordam populações quilombola, portanto estando ligadas às temáticas de raça. Encontramos dois artigos de relato de pesquisa, um com abordagem qualitativa e outro quantitativa. As investigações foram realizadas em: São Paulo e Bahia.

Na pesquisa qualitativa de Costa e Scarcelli (2016), as autoras propuseram investigar se havia relação entre a implantação da política pública de titulação de terras do quilombo Maria Rosa, situado no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e o fortalecimento de uma identidade racial negra entre os moradores. O resultado mostrou que a regulamentação jurídica e a implantação de uma política pública voltada para a população do quilombo, do ponto de vista psicossocial, ainda não operou de forma a que a comunidade se sinta segura. Evidenciou também que ainda são fortes as marcas psíquicas e sociais impostas pelo processo de dominação colonialista e reatualizadas pelos processos do racismo contemporâneo que ainda ali ressoam.

Os autores Silva, Bezerra e Medeiros (2019) chamam a atenção para a ausência de informação sobre adolescentes de zonas rurais no Brasil, uma vez comprovada que a adolescência é a faixa mais vulnerável à experimentação de tabaco. Assim se lançaram em uma pesquisa quantitativa por fatores que levam à exposição do tabaco entre adolescentes quilombolas e não quilombola residentes na zona rural do sudoeste da Bahia. Chegou-se à conclusão de que as baixas prevalências de experimentação do tabaco e de seu uso regular, pelos adolescentes da zona rural, podem indicar maior autonomia e capacidade de decisão para não consumo, bem como a adoção de um estilo de vida mais saudável.

1.4.7 Categoria educação

Nesta derradeira categoria levantamos um único artigo, que abordou questões psicossociais e a educação. Trata-se do texto de Alcântara et al. (2019), com método

quantitativo, realizado em escolar nas zonas urbana e rural do Ceará. Os autores argumentam ser importante conhecer o conjunto de percepções que crianças e adolescentes têm acerca de sua escola e que influenciam em seu comportamento, desenvolvimento e saúde, partindo do enfoque ampliado de saúde enquanto estado de bem-estar físico (bem-estar objetivo), psicológico e social (bem-estar subjetivo). Os resultados indicam que o bullying isoladamente, ou em interação com outras variáveis (contexto da casa, bairro, escola; ambiente-escolar; relacionamento-escolar), é o que mais impacto exerce sobre o bem-estar das crianças e adolescentes, sendo os alunos de escolas públicas de zonas rurais os que apresentam as menores médias de bem-estar.

1.5 Considerações Finais

Nossa análise integrativa buscou verificar quais os níveis de produção e principais conteúdos publicados a respeito das questões rurais sob uma perspectiva psicossocial das ciências psi. A partir disso, constatamos uma peculiaridade interessante quanto ao uso dos descritores: a semântica utilizada pelas Psicologias para designar esse campo temático é pelas palavras ligadas ao léxico “rural”, não havendo uso das palavras campo, camponês ou campesinato. Assim, podemos concluir que as análises psicossociais do mundo rural não se restringem apenas ao viés de classe, tal qual preferido por outras ciências sociais, e sim por outros vieses.

Isso fica mais claro ao constatamos que as Psicologias têm abordado as temáticas rurais em primeiro lugar em interface com as questões de gênero, abordando e caracterizando diversas situações das mulheres no contexto rural. Em segundo lugar, pelas questões ligadas ao trabalho e, em terceiro, pela necessidade de ampliação teórico-metodológica das Psicologias. Há também outras temáticas trabalhadas pelas ciências psi em menor destaque, que categorizamos como ligadas à geração, direitos humanos, raça e educação.

Quanto aos locais onde esses ambientes rurais se localizam, vimos que há predomínio de trabalhos realizados no Nordeste, Sudeste e Sul do país. Houve apenas um texto da região Norte e nenhum do Centro-Oeste. Poderíamos concluir precipitadamente que não há condições institucionais ou interesse dos pesquisadores dessas regiões a respeito das temáticas rurais. Entretanto, deve-se levar em consideração que eles podem estar utilizando outros descritores decorrente de outra semântica, tais como floresta, comunidades ribeirinhas, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, etc.

Outra conclusão é que a grande maioria dos textos foram de relatos de pesquisa, cuja

predileção dos pesquisadores foi pela abordagem qualitativa. Apesar de não haver discriminação do viés teórico utilizado, observamos que a maioria se enquadra em campos da Psicologia Social ou com sua interface. Como no Brasil são mais utilizadas abordagens críticas da Psicologia Social, isso reforça a prioridade por essa opção metodológica.

Por fim, a respeito da ampliação das Psicologias decorrente do contato com o mundo rural, vimos inicialmente que já houve tentativas de configurar uma nova segmentação psi pelos norte-americanos: Psicologia Social Rural, Psicologia Comunitária Rural, Psicologia Rural ou Saúde Mental Rural. Vimos também que na América Latina se vem utilizando o termo Psicologia Rural para configurar o campo interdisciplinar que relacionam as ciências psi às questões rurais. E pelos artigos levantados, vimos que também há preocupação e necessidade dos psicólogos de criar novas epistemologias adequadas às ruralidades, bem como promover a instrumentalização adequada de pesquisadores e profissionais para apreender e lidar com fenômenos nos/dos contextos rurais.

Entretanto, isso nos leva a alguns questionamentos que deixamos em aberto e que podem servir para futuras produções: (a) é preciso ter mais clareza do que se entende por rural/ruralidade e sua inseparabilidade do urbano/urbanidade, apesar de campo/floresta e cidade se caracterizarem como paisagens distintas; (b) as Psicologias tidas como “tradicionalistas” não foram criadas levando em consideração o meio urbano, mas sim formuladas sem levar em consideração o próprio ambiente, havendo portanto a necessidade de integrar esse elemento nas leituras psicossociais; (c) há uma real necessidade de adequação de cientistas e profissionais psi para lidar com pessoas do mundo rural, seja no campo/floresta ou na cidade. Contudo há de se ponderar se isso justifica a criação de um novo compartimento do conhecimento psi chamado Psicologia Rural, que já emerge tendo como necessidade o rompimento das barreiras disciplinares pela interdisciplinaridade.

CAPÍTULO 2 - COMPREENDENDO A EXTENSÃO RURAL²

2.1 O que é extensão rural: antecedentes históricos

A extensão rural, como atividade prática de técnicas na agropecuária, assumiu diferentes papéis na história da humanidade e foi desempenhada pelo homem desde os primórdios da civilização. Segundo Caporal (1991), um estudo histórico revela que o trabalho com a terra e a criação de animais eram feitos com uso de técnicas de cultivo e instrumentos diversos inventado pelo homem. Em suas migrações costumavam se deparar com as exigências do mercado de troca, e para além dos produtos, o mais relevante eram as trocas de experiências de suas relações com a natureza e os aperfeiçoamentos alcançados, que foram passados adiante. Segundo o autor, essa disseminação de conhecimentos técnicos já configurava a prática da extensão rural, contudo não tinha esse nome ainda.

O termo “extensão rural”, só surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX, tendo como pressuposto os processos de mudança da agricultura norte-americana no pós-guerra da secessão, entre 1861-1865, motivados pela abolição da escravatura. Este representou o período da transição da estrutura escravista à mercantil capitalista. Segundo Fonseca (1985), esse período afetou os pequenos fazendeiros que encontravam dificuldades para competir com as grandes empresas capitalistas emergentes. Essa situação levou os fazendeiros americanos a se organizarem em associações agrícolas, com a finalidade de discutirem seus problemas de produtividade e buscar soluções possíveis. Essas reuniões foram ganhando adeptos diversificados e o contato direto com pesquisadores de escolas e universidade intensificaram-se, culminando no início dos trabalhos de extensão rural.

Ao professor de agronomia Seaman Knaap foi atribuída as primeiras formas de extensão rural nos moldes do capital, sistematizada e racional. Foi ele o responsável por instalar em vários municípios do estado de Louisiana/EUA unidades demonstrativas de lavouras de algodão, tendo como objetivo através de métodos educativos expandir novas técnicas de cultivo e controlar doença nessas lavouras (OLIVEIRA, 1996; VIEIRA, 1988 citado por SOUZA, 2015). Essas unidades demonstrativas observavam, estudavam e experimentava novas técnicas visando produzir conhecimentos científicos necessário para melhorar o resultado no trabalho rural, transferindo os resultados obtidos diretamente aos produtores rurais. Nesse ato de “levar”

² Uma versão resumida deste capítulo foi publicado em: SANTOS, D. K. O. dos; CALEGARE, M. G. A. Breve estado da arte de psicologia e contextos rurais, antecedentes históricos da extensão rural, controvérsias e peculiaridades no contexto amazônico. In: TAMBORIL, M. I. B.; ZIBETTI, M. L. T.; URNAU, L. C. (Org.). **Diálogos Amazônicos em Psicologia**. Porto Velho: Temática, 2019. p. 22-43. E-Book. ISBN: 978-65-5025-005-8.

ou “estender” o conhecimento adquirido no âmbito das informações técnicas, cuja instituição seria elaborada e socialmente sancionada em momentos seguintes da história, ficou conhecido como Extensão Rural (FRAXE et al., 2008).

Em 1914, o Governo Federal Americano assumiu todas as experiências anteriores, institucionalizando o trabalho cooperativo de extensão rural, tendo como o principal objetivo difundir entre a população rural americana, ausente dos colégios agrícolas, conhecimentos úteis e práticos relacionado a agricultura, pecuária e economia do lar. Bechara (1954 citado por FRAXE et al., 2008) pondera que essa técnica encontrou os meios adequados para se estruturar e desenvolver, de modo que o resultado gerou sucesso para economia americana. Segundo o autor, se percebia a importância do diálogo direto entre extensionistas e produtores rurais de modo que a mensagem transmitida era recebida, interpretada e devolvida na medida em que as demandas chegavam e eram solucionadas. Mas esse não foi o contexto encontrado em outros países, sobretudo na América Latina.

Há um amplo consenso dos autores que discutem a extensão na América Latina que, subjacente ao discurso filantrópico de melhoria das condições de vida da população agrícola dos países subdesenvolvidos, existia uma ideologia decorrente da Guerra Fria, onde os Estados Unidos temendo que povos menos favorecidos aderissem ao comunismo, despertando o governo americano a dar início à criação de programas de assistência aos países considerados vulneráveis (FONSECA, 1985; VIEBRANTZ, 2008; SOUZA, 2015; LELIS; COELHO; DIAS, 2012). Assim, o “Modelo Clássico”, isto é, a extensão rural nos moldes do capital, sistematizada e com intuito de transferir conhecimento técnico informal à população agrícola, foi a primeira fase da extensão rural denominado pelos especialistas e oficializado pelo Estado, servindo de base para à criação e à organização dos Serviços de Extensão implantados em outros países (FRAXE et al, 2008). Cimadevilla (2003) considera que o início de toda argumentação válida sobre concepções de extensão rural, nos países subdesenvolvidos em que foi implantada, começou no desvelamento de sua verdadeira natureza, apontada pelo autor como de cunho interventivo. Em seu artigo, afirma que o caminho para compreender é mediante do conceito de intervenção, afirmando:

Por intervenção entendemos o processo pelo qual a ação é direcionada para modificar um estado natural de realidade intersubjetivamente identificada, seja de natureza natural - intervenção no ambiente - habitat ou condições sociais - intervenção nas ordens e princípios de organização social, assumindo que a ação em qualquer uma dessas dimensões afeta o resto (CIMADEVILLA, 2003, p.69, Tradução nossa).

Tal afirmação complementa o que vários autores falam a respeito da base fundante da

extensão rural na América do Norte ser completamente diferente dos países da América Latina. Isto é, a extensão nos EUA nasceu como educação informal para a população agrícola, mas no Brasil se deu mediante intervenção política, como abordaremos adiante.

No Brasil, a implantação do Serviço de Extensão Rural aconteceu, segundo Peixoto (2008), por meio de convênios entre políticos e empresários norte-americano e o Governo Brasileiro. Lisita (2005) chamou essa primeira fase no Brasil de “humanismo assistencialista”, prevalecendo desde 1948 até o início de 1960, pois foi marcado por ações paternalistas. Isto é, apenas as necessidades imediatas dos agricultores eram atendidas, por meio da indução de mudanças no comportamento, através de metodologias preestabelecidas as quais não dava qualquer tipo de embasamento para uma consciência crítica nos indivíduos. Para Fonseca (1985), o Serviço de Extensão Rural no Brasil foi usado como ferramenta para introduzir o homem rural no modo e na dinâmica da sociedade de mercado, condenando o modo de ser “parado” e “recatado”, em detrimento ao desenvolvimento e modernização emergentes.

O Estado brasileiro escolhido para encubar esse projeto de extensão foi Minas Gerais, que na época de 1940 tinha 70% de seus habitantes situados no meio rural (SOUZA, 2015). Segundo a autora, o modo de vida dos camponeses apontava índices desanimadores, como alta taxa de analfabetismo, doenças, precariedade alimentar, deixando nítido as necessidades de um projeto de melhoria na qualidade de vida da população. Desse modo, foi criada em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) fundada em 1956. Os serviços de ACAR não eram prestados diretamente por universidade, como nos EUA, e sim por associações. Uma inovação do modelo brasileiro, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos.

Outro aspecto da atuação das ACAR foi relacionado a integração de mulheres no trabalho de extensão. Eram economistas domésticas recém-formadas, que ingressavam nas ACAR atuando nos chamados pré-serviços, tratava-se de cursos que incluíam noções de sociologia rural, organizações de clubes, cultivo de hortas e direção de Jeep (PINHEIRO, 2016). De acordo com a autora esse curso foi um dos braços que visava dar apoio aos serviços de ATER com as famílias dos trabalhadores rurais. Tinha como premissa básica que essas agentes atuassem de forma a ampliar os horizontes de jovens e das donas de casa, passando a serem conhecidas como profissional de bem-estar social, com a missão ajudar a solucionar os problemas referentes ao lar no meio rural.

As décadas seguintes, de 1950 a 1970, foram intensamente marcadas pela transição da

agricultura precária à Agroindústria, baseando-se na aquisição de maquinário, insumos e industrializados por parte dos produtores rurais. De acordo com Lisita (2005), tendo em vista a abundância de crédito agrícola subsidiado, a implantação da Extensão Rural entrou em uma nova fase denominada “*difusionismo produtivista*”, pois caracterizava-se por difundir entre produtores rurais pacotes tecnológicos visando o aumento da produtividade. Esses pacotes, segundo o autor, eram primeiro transferidos aos extensionistas por técnicos americanos por meio de curso de capacitação e treinamento de extensionistas, cujo conteúdo consistia na reprodução de uma série de conhecimentos sobre ensino-aprendizagem, processos de adoção, liderança, comunidades e crédito rural. Os técnicos eram convidados através do “Programa de Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos” assinado com o governo norte-americano em 1954, do qual fazia parte o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), que funcionava em associação com o Ministério da Agricultura Brasileiro, que por sua vez difundiam entre os produtores rurais (PEIXOTO, 2008). Esse sistema a transferência de conhecimento para o agricultor ocorreu por meio do processo de comunicação unilateral, um repasse de informações, tendo como objetivo somente de divulgar, difundir e instituir um modo de conhecimento que promovesse mudanças no modelo de produção existente, indiferente com as reais necessidades do agricultor (FONCECA, 1985).

Foi também nessa época, em 1974, criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, autorizada pelo poder executivo a dar apoio financeiro às instituições estaduais que atuassem em ATER e pesquisa agropecuária, estruturadas e orientadas para o fortalecimento desse sistema industrial, favorecendo a produção em grande escala de matéria prima agropecuária. Lisita (2005) destaca que foi após a criação da EMBRATER que houve grande expansão do serviço de extensão rural no país, estando a extensão rural em 1960 em apenas 10% dos municípios do Brasil, e em 1980 chegando a cerca de 77%, composto em sua maioria por estados da região sul, sudeste, centro-oeste e nordeste.

No Brasil, surgiu dois segmentos a partir do extensionismo base: a assistência técnica sendo mais pontual e a extensão como prática educativa. Nesse sentido, Peixoto (2008) destaca a existência de dois enfoques para cada seguimento, diferenciado pelo público a quem era direcionado. O primeiro para a assistência técnica e ao produtor de médio e grande porte, e o segundo voltado ao pequeno produtor, como extensão “educativa”. Ao abordar essas duas vertentes, explicita:

A extensão pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Diferente da assistência técnica, pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica (PEIXOTO, 2008, p. 7).

Com uma ênfase cada vez mais crescente na assistência técnica devido os incentivos à industrialização, o modelo começou a receber questionamento sobre a quem serve a ATER, culminando no fim da década de 1970 no término do crédito subsidiado, que somado ao fim do regime militar levou a uma crise da extensão rural em todo o país. Havia se tornado notório que o direcionamento da prestação dos serviços de ATER estava voltado aos produtores de médio e grande porte, numa lógica excludente dos pequenos produtores. As críticas levaram a um emponderamento dos movimentos sociais que lutavam pelos direitos dos povos rurais.

Esse movimento todo levou às ideias de uma nova bandeira para a extensão, baseada no “*Modelo Participativo*” ou “educação participativa”, pautado na pedagogia de Paulo Freire e P. Oakley, cujas ideias são: diagnóstico, estratégia de ação e processo de avaliação como resultado ou expressão da participação ou dos interesses das comunidades rurais (FEITOZA, 2003). Assim, este modelo foi considerado mais adequado e democrático aos reais “necessitados” dos serviços ATER, ou seja, aos pequenos agricultores.

Como podemos conferir nesse primeiro momento, os pressupostos da extensão rural criada e da implementada no Brasil são fundamentalmente distintos. A prática da extensão criada nos EUA veio de uma demanda de baixo para cima: partiu das associações organizadas de fazendeiros que, pouco a pouco, foi incorporada pelas universidades e pelo Governo americano. A implementada no Brasil veio de cima para baixo num processo de intervenção institucionalizada. Percebemos que o extensionismo brasileiro foi uma atividade orientada desde o início para o desenvolvimento capitalista do campo, fortemente influenciado pelo capitalismo monopolista norte-americano, sendo sua prática de caráter interventiva. E também determinada ideologicamente para ser um processo educativo domesticador e excludente, uma adequação do governo brasileiro que configurou a extensão em um processo político que encontrou no campo agrário as condições necessárias para ser estabelecida.

Na próxima seção compreenderemos quais aspectos sociais foram historicamente atrelados à concepção da extensão rural. Ponderaremos como a educação e os serviços sociais presente no discurso institucional dos serviços de ATER se deram na prática, e quais as influências que âmbito social teve no percurso histórico da extensão.

2.2 Controvérsia Histórica da Prática Educativa na Extensão Rural

Após três décadas da implementação da extensão rural e dos serviços de ATER no Brasil, o aspecto educativo da extensão rural evidenciava ambiguidades e muitas contradições. Como foi falado anteriormente, com a criação das ACAR nos estados brasileiros se agregavam assessores norte-americanos, que traziam do seu país experiências que ajudaram a implantar a ACAR nos mesmos moldes do *Farm Home Administration* e do *Extension Service*, ao ministrar seus princípios fundantes em cursos sobre extensão rural ao extensionistas em formação. Sobre a ampliação desses treinamentos, afirma-se:

Com o crescimento das filiais do sistema ABCAR, passam a ser criados centros de treinamento regionais CETREINO (Nordeste), CETREISUL (R.G. Sul), CEE (Viçosa – MG) e, logo em seguida surgem os Centros de Treinamento (CETRE), criado em Florianópolis (SC), onde foram treinados muitos dos extensionistas gaúchos e grande número de professores das áreas de Ciências Rurais das nossas Universidades (CAPORAL, 1991, p.55)

Assimilavam nesses treinamentos orientações teóricas que os ensinava a ver a extensão rural como uma “empresa educativa”, cujo objetivo era o de “desenvolvimento das comunidades”, elevando o nível socioeconômico das famílias rurais, construindo assim uma noção de “agente de mudança”. Para tanto, era necessário modificar o que os agricultores sabiam, pensavam, acreditavam e produziam (VIEBRANTZ, 2008). Era desse modo que a extensão rural atribuía a sua visão socioeducativa aos novos extensionistas que entravam no sistema, dando-lhes um molde.

Na tentativa de desenvolver ações que se enquadrassem no discurso socioeducativo da extensão, foram criadas algumas iniciativas nesse sentido. Como Souza (2015) destaca, os Clubes 4-S em Minas Gerais tinham o objetivo de introduzir os mais jovens à ciência e práticas agrícolas, e também ofereciam outras atividades como a prática de esportes e noções de economia doméstica, de modo que o jovem desenvolvesse suas habilidades e as engajassem em suas comunidades. Para Fonseca (1985), tratava-se de uma estratégia para conter o êxodo rural, uma vez constatado que nessa faixa etária no “ideário juvenil” predominava as possibilidades que o meio urbano poderia proporcionar, como emprego e prosperidade econômica, e não mais o trabalho na agricultura. Assim, o principal interesse era reter esses jovens no campo como ferramenta de trabalho para o processo de difusão de novas tecnologias, reforçando seu objetivo primeiro, a intensificação da produção agropecuária.

Outro exemplo foi a criação da Comissão Brasileira-Americana de Educação das

Populações Rurais (CBAR), entidade que tinha a finalidade de introduzir iniciativas de educação no meio rural. No entanto, Fonseca (1985) destaca que a educação proporcionada aos camponeses não era o tipo de educação voltada para a formação de um indivíduo com pensamento crítico, capazes de agir com autonomia, mas depositários da mera transmissão de conhecimentos. Além do fato das infraestruturas serem extremamente precárias, o que contribuía ainda mais para a reprodução do autoritarismo no campo.

Segundo Peixoto (2008) houve ainda outras iniciativas, com foco na educação e na socioeconomia das comunidades rurais, como a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inspirada em experiências das missões do México. Nestas, foram criadas missões rurais de educação pautadas na filosofia do desenvolvimento de comunidades por processos educativos e assistenciais, que contava com a ajuda de uma equipe multidisciplinar, constituídas de agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais. Contudo, as missões duraram pouco, pois mostraram-se de alto custo e pouco úteis. Assim também foi com as CNER, apesar de ter mantido 18 missões em funcionamento, os resultados foram incipientes para o objetivo primeiro, o de promover o desenvolvimento local, sendo extinta após onze anos de funcionamento.

Uma outra iniciativa, com curto período de atuação, segundo Peixoto (2008), foi uma Fundação denominada Serviço Social Rural (SSR), com jurisdição em todo território nacional, cujo foco era o de prestar serviços sociais ao meio rural, especialmente ao que concernia à alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação e assistência sanitária. Mas devido à demora de preenchimento dos cargos, que era feito mediante concurso público, entre outras razões, teve vida curta e foi ao final absorvida por outra superintendência.

Para Fonseca (1985), todas as alterações direcionadas ao modo de produzir do agricultor acarretaram em mudanças “violentas” no dia a dia do homem rural, uma vez modificado seu modo de trabalhar, conseqüentemente modificou também sua cultura, pois se viram sujeitos a incorporar novos costumes ao modo de se alimentar, se vestir e se relacionar. Todas as ações desenvolvidas, tendo o foco no agricultor e sua família, não passaram de estratégias capazes de garantir a aderência e a posterior subordinação do homem como produtor agrícola, que pudesse satisfazer as demandas do desenvolvimento urbano-industrial (CAPORAL, 1991).

Tendo em vista a persistência desta problemática com o comportamento resistente de muitos agricultores, surgiu nesse panorama estudos e pesquisas sociológico-antropológicas, no qual Everett Mitchell Rogers ganha destaque ao ser considerado o responsável pela criação de um novo paradigma, onde ele integrou o “modelo clássico” ao “mundo subdesenvolvido”. O

modelo criado foi denominado “*Modelo Difusionista-Inovador*”, que traz em suas bases teóricas, com base na Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons, o princípio de difundir ideias de inovações por meio da comunicação às comunidades agrícolas (FRAXE et al., 2008). Segundo Fonseca (1985), o paradigma de Rogers determina que é necessário erradicar dos agricultores, tanto quanto de suas coletividades, os padrões de conservadorismo, afetividade e compadrio. Ou seja, todas as formas não racionais de resolver seus problemas pelas formas racionais científicas, isto é, a neutralidade afetiva, padrões associados ao lucro, universalismo, inovações técnico-científica. Assim, os problemas enfrentados seriam eficazmente resolvidos e nesse processo a sociedade passaria do tipo tradicional à moderna. De acordo com Caporal (1991), essas influências podem ser encontradas, por exemplo, no Manual do Extensionista da EMATER –RS, constando referências diretas ao “ideário” difusionista de Rogers.

Entretanto, esse novo paradigma traz consigo um problema fundamentalmente filosófico, pois nele o objetivo primeiro era o de persuadir moradores do campo a adotar uma visão de mundo do outro, externa ao seu meio, por meio de propagandas. Isso comprova que seu modelo segue a lógica de mercado, sendo este um outro instrumento utilizado para reforçar ainda mais a adesão do agricultor ao sistema capitalista. Quem alerta para essa questão é o educador brasileiro Paulo Freire (1983) ao escrever o livro “*Extensão e Comunicação*”, demonstrando em suas análises a ideia de negação e anulação ao modo de vida dos habitantes do campo e de seus conhecimentos. Faz duras críticas às ações dos extensionistas, ao considerá-las uma ferramenta de manipulação, domesticação e de invasão cultural do povo rural. Em suas palavras:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para à sua maneira, “normatizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo (FREIRE, 1983, p. 13).

Seu principal questionamento foi com relação ao conceito de educação atrelada à extensão rural, perguntando-se como os instrumentos de persuasão usados pelos extensionistas pode levar a uma educação verdadeira. Ele entendia que a extensão rural buscava substituir um modo de conhecimento por outro, o que em sua perspectiva configura-se como conceito de propaganda e não em ação educativa, apesar de não negar a necessidade do camponês de apreender novos conhecimentos através do agrônomo (extensionista), com tanto que fosse uma educação pautada nos princípios da liberdade, da comunicação e do diálogo. Freire (1983) entendia que a ação de estender, na extensão, está baseada em princípios antidialógico,

incompatível com uma autêntica educação. Assim com base em uma análise crítica-reflexiva da palavra/termo extensão, tece os fundamentos de uma nova proposta de extensão, cujas base teórico-filosófica e metodológica fossem pautadas nos princípios da comunicação e da participação dialógica ente extensionistas e camponeses. Para tanto, deixa claro que a “expressão educativa” na extensão só tem sentido ao se tomar criticamente a educação como prática “bancária”, isto é, a mera transferência ou repasse de ideias.

Nesse sentido, Caporal (1991) ressalta que apesar do debate crítico proposto por Paulo Freire, o modelo difusionista prevaleceu como principal orientação nas práticas extensionistas, isto é, tornar o povo rural predisposto a mudanças, nos moldes de educação para adoção de inovações. Mas as consequências deste modelo foram enfrentadas pela própria EMBRATER (1990), que em um de seus últimos documentos informou que as rápidas expansões das fronteiras agrícolas acarretaram uma série de fatores negativos, sendo seis deles elencados a seguir:

1. Ocupação desordenada do espaço rural, com nítidos e indesejáveis prejuízos ecológicos;
2. Marginalização dos agricultores que não se adaptaram as novas bases tecnológicas;
3. Concentração da propriedade da terra;
4. Forte êxodo rural;
5. Alterações no processo de urbanização quantitativo e qualitativamente;
6. Aumento da dependência da produção agrícola extra agricultura ao mercado internacional (EMBRATER, 1990, p. 11).

Diante desse cenário, o sistema de extensão entrou em crise, levando inevitavelmente à um “repensar” da extensão rural e suas formas de atuação (SOUZA, 2015). Novamente as ideias de Paulo Freire são retomadas e exerceram fortes influências no questionamento do *ethos* extensionista (DIAS, 2007). Em algumas ocasiões, isso ficou aparente no âmbito das universidades, onde de acordo com Caporal (1991) se destacou um grupo de professores universitários concentrados na XVI Reunião Anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Este grupo questionou o ensino da extensão rural nas universidades brasileiras, propondo mudanças da abordagem tecnicista tradicional por uma abordagem voltada para a compreensão dos problemas locais, tanto quanto a criação de alternativas adequadas.

Segundo Dias (2007), o advento da democratização do país marcou o início dos processos de descentralização nos sistemas de extensão em todo Brasil, reforçando a emergência de movimentos sociais que emponderavam os pedidos de mudança da população rural. Essa conjuntura culminou na proposta de um “*Modelo Participativo*” provinda da EMBRATER, como já falamos, uma metodologia baseada na pedagogia de Paulo Freire. Tal

proposta preconizava que os planejamentos realizados deveriam considerar o homem como sujeito de sua ação, que exercita sua inteligência, seu raciocínio e sua criatividade na busca de soluções e decisões a que sejam capazes de modificar ou transformar seu mundo físico e social (EMBRATER, 1987). Esse modelo se tornou a nova bandeira do extensionismo da EMBRATER nos anos de 1980, muito embora ao tornar esse um ato de reconhecimento do equívoco de sua prática nos últimos anos, não desenvolveu mecanismos eficientes que operacionalize essa mudança em uma prática efetiva (FEITOZA, 2003).

Essa ambiguidade seguiu por todo o período de crise dos anos seguintes, como argumentou Lisita (2005), onde inclusive seguiu-se as orientações da linha básica da pedagogia da libertação, desenvolvidas por Paulo Freire, que a extensão se apropriara, contudo sobre os mesmos propósitos difusionistas que baseavam sua ação nos moldes antes instituídos. Caporal (1991) apontou que a mais concreta atitude a respeito da questão social do extensionismo aconteceria na posse do presidente da EMBRATER em 1985. Em seu discurso, ele sinalizou uma nova orientação para a extensão, que priorizasse os pequenos agricultores, disponibilizando a eles uma extensão rural democrática e popular, sendo mais permeáveis a suas demandas, através de métodos e processos educacionais do trabalho extensionista mais descentralizados. Logo se exigiu dos extensionistas a institucionalização do aspecto social, isto é, cobrando deles a capacidade de interpretar a realidade socioeconômica e cultural, bem como fazê-la de forma conjunta com os agricultores, suas famílias e organizações. Entretanto, os que vão responder a esse desafio, de criar estratégias para colocar em prática metodologias participativas de ATER, são os órgãos de pesquisas, ONGs, universidades e movimentos sociais, como afirmaram Lisita (2005) e Dias (2007).

Como pudemos constatar, a extensão rural carregou durante toda sua história de atuação controvérsias quanto aos processos socioeducativos, tendo em suas iniciativas como objetivo primeiro a lógica capitalista/produtivista da agricultura. Três décadas depois, reconheceu-se através de sua proposta do *Modelo Participativo* que a atuação da prática extensionista educacionais, até então, não levava em conta os reais aspectos sociais da população rural. Isso porque se impunha uma adequação ao mercado capitalista, presentes sempre na lógica de todas as iniciativas sociais extensionistas até o início da década de 1980. Persiste ainda, como podemos observar, a questão não resolvida no que diz respeito à atuação dos extensionistas quanto ao processo educativo. Estando essa questão alçada nos debates sobre extensão rural, partem deste ponto as principais propostas de alteração na atuação da extensão rural.

2.3 Extensão Rural no Amazonas

2.3.1 Peculiaridades do âmbito amazônico

Antes de abordarmos como se deu a extensão rural local, faz-se necessário discorrer sobre as peculiaridades regionais, pois o Amazonas está no contexto amazônico, o que o diferencia de outros estados brasileiros. Especialmente por seu agroecossistema³ e por suas particularidades étnico-sociais, influenciando diretamente na prática da extensão rural quanto à sua adequação ao contexto rural adverso e seu desenvolvimento.

Fraxe et al. (2008) destacaram que uma das principais distinções amazônicas está no contexto rural, pois o local escolhido para as atividades agrícolas é caracterizado pela alternância entre a várzea e a terra firme. A definição do ecossistema de várzea, segundo Sternberg (1998), diz que são terras alagadiças nas imediações dos rios, ou seja, são “terras imaturas” que fluem através de formações sedimentárias depositadas pelos rios, representando 2% da bacia amazônica. Em compensação, a terra-firme abrange aproximadamente 98% de toda região amazônica. Quanto ao ecossistema amazônico de modo geral, Fraxe et al. (2008, p. 29) afirmaram:

Possui vasta diversidade de habitats como florestas e savanas, com dominância de palmeira, florestas de bambus, castanhais e matas de cipó. Embora a terra-firme ostente uma rica biodiversidade, as espécies vegetais e faunísticas estão distribuídas de forma dispersa e os solos predominantes (argilosos e arenosos) são em geral incipientes para a agricultura.

Isso constitui um desafio tanto ao cultivo da terra, quanto à sobrevivência dos povos que habitam nesse âmbito de florestas e rios. Entretanto, é possível perceber a adaptabilidade do homem amazônico, obtida por meio de sua convivência com o meio ambiente, lhes proporcionando o saber local, sendo este fundamental para permitir o desenvolvimento de estratégias práticas para a vivência nesse ecossistema. Segundo Fraxe et al. (2008), um exemplo disso é a agricultura itinerante, que é a implantação dos subsistemas produtivos. Trata-se de um processo em que a mata é cortada e queimada, depois faz-se a roça, isto é, o cultivo. Quando a terra vai perdendo a fertilidade do solo, eles a abandonam para que essa área de roça seja tomada pela vegetação. Essa vegetação tem a capacidade de recuperar parcialmente o solo, e depois de um certo tempo, eles a retomam para um novo período de cultivo.

³ Agroecossistema: quando uma unidade tem objetivos e funções claramente definidos de agricultura, torna-se um conjunto compreendido pelo ecossistema natural e ambientes modificados pelo ser humano, contido na propriedade rural, no qual ocorrem complexas relações entre seres vivos e elementos naturais (rocha, solo, água, ar, reservas minerais) (ODUM citado por FRAXE et al., 2008).

Na terra-firme o ciclo anual das atividades de subsistência está vinculado à alternância de estações seca e chuvosa. Na seca para a limpeza da área de cultivo e as atividades de caça, e no início do período das chuvas para o plantio e a pesca. O extrativismo vegetal de plantas medicinais, madeira e frutos comestíveis se dão o ano todo. Já na várzea, o ciclo anual das atividades está associado ao regime das águas. Como na cheia as águas invadem os terrenos de várzea, as famílias migram para outros terrenos ou constroem instalações suspensas, regionalmente chamadas de “maromba” para abrigar seus animais, configurando no que a autora chama de dinâmica sazonal.

Batista (2007) ponderou que a região amazônica é reconhecida por uma identidade física e cultural, marcada pela sua diversidade. Isso gera uma combinação complexa de processos naturais e socioculturais que excede fronteiras nacionais envolvendo populações, etnias, línguas e culturas diversas, formando o que ele define de Pan-Amazônia.

Essas perspectivas, assim como de vários autores que abordam as questões ambientais e sociais na região amazônica, partem a princípio de recortes proveniente das fronteiras físicas e culturais que definem a Amazônia legal. Este conceito foi instituído pelo Estado brasileiro, onde define que se trata da área que engloba nove estados do Brasil pertencentes à Bacia amazônica, e à extensão de ocorrência das vegetações amazônicas (OEKO, 2014). Dentre os estados citados, o Amazonas, com uma área de 1.559.159,148 quilômetros quadrados, configura-se como o maior estado do país (IBGE, 2012), superando em território as regiões Sul e Sudeste somadas, distinguindo-se radicalmente destes últimos no que diz respeito à paisagem e noções de ruralidades.

Nesse sentido, ao abordar questões a respeito das ruralidades à Amazônia e ao Amazonas, Calegare (2017) ponderou ser mais pertinente se falar em *florestalidade* em detrimento ao termo *ruralidades*. Isto porque o contexto regional se apresenta por uma paisagem bastante clara com limites nítidos entre floresta/rios/terras e cidade. Contribuindo com suas análises, pensamos em um universo amazônico ponderando a interação dinâmica entre o mundo florestal e o urbano a partir das características regionais, e pela vivência das pessoas que integram elementos de suas histórias particulares, do grupo e da sociedade à relação com o entorno físico-social.

Logo, se faz relevante delinear a composição étnica/social do Amazonas, pois de acordo com Fraxe (2009), a biodiversidade de ambientes e paisagens se reflete na diversidade social e cultural dos povos amazônicos. Complementando, nessa mesma linha Batista (2007) ponderou que a composição da população do Amazonas é formada por uma multiplicidade de

identidades, decorrente de processos dinâmicos entre as condições ambientais, fatores econômicos e transformações sociais.

Grande parte da população amazonense encontra-se concentrada na capital, Manaus. Isso se deve principalmente em função das aspirações e acesso de melhor padrão/qualidade de vida, proporcionadas por grandes momentos de ascendência econômica ao longo da história do Amazonas. Nesse sentido, Feitoza (2003, p.27) destacou como os principais:

Situação em que as atividades foram: a coleta de drogas do Sertão, nos séculos XVI, XVIII, o período gumífero, representado pelo esplendor e declínio da borracha, no final do século XIX e início do século XX; as políticas voltadas para a interiorização do desenvolvimento, mediante a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SUDAM), e mais recentemente, em 1967, através do Decreto n.º 288 de 27 de fevereiro de 1967, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), através da política de desenvolvimento atualmente em curso e que se caracteriza pela concessão de incentivos fiscal e infraestrutura oferecida as indústrias para se instalarem em Manaus-AM.

Isto pode ser compreendido como uma atração à população dos interiores do Amazonas, como também de outros estados brasileiros e países próximos em crise, como é o caso da Venezuela recentemente (SILVA; TORELLY, 2018). Apesar das múltiplas influências de grupos socioculturais na formação social do povo amazonense, podemos considerar que existem dois seguimentos ou grupos mais expressivos que representam e compõem a identidade da população do Amazonas: os indígenas e os caboclos-ribeirinhos.

Segundo o último censo do IBGE (2010), o estado do Amazonas possui 168,7 mil indígenas, a maior população autodeclarada indígena do país. Existe cerca de 66 etnias em todo o estado, cada uma com sua cultura, costumes e visão de mundo próprias, e podem ser encontradas vivendo em grupos étnicos nas terras demarcadas, como também nas cidades, de forma pluriétnica. Algumas áreas urbanas são contempladas com números expressivos de habitantes indígenas, como por exemplo o município de São Gabriel da Cachoeira, com 95% da população total sendo de indígenas. E a própria capital, Manaus, com cerca de 3.837 mil indígenas que migram, nascem e vivem permanentes na cidade, que vem recentemente sendo reconhecidos como “índios urbanos” (BERNAL, 2009). Apesar dessa estatística oficial, um dado extraoficial dos movimentos indígenas de Manaus aponta a presença de aproximadamente 30 mil indígenas vivendo na capital amazonense.

Com relação aos caboclos-ribeirinhos, segundo Fraxe et al. (2009) trata-se de pessoas nascidas na região amazônica, procedentes da miscigenação entre o índio, o branco e o negro, que em suas relações com o rio, a terra e as florestas criaram sua própria visão de mundo,

práticas de trabalho, crenças e costumes, dando forma à cultura amazônica. De acordo com Cruz (2008), quando se fala de identidade das populações amazônica logo vem a imagem do caboclo-ribeirinho, lembrada como uma espécie de personificação daquilo que se considera como mais típico da cultura regional.

Tendo em vista esse panorama das particularidades amazonenses, entendemos a necessidade de que para qualquer política de desenvolvimento da Amazônia torna-se imprescindível levar em consideração as peculiaridades locais e regionais, valendo-se do conhecimento que os povos da floresta detêm sobre esse ambiente. Na próxima subseção abordaremos como se deu a chegada da extensão rural no Amazonas, e os processos de adaptação desta prática no agroecossistema da região.

2.3.3 A chegada da Extensão Rural no Amazonas

O cenário da implementação da extensão rural amazonense, segundo Feitoza (2003), foi marcado pela intensificação das ações do governo federal para a Amazônia, como: criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967; construção de estradas (Transamazônica); Programa de Integração Nacional (PIN), ocasião em que os militares tinham como imperativo o desenvolvimento da região, considerando como indispensável a integração da região ao resto do país. O autor ressalta que na ocasião da criação da ACAR-AM, em 1966, o estado vivia paralelamente um período econômico marcado pela hegemonia das atividades extrativistas vegetal, animal e mineral. Nas atividades agropecuárias, destacavam-se o semiextrativismo das fibras, jutas e malva, como também na agricultura familiar o feijão, milho, arroz e mandioca.

O modelo extrativista de exploração rendeu sucesso para a economia estadual, até entrar numa fase de exaustão dos recursos naturais. Após muitas críticas a esse modelo, somou-se as tensões geradas pelos conflitos pela terra, êxodo rural e empobrecimento de expressiva parcela das populações rurais, que continuavam sob o julgo do modelo produtivista. Mesmo já tendo sido anunciado o imperativo dirigido às EMATER estaduais de se adequar ao *modelo participativo*, esse período de crise da extensão rural afetou todos os níveis das instâncias do Federal como das estaduais, levando à extinção da EMATER-AM.

Evidenciamos que tais mudanças se deram somente no âmbito do discurso oficial, pois na prática a extensão rural ainda seguia a perspectiva Rogeriana, cujos métodos extensionistas continuavam orientados no sentido de educar/persuadir o produtor aos pacotes tecnológicos (FEITOZA, 2003). Contudo, todo esse processo de mudanças paradigmáticas, inegavelmente,

abriu espaço para questionamentos e para práticas alternativas de extensionistas que acreditavam em outra missão para a extensão rural (DIAS, 2007).

É nesse contexto que surgiram as primeiras iniciativas com base na agroecologia. De acordo com Caporal (2009), diante do imperativo ambiental, que tem levado a uma crescente demanda da sociedade por modelos de desenvolvimento sustentável, ficou evidente a necessidade de mudanças no modelo convencional de agricultura instituído a partir da revolução verde. Todavia, alerta que o conceito da agroecologia não foi criado com base na preocupação de resolver os problemas gerados pelos modelos de produção e de consumo anteriores, mas em como gerenciar os recursos naturais limitados que temos agora e nas futuras gerações. Sobre essa perspectiva afirma:

[...] busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados. Defende-se que, a partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas (CAPORAL, 2009, p. 2).

Assim segundo Peixoto (2008), foi formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), de forma mais democrática, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Assim, tiveram a participação e articulação com diversos setores do Governo Federal, segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, sobretudo inspirado nas experiências da EMATER gaúcha, experiências essas com base nas propostas da “transição agroecológica”. Foi lançado em maio de 2004, servindo de base para definir as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), responsável por estimular os estados a elaborarem seus próprios programas estaduais de ATER.

Como resultado da percepção da equipe estadual do governo do Amazonas, que era necessário ajustar-se às novas políticas do Governo Federal, foi concebida a proposta de um instituto a nível local. Desta forma, se deu a criação do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), em 1996, consolidado na tentativa do governo em superar as dificuldades enfrentadas pelas organizações extensionistas, em vista à desestruturação do setor, visando promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental ao meio rural amazonense. O IDAM atua até hoje como única

instituição estadual exclusivamente de ATER, pautada nos princípios da agroecologia e nas metodologias *participativas*, com o foco na agricultura familiar (IDAM, 2017).

O IDAM é uma autarquia cujos funcionários são admitidos mediante concurso público, ou por contrato temporário direcionado para o trabalho de campo. Tem por objetivo: supervisionar, coordenar e executar as atividades de ATER, no âmbito das políticas e estratégias do Governo Estadual para os setores agropecuário, agroindustrial, pesqueiro, agroflorestal e florestal do Estado do Amazonas através de estudos, propostas e ações respectivamente para cada setor. De acordo com Feitoza (2003) e Fraxe et al. (2008), apesar do investimento feito para que o número de municípios fosse diretamente assistido pela instituição (62 municípios no total), ainda se caracteriza por possuir uma eficiência parcial. Isso porque há carência de técnicos nos interiores do estado, falta de capacitação e reciclagem de mão de obra especializada, bem como a ineficiência do sistema de informação, fatores que contribuem negativamente na qualidade dos serviços prestados pelo IDAM. Como justificativa, ressaltou-se o acúmulo de atribuições diferenciadas de algumas gerências, pois seu quadro funcional é constituído de técnicos e administrativos, oriundo de diferentes instituições já extintas, como SEPROR, EMATER e CODEAGRO. Isso implica em desnível salarial e afinidade profissional distinta, gerando descontentamento por parte de seus funcionários. Com respeito às implementações das ações do IDAM em campo, estas são bastante complexas, uma vez que o meio físico, geográfico, étnico, econômico e sociocultural exerce grande influência, e por vezes condiciona o trabalho a ser realizado. Nesse sentido, fica explícito na fala de um dos agentes entrevistado por Feitoza (2003, p. 42) ao relatar:

Naquela região do alto Solimões, mais de 60% da população são indígenas e, quando você vai trabalhar com populações indígenas, os valores culturais deles são totalmente diferentes dos ditos brancos. Então, se você vai com uma forma de trabalho que você está acostumado a fazer com os ribeirinhos, com esse pessoal não vai dar. Esse é o primeiro problema, o segundo é que a maioria do nosso pessoal sequer sabe, sequer eles têm conhecimento, para trabalhar com esse público diferenciado. (Entrevistado J.)

Esse depoimento evidencia que o contexto amazônico impõe limitações às formas de atuações da extensão rural do Amazonas, requerendo um olhar diferenciado e planejamento compatível com as características da região. Contudo, a rotatividade e a redução dos agentes em campo, por contados contratos temporários, constituíram um quadro desfavorável para a atuação de ATER estadual, conforme argumentou Feitoza (2003) em referência ao resultado negativo explicitado no Relatório Estadual do Amazonas apresentado no ano de 2002. Isso

abriu, por meio dessa inadequação, espaço para outras agências e instituições para desempenhar este papel, levando adiante a prestação dos serviços de ATER sob perspectivas diversas, como é o caso do movimento REMA e do NUSEC, aspectos estes da extensão rural local a serem caracterizados com a produção de dados desta pesquisa.

Como pudemos constatar durante toda a trajetória da extensão rural no Brasil sempre foi carregada de controvérsias quanto a sua atuação, relacionados tanto aos processos socioeducativos referente a extensão, quanto à assessoria técnica pontual, ao passo que revelou ter em suas iniciativas o objetivo primeiro da lógica capitalista/produtivista da agricultura. A chegada da ATER no Amazonas foi tardia, e cheia de desafios geográficos e ambientais, gerando demandas difíceis de serem supridas pelo único órgão estadual de Ater. Essa situação abriu caminho para que outras instituições preenchessem essa lacuna, como veremos a seguir no capítulo três.

CAPÍTULO 3 - CONCEPÇÕES DOS EXTENSIONISTAS AMAZONENSES

3.1 Introdução

No primeiro capítulo buscamos evidenciar quais as contribuições da Psicologia e/ou Psicologia Social ao contexto rural e à extensão rural, através de um levantamento bibliográfico integrativo onde foi evidenciado o caráter inovador de 22 pesquisas que abordam a perspectiva da Psicologia Social relacionada ao mundo rural. Verificamos que havia maior destaque às questões de gênero, mas também ligadas ao trabalho, geração, direitos humanos e raça-etnia. Os pesquisadores, além disso, têm reconhecido a necessidade de criar novas epistemologias adequadas à realidade rural e florestal, como teorias e métodos criados a partir das experiências com as pessoas nesses contextos. Quanto à extensão rural, os trabalhos abordando essa temática são todos de autoria de Landini e/ou em parceria dele com outros autores, configurando pouquíssimas publicações dentro da Psicologia Social.

Vimos no segundo capítulo que a extensão rural carregou durante toda sua história de atuação controvérsias quanto aos processos socioeducativos, tendo em suas iniciativas o objetivo primeiro da lógica capitalista/produtivista da agricultura. Diante disto, consideramos que por envolver processos de aprendizagem, educativos, grupais e interação social entre diferentes atores, as Psicologias possuem ricas contribuições para as questões do extensionismo rural, especialmente na região amazônica, por configurar um contexto plural, tanto em relação ao ambiente quanto à questão social.

Neste terceiro capítulo, finalmente apresentamos os resultados obtidos com os dados produzidos a partir do questionário para técnicos de ATER, contemplando nessa amostra as concepções de 60 extensionistas que trabalham no Amazonas de nove instituições diferentes. Como já referido na introdução, as três primeiras que entramos em contato foram o IDAM, NUSEC/UFAM e REMA, as quais encontramos inicialmente assinaram o termo de anuência (Apêndice I a III). As outras seis instituições que surgiram nas respostas enviadas na pergunta sociodemográfica da primeira parte do questionário foram: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social (AANDES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ), Microempreendedor Individual (MEI), Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA) e Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR). Antes de fazermos uma caracterização das instituições de extensão rural no Amazonas e abordar os dados de nossa pesquisa, abordaremos as questões metodológicas.

3.2 Metodologia

Esta pesquisa é quantitativa, pois buscou objetividade lançando mão de amostras da população pesquisada. Os dados foram coletados com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros, e recorreremos à linguagem matemática para descrever as relações entre variáveis e as causas do fenômeno (SILVEIRA; CORDOVA, 2009). Quanto à natureza desta pesquisa, é de caráter básica, pois os autores definem assim quando a pesquisa gera novos conhecimentos de interesses universais, mas não tem aplicação prática prevista.

A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2018 e abril de 2019. Acessamos aos participantes com o apoio do diretor/coordenador do IDAM, NUSEC e REMA que entraram em contato com os extensionistas apresentando a pesquisa, ou nos fornecendo os contatos para que a apresentássemos. No total, 60 técnicos de ATER do Amazonas responderam ao questionário completamente. O instrumento de pesquisa (Apêndice V) foi um questionário autoadministrado, que foi traduzido do espanhol para o português, testado, ajustado e disponibilizado on-line na plataforma do Survey Monkey, e constituiu-se de duas partes: uma incluindo questões sociodemográficas e a outra contendo uma lista de itens Likert e perguntas sobre a ATER e temas relacionados. A primeira parte é composta por 15 perguntas sociodemográficas, a saber: aceite de participação, nome, país, estado, sexo, idade, nível de educação, títulos acadêmicos, trabalho atual, tipo de instituição, nome da instituição, anos de experiência, município, assessor ou extensionista.

A segunda parte é composta pela escala Likert, constituída por 32 itens, isto é, sentenças ou declarações que os respondentes avaliam em termos de grau de concordância ou discordância, tendo cada item cinco opções de resposta: 1= discordo totalmente; 2= discordo; 3= não concordo nem discordo; 4= concordo; 5= concordo totalmente(SULLIVAN; ARTINO, 2013).Em seguida, tem-se mais 4 perguntas sobre ATER e assuntos relacionados, sendo elas sobre: público-alvo ou níveis de ação priorizado; identidade profissional; objetivos do trabalho de ATER; orientação produtiva. Estas perguntas foram estruturadas em escalas de modo que as respostas avaliassem os níveis de preferencias, uso, importância e identificação.

A escala Likert foi construída e validada por Landini e Beramendi (2019), que a criaram com o objetivo de avaliar as crenças sobre extensão técnica e inovação dos participantes baseada em uma pesquisa anterior (LANDINI; BERAMENDI, 2016). Foi inicialmente elaborado uma lista inicial de 151 itens, que ao serem submetidos a análises estatística para avaliar os itens fortemente correlacionados, obtiveram 10 dimensões ou fatores subjacente. Ao realizar uma melhor seleção de itens, contemplando os que tivessem uma redação mais clara e que melhor se ajustassem à descrição de cada área, resultou numa lista reduzida em 32 itens e 5 dimensões, a qual foi denominada: "Crenças sobre a Extensão e Escala de Inovação". No andamento da pesquisa maior, em que nosso projeto de mestrado faz parte, após a coleta de dados os autores constataram alguns itens problemáticos a nível estatístico, e consideraram ser necessário excluir seis itens (27, 28, 29, 30, 31, 32) para alcançar um melhor resultado quanto ao desempenho da escala. A seguir, podemos conferir os 5 fatores e seus respectivos conjuntos de itens considerados validos e fortemente correlacionados, bem como as crenças e/ou abordagens que a escala se propõe a avaliar.

- Fator 1 (itens 2, 5, 17, 22, 23 e 26). Abordagem difusionista. Refere-se à orientação de transferência de tecnologia e uma concepção linear de inovação, algo que foi gerado por pesquisadores apreendido pelos assessores e extensionistas e transferido para os produtores. Os itens contidos nesse fator descrevem os pesquisadores como a (única) fonte de conhecimento e inovação, extensionistas e consultores como seus difusores e agricultores simplesmente como adotantes de conhecimentos e inovações gerados externamente.
- Fator 2 (itens 6, 8, 10, 11, 12, 18 e 24). Abordagem dialógica. Trata-se de várias situações nas quais diferentes atores (extensionistas, produtores, instituições) dialogam, interagem, coordenam e/ou trabalham juntos de maneira horizontal para alcançar fins diferentes.

- Fator 3 (itens 13, 15, 19, 20 e 25). Culpabilização dos produtores. Expressa uma dimensão diferente das crenças de extensionistas e consultores sobre extensão e inovação, no sentido de que não descreve ou se refere a um modelo teórico específico, mas a crenças subjacentes que os praticantes usam para moldar sua prática, isto é, à tendência de afirmar que os produtores são passivos e/ou não se comprometem com mudanças para melhorar ou progredir.
- Fator 4 (itens 1, 3, 7 e 9). Abordagem participativa. É composto por itens que avaliam o valor que os respondentes atribuem a uma abordagem de extensão orientada pela demanda e à participação dos agricultores no desenho e avaliação de projetos ou programas de extensão.
- Fator 5 (itens 4, 14, 16 e 21). Atitude autocrítica. Este fator expressa o grau de autocrítica reflexiva (positiva) dos extensionistas rurais e é composto por quatro itens, que exploram e avaliam em que medida os profissionais estão abertos (ou não) a questionar como eles se comportam em sua extensão ou prática consultiva. Inclui itens que valorizam (1) a reflexão individual sobre a prática, bem como (2) a solicitação de feedback sobre como fazemos nosso trabalho com agricultores e pares. É importante ressaltar que esse fator não parece abordar as crenças dos respondentes sobre extensão ou inovação, mas sua capacidade e flexibilidade para mudá-lo por meio de um processo reflexivo.

Os procedimentos de validação seguiram quatro fases sequenciais: (a) avaliação dos dados, (b) análise fatorial, (c) análise da consistência interna e (d) rotulagem e explicação dos fatores. Para tanto, foram utilizados os softwares SPSS 21 e o AMOS 18, respectivamente (LANDINI; BERAMENDI, 2019).

Ao utilizar o instrumento em nossa amostra amazonense, percebemos que não podíamos validar a escala pelos critérios estatísticos. Inicialmente rodamos os testes estatísticos: primeiro a análise da consistência interna (Alfa de Cronbach) utilizando o SPSS, resultando em valores abaixo do aceitável. Em geral, os valores do coeficiente Alpha de Cronbach superiores a 0,70 são considerados satisfatórios, 0,60 ainda são considerados aceitáveis, abaixo desses valores a escala pode não ser confiável (ARGIBAY, 2006; CORTINA, 1993). Por seguinte, aplicamos o teste da análise fatorial exploratória usando rotação varimax, que nos confirmou a existência dos 5 fatores, entretanto alguns itens estavam dispersos, não se correlacionando fortemente com seu conjunto.

No segundo momento, recebemos a orientação pessoal de Landini e Beramendi para

excluir os itens problemáticos (27, 28, 29, 30, 31 e 32) e rodarmos os testes estáticos outra vez. Ainda assim os valores não acalçaram os níveis aceitáveis para a validação da escala. Então foi necessário reorganizarmos alguns dos itens nos fatores e excluimos dois itens dispersos (2 e 9), baseado na análise fatorial e de consistência interna que fizemos, pois ao realizar esta reorganização alcançamos maior coerência e aumentamos os valores do Alfa de Cronbach. Podemos conferir na tabela 1 os resultados que obtivemos após as alterações feitas.

Os resultados mostram que duas dimensões da escala (1 e 2) são satisfatórias, enquanto os três restantes (3,4 e 5) podem ainda serem consideradas aceitáveis, quando o número de itens que o fator contém é baixo (ARGIBAY, 2006; CORTINA, 1993).

Tabela 1. Estatísticas de confiabilidade da escala

FATOR	Alfa de Cronbach	Itens
1.Abordagem difusionista	,707	(6, 21, 27, 29, 32)
2.Abordagem dialógica	,709	(7, 10, 12,14, 16, 22, 30)
3.Culpabilização dos produtores	,566	(17, 19, 23, 5, 31)
4.Abordagem participativa	,565	(1, 4, 11)
5.Atitude autocrítica	,581	(5, 18, 20, 26)
Total	,652	24

Em suma, os problemas relacionados à nossa validação da escala foram: (1) amostra pequena, pois obtivemos apenas 60 respostas completas, apesar de termos enviado o questionário para mais de 100 extensionistas;(2) número reduzido de itens nos fatores, após a exclusão dos itens problemáticos pelos autores e por nós, resultando em poucos itens nos fatores; (3) participantes de outras instituições que não públicas. Nossa amostra contém 17% de respondentes de outras instituições, como movimento coletivo, instituto de pesquisa, ONGs e etc. Isso implica em limitações, pois como alertam Landini e Beramendi (2019), essa escala foi desenvolvida exclusivamente para extensionistas de instituições públicas, não sendo perfeitamente adequada quando aplicada a outros tipos de extensionistas que trabalham em outras classes de instituições.

Assim, esse fato foi confirmado em nossa pesquisa, pois apesar das limitações que apresentou quanto à validação do instrumento, o mesmo foi aplicado em outras regiões do Brasil, a saber: o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) conforme o relatório técnico já divulgado (LANDINI et al., 2019). E os resultados da validação dessas escalas e do instrumento como um todo foram satisfatórios, o que nos leva a crer que os fatores que citamos

anteriormente foram de fato o que inviabilizou nossa validação de modo satisfatório. Apesar disso, podemos continuar afirmando a importância do nosso estudo no Amazonas, visto que cumpriu o que se propôs a fazer, tendo em vista que nossa pesquisa é de cunho exploratória/descritiva sem intenção de aplicação prática, visando unicamente a familiarização com a temática. Para posteriores pesquisas, fica portanto apontada a necessidade de se criar um instrumento mais adequado para extensionistas de instituições não públicas.

3.3. Caracterização das instituições mapeadas de ATER no Amazonas

A primeira instituição que mapeamos foi o órgão oficial do estado responsável pela ATER no Amazonas, o IDAM. Oriundo da antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (EMATER-AM), o IDAM foi criado em 1996 com a finalidade de executar as atividades antes desenvolvidas pela Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amazonas (EMATER-AM), Companhia Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (CODEAGRO) e a Defesa Agropecuária Estadual (DAE). Atualmente, o IDAM é órgão responsável pela ATER, estando representado em todos 62 municípios do Amazonas.

A segunda instituição foi o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), ligado à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Fundado em 2002, por uma equipe de pesquisadores, professores e discentes da UFAM, possui uma equipe multidisciplinar que desenvolvem pesquisas para agricultores, por meio de projetos financiados pelas diversas instituições de fomento (NUSEC, 2018).

A terceira instituição foi a Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (REMA), um coletivo autônomo formado por agricultores familiares, técnicos de instituições públicas e privadas, consumidores comprometidos com a segurança alimentar e nutricional, com o intuito de promover a agroecologia e a produção orgânica de acordo com a legislação brasileira, por meio da valorização dos saberes tradicionais (WANDELLI et al., 2015).

Em seguida, pelas respostas dos questionários online, encontramos mais seis instituições. Provavelmente porque os extensionistas eram parceiros das três instituições recém mencionadas. OIPÊ é uma instituição dedicada à conservação da biodiversidade em bases científicas, e que acredita que a conservação da natureza só é possível com o envolvimento da comunidade e educação ambiental dos diversos tomadores de decisão da região (IPÊ, 2019). Fundada pelo biólogo Cláudio Pádua, atua desde 1978, mas sendo oficializada somente em 1992. É atualmente uma ONG ambiental que possui o título Organização da Sociedade Civil

de Interesse Público (OSCIP) e conta com mais de 80 profissionais trabalhando em torno de 30 projetos por ano. Atua em vários estados e regiões brasileiras, como: Pontal do Paranapanema e Nazaré Paulista (SP); Baixo Rio Negro (AM); Pantanal e Cerrado (MS). Realiza transferência de conhecimento adquirido em suas pesquisas de campo através da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade(ESCAS) desde 2006, oferecendo Mestrado Profissional e MBA.

No Amazonas, o IPÊ atua há mais de 5 anos, possuindo sede em Manaus e uma equipe multidisciplinar que contribuí com fortalecimento de agricultura familiar e pesquisas sobre as cadeias produtivas no Baixo Rio Negro. Em 2014, foi concedido pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Amazonas (CEDRS/AM) a habilitação no Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER), ou seja, a credenciando como instituição de ATER no Amazonas. Esse credenciamento é fruto da criação da ANATER em 2013, o que permitiu ampliar a oferta dos serviços de ATER no país, buscando parcerias com instituições governamental e não governamental, implementando programas de formação de agentes de ATER e estabelecendo critérios de avaliação de resultados e impactos para o serviço de ATER. Com o intuito de fortalecer essas instituições para que possam oferecer um serviço com maior amplitude, abrangência e qualidade (SENADO, 2013).

A Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social (AADES), é uma empresa de direitos privados, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública, instituída pelo decreto nº30.988 em 2011 (AADES, 2019). Atua na gestão de projetos do governo do estado do Amazonas, se articulando com órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento e execução do plano de desenvolvimento até a entrega. Trabalha em parcerias com diversas secretarias em vários setores, identificando riscos, garantindo que os projetos estejam alinhados com diretrizes do governo do estado. Atualmente suas parcerias referentes ao setor rural são com: SEPROR - projeto de apoio a dinamização das cadeias produtivas agropecuárias do estado do Amazonas; IDAM - apoio ao fortalecimento dos serviços de ATER.

A SEPROR é um órgão da administração direta do estado do Amazonas responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro, agrícola e de abastecimento (SEPROR, 2019). Desenvolve pesquisas e avaliações da produção e do mercado agropecuário e atua na fiscalização da produção agrícola e vegetal, garantindo a qualidade sanitária dos produtos e a sustentabilidade ambiental do processo de produção. Coordena e executa programas de melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais. Realiza ação articulada com outras secretarias e efetiva

participação no: IDAM; AADES e (ADAF). Tem colaborado com avanços nas atividades das áreas agropecuária, florestal, pesqueira e aquícola. Importante para implementação de políticas públicas de valorização e de fortalecimento de atividades produtivas geradoras de ocupação econômica e renda no meio rural, com destaque para áreas relacionadas ao fomento e apoio à produção e ATER, crédito rural, transporte, escoamento, comercialização da produção e políticas fiscais e extrafiscais, direcionadas a esses segmentos.

O INCRA é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2019). Em 2003, foi criado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do Incra, com o objetivo de prestar acessória às famílias de assentamento criados ou reconhecidos pelo instituto. Dessa forma, está inserido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como serviço de educação não formal, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Nas ações de assistência técnica nos assentamentos, a agroecologia é uma matriz de desenvolvimento adotada pelas prestadoras dos serviços, contribuindo para difundir os conhecimentos sobre a prática nas áreas de reforma agrária.

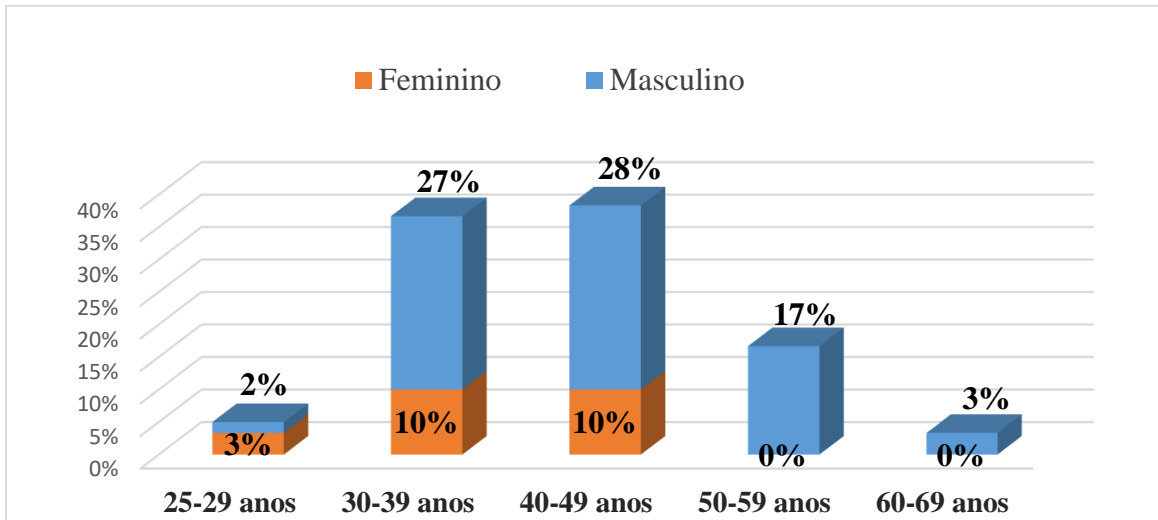
A Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA), é um órgão municipal que contém uma coordenação de Assistência Técnica e Extensão Rural, e visa a efetivação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção rural, e atua conforme a demanda técnica em cada município. Como por exemplo em Parintins (AM), dentro da coordenação tem-se 2 divisões: Pesca e Aquicultura, e Agropecuária (PARINTINS, 2019).

O Microempreendedor Individual (MEI) não figura como uma instituição, pois é o trabalhador autônomo que atua como microempresário do ponto de vista formal. Quem se legaliza enquanto MEI passa a possuir o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Dessa forma é possível emitir nota fiscal, contribuir para a previdência social e possuir um funcionário contratado.

3.4 Caracterizações extensionistas rurais amazonense

O número total de respondentes do questionário foi o de 67, contudo 7 não responderam completamente e/ou insuficientemente, reduzindo assim a amostra válida para 60 pessoas no momento da limpeza da matriz de dados. A Figura 1 apresenta a distribuição da mostra por sexo e por faixas de idade.

Gráfico 1. Distribuição da amostra por sexo e faixa de idade



Podemos observar a predominância masculina na amostra, enquanto as mulheres não chegam nem a um terço desse total. Esse dado é histórico, uma vez que o percentual de homens sempre sobrepuxo o número de mulheres nos trabalhos de ATER. Isso se deve primordialmente à atribuição cultural ao papel masculino do trabalho com a terra, e respectivamente das técnicas de produção provenientes desse âmbito. Quanto à idade dos participantes, percebe-se que a faixa de idade mais frequente é de 40 a 49 anos, e com uma pequena diferença destaca-se também a faixa de idade de 30 a 39anos. A idade média dos participantes foi de 42 anos (DP:9,24) e a mediana 41,5 anos, revelando pessoas mais maduras na atuação.

A Tabela 2 apresenta o nível de escolaridade dos extensionistas discriminado pela titulação fornecida, observamos que a maior porcentagem é de universitário, totalizando 48% da amostra. Esse percentual é seguido dos que possuem nível técnico, somando 31% da amostra, e ainda uma porcentagem mais baixa somando 14% mas ainda significativa são dos que possuem nível de mestrado. Já os níveis extremos (médio e doutorado) são os percentuais mais baixo da amostra.

Tabela 2.Níveis de Escolaridade (titulação máxima)

Escolaridade	Nº	Freq.
Médio	3	5%
Médio (técnico)		
Agrícola	1	1%
Agropecuária	3	5%
Não especificou	15	25%
Universitários		
Engenheiro Agrônomo	11	18%
Engenheiro de Pesca	4	9%

Tecnólogo em Agrimensura	1	1%
Tecnólogo em Agroecologia	1	1%
Tecnólogo em Gestão Ambiental	1	1%
Tecnólogo em Produção Pesqueira	1	1%
Administração	2	3%
Biólogo	1	3%
Engenheiro Ambiental	1	1%
Gestão Pública	1	1%
Lic. Ciências Agrárias	1	1%
Matemática	1	1%
Em Branco	1	1%
Mestrado		
Engenharia de Pesca	3	5%
Engenheiro Agrônomo	2	3%
Engenheiro Florestal	3	5%
Biologia	1	1%
Doutorado		
Ciências do Ambiente	1	1%
Engenharia Florestal	1	1%
Total	60	100%

Quanto à titulação de nível superior, podemos perceber que a maior porcentagem é de engenheiros agrônomo como esperado, pois é a principal área para o trabalho de extensão rural. Entretanto, faz-se significantes as duas engenharias seguintes, pesca e florestal, somando 18% da amostra, evidenciando a necessidades deste tipo de especialista nessas áreas, devido ao ambiente de rios e florestas que predomina a região. Quanto os níveis técnico e tecnólogo, abrimos um parêntese aqui para esclarecer que no Brasil tem-se uma importante diferença: os cursos técnicos são programas de nível médio com o propósito de capacitar o aluno proporcionando conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, e os cursos tecnológicos classificam-se como de nível superior, com direito ao diploma de tecnólogo (OLIVEIRA, 2018). Com relação às áreas que parecem deslocadas na extensão, como Administração, Gestão Pública e Matemática, podem se referir aos participantes que estão no trabalho de escritório lotados nas instituições de ATER na capital.

A seguir na Tabela 3 podemos ver o tipo de instituição em que os participantes estão atualmente vinculados. As instituições de caráter público são as mais frequentes, somando 83% de predominância sobre a amostra. Em seguida outras instituições (instituições não governamentais, privadas, movimento coletivo, núcleo de estudo, instituto de pesquisa) totalizam apenas 17%.

Tabela 3. Vínculo institucional atual

Nome	Caráter	Nº Extensionistas.	Freq.
IDAM	Público, estadual	46	76,8%
AADES/IDAM	Privada de interesse público	6	10%
REMA	Coletivo organizado	2	3%
INCRA	Público, federal	1	1,7%
IPÊ	Privada de interesse público (ONG)	1	1,7%
MEI	Privado, autônomo	1	1,7%
SEMPA	Público, Municipal	1	1,7%
SEPROR	Público, estadual	1	1,7%
NUSEC	Público, federal (núcleo de pesquisa)	1	1,7%
Total		60	100%

As instituições que surgiram estão associadas aos extensionistas ligados a mais de uma instituição, como é o caso dos 6 extensionistas que se declararam ser da AADES e IDAM ao mesmo tempo. A AADES, como apontado anteriormente, é uma instituição que presta assessoria ao IDAM, visando em parceria executar projetos que necessitem se ajustar às diretrizes do governo do estado do Amazonas. Assim, o profissional é contratado pela AADES, mas trabalha junto ao IDAM. Outro exemplo é o consultor autônomo que se identifica como MEI, podendo pertencer concomitantemente a uma das outras instituições citadas. O fato do extensionista se identificar com uma ou outra instituição a qual está ligado não deixa de ser um dado que pode ser melhor explorado em uma pesquisa qualitativa, que possa acessar essa informação de forma direta.

Podemos perceber também a desproporção entre as respostas provenientes do órgão estadual (IDAM) e das demais instituições. Isso se deve a dois motivos. Primeiro devido ao caráter hierarquizado das instituições públicas: há uma estrutura de comunicação e de relações entre chefia e subordinados mais claras, bem definidas e que mantém em funcionamento a instituição segundo a própria estrutura hierárquica. Assim, a chefia do IDAM redigiu um e-mail institucional apresentando a pesquisa e solicitando participação, havendo maior adesão dos extensionistas. E segundo, em função do procedimento das outras instituições em apresentar a pesquisa, o que implicou no menor número de respondentes. Nestas outras instituições, os responsáveis contribuíram apenas com o repasse dos contatos de seus extensionistas para que nos mesmos fizéssemos a solicitação. Muitos deles ficaram desconfiados, ou deixaram para

depois alegando muitas tarefas ou simplesmente não quiseram responder à pesquisa. Apesar de termos insistido com algumas mensagens e e-mails convidando para participar da pesquisa, não obtivemos respostas. Então demos por encerrada a tentativa de obter mais participantes. Este foi um fator que inviabilizou a comparação e correlação estatística entre as instituições, pois a desproporção entre as amostras impossibilita aplicação de testes estatístico. Assim, passamos a encarar a amostra como uma só, sem poder discriminar a diversidade estatisticamente.

Outro fator influenciador que ressaltamos é que mesmo que tenham sido poucos os respondentes de outras instituições, esses 17% concebem diferentemente sua concepção de extensão. Dessa maneira, mesmo essa pequena porcentagem foi significativa a nível estatístico, fazendo com que os itens da escala Likert não funcionassem como deveriam, com seus respectivos fatores, resultando ao final na não validação da nossa escala. Esse dado atestou ser verdadeira a premissa de Landini e Beramendi (2019), quando alertam que a escala funciona somente com técnico de ATER pública, resultando em limitações no seu funcionamento quando aplicada a extensionistas de outros setores. Consideramos esse dado relevante para futuras pesquisas, para que outros pesquisadores saibam que o escala “Crenças sobre a Extensão e Escala de Inovação” não funciona adequadamente para avaliar extensionistas de setores privados, ONGs, movimentos coletivos e etc.

A Tabela 4 apresenta o número de anos de experiência dos extensionistas da amostra por faixas etárias. Observa-se que a faixa de experiência mais frequente é de 6 a 10 anos, destacando-se também, com uma pequena diferença a faixa de 11 a 15 anos. A média é de 15,4 anos (DP:10,4) e a mediana de 13 anos. Podemos entender que a média da experiência técnica dos técnicos de ATER no Amazonas varia entre 13 e 15 anos, levando em conta o desvio padrão que apresentou uma maior taxa de dispersão.

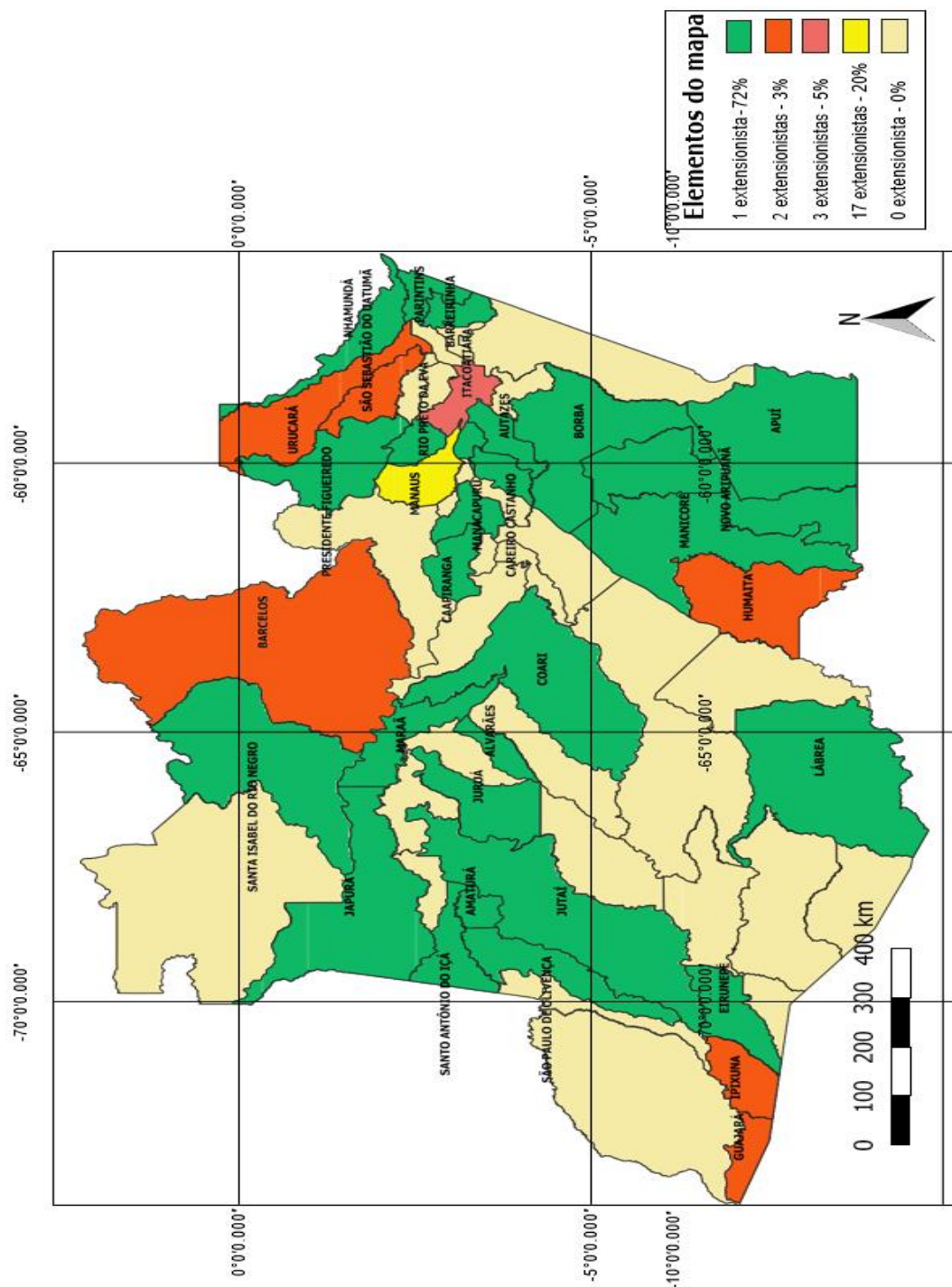
Tabela 4. Anos de experiência como técnico de ATER

Anos experiência	Nº extensionistas	Freq.
Entre 0,5 a 5	10	17%
Entre 6 a 10	16	27%
Entre 11 a 15	12	20%
Entre 16 a 20	7	11%
Entre 21 a 25	6	10%
Entre 26 a 30	2	3%
Entre 31 a 35	3	5%
Entre 36 a 40	3	5%
Entre 41 a 43	1	2%
Total	60	100%

Para finalizar a descrição da amostra, a Figura 3 mostra no mapa do Amazonas o número

de extensionistas distribuído pelos municípios do Amazonas. Os dados mostram que 80% da amostra é formada por participantes de municípios do interior do Amazonas. Zero por cento de extensionistas nos demais municípios não significa a ausência de extensionistas, mas que não foram contemplados nessa amostra especificamente.

Figura 1. Mapa de distribuição da amostra de extensionistas por município do Amazonas



Fonte: Os autores (2019)

3.5 Análise de crenças sobre extensão e inovação

Na tabela 5 apresentamos os dados de crenças sobre ATER e inovação rural no Amazonas. Os resultados foram apresentados de forma numérica, isto é, pela média da resposta aos itens correspondente a cada um dos fatores, ressaltando que nenhum fator marcou média grau 1 (discordo totalmente) ou grau 2 (discordo), por essa razão não aparecem nos resultados.

Tabela 5. Crença dos extensionistas amazonenses sobre ATER

Fatores	Média	Desvio Padrão
1. Abordagem dialógica	4,41	0,35
4. Abordagem participativa	4,12	0,44
5. Atitude autocrítica	3,90	0,57
2. Abordagem difusionista	3,52	0,59
3. Culpabilização dos produtores	3,50	0,63

Legenda: 1-Discordo totalmente; 2-Discordo; 3-Nem concordo nem discordo; 4-Concordo; 5-Concordo totalmente

Podemos verificar que a abordagem dialógica obteve maior concordância entre os entrevistados, o que expressa forte identificação com este modelo. Podemos constatar que até mesmo no valor do desvio padrão é o mais baixo de todos, reforçando a confiabilidade do dado. No mesmo grau ficou a abordagem participativa, o que significa que esse modelo também manifesta um sólido apoio dos entrevistados. Os resultados da abordagem difusionista e culpabilização dos produtores tendem a mostrar uma posição neutra em que ambos chegaram no grau 3, isto é, ‘nem concordo, nem discordo’. Entretanto, o fator da culpabilização apresentou desvio padrão maior, indicando mais dispersão nas respostas a este fator, do que nos demais fatores. É importante ressaltar que os extensionistas parecem estar abertos à autocrítica positiva, o que sugere uma flexibilidade e abertura para repensar e transformar sua prática.

A chegada tardia da ATER no Amazonas pode ter influenciado como o extensionismo se desenvolveu na região, sendo a ACAR-AM criada em 1966, período em que o estado já passava por uma exaustão de seus recursos naturais (FEITOZA, 2003). Somado a isso, tem-se as dificuldades do meio físico, geográfico e sociocultural que gera atraso e a ineficiência dos sistemas de informação, fatores que contribuem para uma má qualidade dos serviços prestados pelas instituições de extensão (FRAXE et al., 2008). Abre-se assim caminho para modelos pautado na agroecologia e sustentabilidade tanto quanto abordagens participativas. O que significa dizer que os extensionistas amazonenses concebem a extensão rural pelas novas

abordagens de extensão a dialógica e a participativa.

Quanto aos fatores cuja média das respostas resultou em 3 (nem concordo, nem discordo), revela uma posição neutra em relação ao fator culpabilização dos produtores. Ou seja, quando confrontados pelas sentenças que descrevem os pesquisadores como única fonte de conhecimento e inovação, os extensionistas se abstiveram de afirmar que sim, mas também não negaram as sentenças. Assim podemos entender que esta neutralidade dos extensionistas, provem de uma concepção ambígua, o que significa dizer que, na prática o extensionista amazonense ainda não decidiu se o agricultor tem ou não “culpa” no que se refere aos atrasos do mundo rural. E que também podemos afirmar que nessa ambiguidade mostra a persistência do modelo tradicional, pois culpar os produtores rurais por seguir suas próprias lógica de produção é uma característica incontestável do modelo transferencista/ difusionista (FONSECA, 1985).

Estes dados nos confirmam que as concepções de extensão rural estão passando por transformação, estando situadas entre o modelo tradicional, orientado para a transferência de tecnologia linear e hierárquica e as novas abordagens baseadas em propostas horizontais de caráter dialógico, participativo. Com base nessa interpretação, podemos então afirmar que os extensionistas do Amazonas têm suas concepções situadas numa transição de modelos crescente para as novas abordagens de extensão rural, especialmente para a dialógica.

A seguir, na Tabela 6, utilizamos a correlação de Spearman, para correlacionar quatro variáveis referente aos itens sociodemográficos, somente aquelas que foram atribuído valores (ordinais) e também em função dos 5 fatores. Os resultados estão apresentados numericamente pelos escore da variável que se estendem entre -1 e +1, quanto mais próximo de 1 (+ ou -), mais a correlação é forte. A interpretação do escore depende da indicação dos números correspondente aos seguintes parâmetros: 0 – não há correlação; 0,01 a 0,30 – fraco; 0,40 a 0,60 - moderado; 0,70 a 0,90 –forte (DANCEY; REIDY, 2006, p. 186).

Se positiva, significa que quanto mais elevado o escore na variável “A”, também se verificar a elevação no escore “B”. Chama-se correlação direta. Se negativa, significa que quanto mais elevado o escore na variável “A” menor tende a ser o valor no escore “B”. Chama-se correlação inversa (DANCEY; REIDY, 2006).

Tabela 6. Correlação entre as 5 dimensões da escala e, em função do perfil sociodemográfico

	Sexo	Idade	Escolaridade	Experiência	1.Difusionista	2.Dialógica	3.CulpPr od.	4.Participativa	5.Atitude Autocrítica
Sexo	1								
Idade	-,243	1							
Escolaridade	,423**	-,188	1						
Experiência	-,190	,537**	-,225	1					
1.Difusionista	-,151	,071	-,366**	,099	1				
2. Dialógica	-,020	-,099	,201	-,006	,067	1			
3. Culpa. Pro.	-,194	,016	-,018	,091	,400**	,056	1		
4. Participativa	,229	,109	,158	,147	,061	,450**	-,060	1	
5. Atitude autocrítica	,087	-,049	,072	-,027	-,029	,403**	-,266*	,118	1

*p < .005; **p < .001.

O escore entre os fatores 2 e 4 ($\rho = 450^{**} > 0,01$) mostram uma correlação positiva moderada, o que significa dizer que os extensionistas que apoiam a abordagem também apoiam a abordagem participativa e tendem a ter uma atitude mais autocrítica baseado no escore do fator 2 e 5 ($\rho = 403^{**} > 0,01$). Esses dados combinados reforça a premissa que para o extensionista que concebe a extensão dialógica, reconhece a níveis subjetivos o produtor como sujeito, portadores de conhecimento empírico e tradições culturais com os quais é necessário entrar em diálogo (FREIRE, 1973).

A correlação entre os fatores 1 e 3 ($\rho = 400^{**} > 0,01$), é uma correlação positiva moderada e mostram que os extensionistas que se inclinam para a abordagem difusionista têm uma tendência maior em culpar os produtores por seus problemas, e costumam pontuar mais baixo na atitude autocrítica, baseado na relação inversa da correlação negativa e fraca apresentada entre os fatores 5 e 3 ($\rho = -266^{**} < 0,01$). Esse dado é compatível com o esquema subjetivo do extensionista que concebe a extensão rural como transferencista ou difusionista, pois este se identifica com ideias de modernização, o que o leva a supor a existência de uma forma única de desenvolvimento, que é suposto ser transmitida para produtores rurais, que tendem a ser vistos como não tendo nenhum conhecimento válido (LANDINI, 2015).

Com relação ao perfil sociodemográfico, há uma correlação negativa e fraca entre escolaridade e a abordagem difusionista ($\rho = -366^{**}; < 0,001$), trata-se de uma relação inversa. Significa dizer que quanto maior a escolaridade dos extensionistas menor é a proximidade com o modelo difusionista. Esse dado se repete em pesquisas anteriores (LANDINI, et al., 2019), confirmando que quanto maior o conhecimento, maior o reconhecimento dos produtores como

sujeitos, da importância do diálogo e da troca de experiência entre os atores sociais que compõem o panorama da extensão rural.

Entre experiência e idade ($p = 537^{**}$; $>0,001$) há uma correlação positiva moderada, ou seja, são variáveis dependente, quanto mais idade maior é a experiência. Um dado que seria o esperado. E por fim as últimas variáveis que acusaram correlação significativa são escolaridade e sexo ($p = 423^{**}$; $>0,001$), indicando uma correlação positiva moderada, entretanto não pudemos distinguir quais dos sexos, se o feminino ou masculino, há nessa correlação.

3.6 Público-alvo ou níveis de ação priorizados

Neste contexto, o questionário propõe identificar as preferências de trabalhos em distintos níveis de ação técnico de ATER. Foram considerados quatro níveis, a saber: nível individual refere-se a trabalhar com produtores individuais; grupal a trabalhar com grupo de produtores; institucional refere-se à coordenação com outras instituições; meios de comunicação é o trabalho de divulgação de informação através da mídia como rádio, televisão ou internet. Os participantes responderam sobre qual é o nível de ação que preferiam e qual usavam com mais frequência em seu trabalho diário. Foi pedido que as opções fossem ordenadas de acordo com o nível de preferência, sendo 1 o mais alto grau de preferência e 4 o mais baixo, o que permitiu que fosse indicado um ou mais níveis de ação utilizados. A tabela 7 mostra o resultado das preferências a respeito de diferentes níveis de ação, apresentado pelas médias das preferências ordenadas.

Tabela 7. Trabalho e preferências a respeito de diferentes nível de ação.

Tipo de trabalho		1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção	Não utiliza
Individual	Preferência	42%	25%	18%	14%	---
	Uso	69%	14%	9%	5%	2%
Grupal	Preferência	36%	40%	16%	7%	---
	Uso	33%	49%	7%	5%	5%
Coordenação institucional	Preferência	16%	25%	47%	11%	---
	Uso	15%	22%	42%	11%	11%
Meios de comunicação	Preferência	5%	9%	18%	67%	---
	Uso	7%	13%	20%	45%	14%

Considerando a primeira opção, podemos observar que os níveis individual e grupal têm alto grau de preferência, com uma distância considerável dos outros dois níveis, o que parece

compatível tendo em vista as abordagens mais tradicionais de extensão rural. Podemos perceber também a existência de uma diferença significativa entre preferência e uso, especialmente em relação ao trabalho no nível individual, uma vez que revelou ser muito mais usado do que preferido. Em contraponto, temos os meios de comunicações com nível com mais baixo de grau de preferência como quarta opção, entretanto revela grande distância entre preferência e uso, sendo mais preferido do que usados.

3.7 Identidade profissional como técnicos de ATER

Com base em dados anteriores, levantou-se a hipótese que os técnicos da ATER têm três alternativas diferentes para se identificarem em termos de seu papel profissional que estão apresentados na Tabela 8 (abaixo). Esses três níveis foram oferecidos para que os participantes pudessem ordená-los com números de 1 a 3, sendo o número um o mais preferido e o número 3 o menos, de acordo com sua preferência. E o resultado mostrou que os extensionistas amazonenses tendem a considerar sua identidade profissional como ATER como uma forma de ajudar os produtores a melhorar sua qualidade de vida, no entanto mais à frente discutiremos melhor esse dado, pois há um fator inesperado que precisamos considerar.

Tabela 8. Identidade profissional por ordem de preferência

Identidade Profissional	1ª opção	2ª opção	3ª opção
A. ATER como prática técnica	36%	56%	7%
B. ATER como forma de ajudar os produtores a melhorar sua qualidade devida	56%	34%	9%
C. ATER como ferramenta para a mudança social	7%	9%	84%

A Tabela 9 apresenta os 10 plausíveis objetivos do trabalho de extensão rural, previamente identificados com base em bibliografias, pesquisas e entrevistas com técnicos de ATER, e disponibilizados no questionário, onde solicitamos que os respondentes identificassem os mais importantes para eles. Estes objetivos estão apresentados conforme os mais mencionados, e as porcentagens expressa o número de vezes que um determinado objetivo foi considerado entre os mais importantes pelos extensionistas.

Tabela 9. Objetivos do trabalho de ATER

Objetivos do trabalho de ATER	Amazonas
1. Melhoria da qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos.	54%

2. Modernização produtiva para o aumento da produtividade e da rentabilidade.	50%
3. Fortalecimento das estratégias produtivas e dos meios de vida dos agricultores através do financiamento de pequenos projetos produtivos.	48%
4. Integração dos produtores em cadeias comerciais e apoio à comercialização em mercados convencionais.	40%
5. Aumento dos conhecimentos produtivos e comerciais dos agricultores através de capacitações.	38%
6. Criação e fortalecimento de organizações de produtores.	34%
7. Desenvolvimento da capacidade empreendedora e empresarial.	14%
8. Proteção e gestão dos recursos naturais.	12%
9. Resolução de problemas produtivos ou comerciais colocados pelos produtores a partir de assessoramento pontual.	10%
10. Entrega de informação sobre preços ou clima para a tomada de decisões.	0%

Podemos observar que múltiplos objetivos podem caracterizar a prática de ATER, podemos perceber que os quatro primeiros reúnem a maior importância dada pelos extensionistas, tendo em vista que cada um recebeu acima de 40% das menções. Com relação ao destaque do objetivo número 1- melhoria da qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos, consideramos inesperado, tendo em vista de que não corresponde às abordagens tradicionais de extensão rural.

Com intuito de investigar um pouco mais esse dado, fomos procurar compreender a procedência das respostas que deram significância a este objetivo. Para isso aplicamos um teste estatístico chamado regressão logística, abrangendo os dez itens desta questão e quatro variáveis ordinais (sexo, idade, anos de experiência e nível de escolaridade). Como resultado a regressão mostrou que a variável sexo feminino foi a única que entrou como um fator preditor, isso significa que, a variável sexo feminino foi responsável por 82% das menções ao objetivo número 1. Podemos afirmar então que o objetivo melhoria da qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos, expressa ser o objetivo mais importante da prática de ATER para as mulheres extensionistas, e não necessariamente o objetivo que caracteriza a ATER no Amazonas.

Esse dado remete ao segundo segmento do extensionismo (sendo o primeiro assistência técnica pontual), que surgiu no fim da década de 70 referente a extensão como prática educativa (PEIXOTO, 2008). E está mais próximo do modelo participativo, pois visa diagnóstico, estratégia de ação e processo de avaliação como expressão da participação das comunidades rurais (FEITOZA, 2003). Contudo esse aspecto da mulher extensionista empenhada na

dimensão social, como a qualidade de vida das famílias rurais, remonta a origem da extensão rural, quando as mulheres formadas em economia doméstica eram contratadas pelas ACAR, para integrarem os cursos de pré-serviço. O conteúdo desses cursos era referente ao ensino de noções de sociologia rural, organizações de clubes, cultivo de hortas e direção de Jeep. Essas agentes atuavam de forma a encontrar soluções aos problemas referentes ao lar, se tornando conhecidas como profissional de bem-estar social (PINHEIRO, 2016). Contudo este é um dado que precisa ser melhor investigado, em pesquisas futuras, que poderão buscar compreender porque a mulher extensionista concebe diferentemente suas práticas de Ater.

Na Tabela 10 podemos conhecer o perfil dos técnicos de ATER quanto à sua orientação produtiva. Esse perfil foi inspirado nos princípios da “agroecologia” versus “agricultura convencional moderna”. Foram estabelecidos cinco níveis, no qual o extensionista mais se identifica e a sua instituição, a saber: 1 para “agroecologia”; 5 para “agricultura convencional moderna”; 3 para uma opção intermediária e duas opções adicionais (2 e 4) mais perto de um dos polos, diferenciado entre orientação pessoal e a orientação da instituição onde trabalham.

Tabela 10. Orientação produtiva dos extensionistas e percebida da instituição

Orientação produtiva	Nível pessoal	Instituição onde trabalha
1. Agroecologia	25%	15%
2. Tendência à agroecologia	11%	2%
3. Intermediária	14%	42%
4. Tendência à agricultura convencional moderna	14%	11%
5. Agricultura convencional moderna	36%	30%
Total	100%	100%

Os resultados mostram que a orientação produtiva pessoal tem uma posição decididamente à agricultura convencional moderna. Se somado com o nível tendência a agricultura convencional, chega a atingir 50% da amostra. Em contrapartida, a maioria dos participantes indicou que sua instituição não possui orientação ou posicionamento no contraste entre estes modelos, o que contrasta com sua própria posição pessoal. Entretanto se somado, tendência à agricultura convencional moderna e agricultura convencional moderna tem-se 41%, o que nos leva a observar que esse quesito divide opiniões. Nesse sentido, podemos afirmar que em geral os técnicos de ATER tendem a ser mais convencionais, mas dividem opinião sobre qual a orientação da instituição que trabalham, se é intermediária ou tal qual a sua, convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral descrever e compreender as concepções de extensão rural dos extensionistas, cuja instituições tem sede na capital amazonense, onde buscou-se primeiramente resgatar e dialogar com a literatura, a fim de evidenciarmos quais aproximações a Psicologia havia feito sobre as questões do mundo rural, e compreender um pouco da história da extensão rural para nos dá uma base antes de ir para a pesquisa de campo.

Descobrimos que desde do século XX alguns esforços nesse sentido haviam sido feitos, mas que somente a partir de 2010 em diante, tem se intensificado a integração das ciências psicológicas e as questões do contexto rural. Na América Latina há um movimentação por parte dos psicólogos em torno de questões sociais e comunitária do campo, resultando em promoção de eventos, livros e publicações gerando a rotulação de “Psicologia Rural” entre os hispânico-falantes. No Brasil não há tal denominação, contudo alguns psicólogos têm composto equipes multidisciplinar que prestam serviços em contextos rurais, o que tem chamado ainda mais atenção da comunidade científica. Trabalhos elucidando a necessidade de psicólogos em campo, habilitados a realizar intervenções e lidar com essas diferenças psicossociais, têm incentivado a discursão de novas epistemologias que contemplem homens e mulheres do âmbito rural.

Na compreensão da extensão rural, vimos através da sua origem na América do Norte, a discrepância dos moldes das quais saiu para os modelos pelos quais foram implantadas interventivamente nos países da América Latina. No Brasil não foi diferente, a Extensão Rural e Assistência Técnica chegou por meio de convênios entre políticos empresários e o governo brasileiro. Passou por três fases distintas: humanismo assistencialista; difusionismo produtivista; agroecológico. Cada fase evidenciou diferentes enfoque para diferentes áreas da extensão, seja no segmento da assistência técnica pontual, ou nas controvérsias da prática educativa na extensão.

No Amazonas a extensão rural chegou bem mais tarde, cerca de 40 depois, encontrando muita demanda de ATER, tanto quanto muitos desafios. Dificuldade que persistem até hoje, devido ao bioma amazônico, escasso de estradas e campos e abundante em rios e florestas. Por isso preferimos nomear as ruralidades de florestalidades. E ainda compondo esse panorama tem-se uma população única, formada por indígenas, caboco e ribeirinhos com sua própria visão de mundo, prática de trabalho crenças e costumes.

Encontramos 9 instituições que realizam de forma direta ou indireta trabalho

extensionista. De forma direta e exclusiva no trabalho de ATER caracterizamos o órgão estadual IDAM, com representante em todos os 62 municípios do interior do estado, seguido pelo NUSEC e REMA. Depois encontramos o IPÊ, uma ONG que atua em outros estados e que conseguiu credenciamento como habilitação para atuar como ATER. A AADES, SEPROR, INCRA e SEMPA são instituições que contemplam os serviços de ATER, mas seu foco principal são outros. E, por último, tivemos o Microempreendedor Individual, que se trata de um extensionista autônomo que tem parceria com uma das instituições citadas anteriormente.

Quanto aos resultados do questionário, traçamos um perfil do extensionista do Amazonas com as respostas das questões sociodemográficas. Os extensionistas amazonenses são formados predominantemente por homens, com idade média de 42 anos, e tempo de experiência médio é entre 13 e 15 anos. Quanto à escolaridade, possuem predominantemente os níveis técnicos e universitários, que somados constituem 73% da amostra. A maioria são vinculados a uma instituição pública de ATER, particularmente ao órgão estadual IDAM, e 80% deles atuam em municípios do interior do Amazonas.

Referente a escala Likert o resultado mostrou que as concepções dos extensionistas do Amazonas são dialógicas com forte apoio à abordagem participativa, e tendem a ter uma atitude mais autocrítica, confirmando uma transição nas concepções de extensão entre o modelo tradicional e o novo, modelo dialógico com metodologias participativas. O resultado das correlações com o perfil sociodemográfico mostraram que há uma relação inversa entre escolaridade e a abordagem difusionista, o que significa dizer que quanto maior a escolaridade dos extensionistas, menor é a proximidade com o modelo difusionista. Isso reafirma que a concepção predominante dos extensionista nesta amostra é o polo oposto, a dialógica.

Sobre as questões relacionadas à ATER, quanto ao uso e preferência de trabalho, os resultados mostram que os extensionistas usam mais o modelo de trabalho individual do que preferem, e em contra partida preferiam o modelo meio de comunicação mais do que usam. Consideram ser a identidade de ATER uma forma de ajudar os produtores a melhorar sua qualidade de vida e como prática técnica, contudo esse dado identifica as mulheres extensionistas da amostra, como podemos verificar através do teste estatístico aplicado na questão dos objetivos. Dentre os 10 objetivos possíveis do trabalho de ATER, elegeram 4:

- 1.Melhoria da qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos;
- 2.Modernização produtiva para o aumento da produtividade e da rentabilidade;
- 3.Fortalecimento das estratégias produtivas e dos meios de vida dos agricultores através do financiamento de pequenos projetos produtivos;
4. Integração dos produtores em cadeias

comerciais e apoio à comercialização em mercados convencionais. Ressaltamos que o primeiro objetivo foi determinado pelas mulheres extensionistas, no teste de regressão que aplicamos nessa questão. Em relação à orientação produtiva, são decididamente orientados pela agricultura convencional moderna a nível pessoal. A nível institucional, revelaram que sua instituição tem uma orientação intermediária, mas com uma tendência a agricultura convencional moderna.

A postura neutra encontrada nas respostas dos extensionista no fator 3 – culpabilização dos produtores, serve de alerta às instituições de ATER, pois mesmo que a concepção predominante tenha sido a dialógica, isso não significa dizer que esse modelo esteja consolidado. O interior do Amazonas demanda muito dos trabalhos de ATER, por serem distante geograficamente e tecnologicamente, pode ainda ser alvo de projetos perpassados por ideias de desenvolvimento e modernização, apresentados de forma impositivas, mas cortejado de uma abordagem dialógica e participativa.

A seguir apontaremos algumas limitações encontradas no presente estudo. Uma importante limitação foi no que se refere ao tamanho da amostra, que ao se apresentar em número reduzido, permite considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão. Ressaltamos que o mesmo instrumento foi aplicado em outras amostras com números expressivos, acima de 100, e os resultados de validação da escala como do instrumento como um todo foram satisfatórios.

A demora em conseguir a assinatura do termo de anuência pelo diretor do IDAM foi uma outra limitação, pois ao mudar o ano eleitoral 2017-2019 a direção dessa intuição mudou, sendo necessário buscar a assinatura do novo diretor, o que atrasou o acesso aos participantes vinculados a esta instituição. Além disso, o próprio questionário autoadministrado e online revelou ser uma limitação na pesquisa, pois a conveniência de receber o link por e-mail ou whatsapp deixou os participantes à vontade para não responder a pesquisa, apesar da nossa insistência, especialmente os das instituições que não públicas. O que nos leva a outra limitação: a inclusão de instituição de extensão que não fosse pública, pois a escala foi projetada apenas para extensionistas vinculados ao governo.

Como apontamento para futuras pesquisas sugerimos a construção de uma escala específica para instituições privadas, ONGs e coletivos autônomos, pois a presente pesquisa comprovou que os extensionistas desses setores concebem a extensão diferentemente dos extensionistas do setor público. Somado a este também indicamos como objeto de estudo as extensionistas mulheres, pois nessa pesquisa demonstraram que suas concepções também são

diferenciadas, tendo elas próprias uma história no extensionismo que foi pouco estudada.

Por fim, consideramos que este estudo realizou com sucesso ao que se propôs fazer, colaboramos com um instrumento traduzido e dados brasileiros da região amazônica para a pesquisa maior. Alcançamos os objetivos geral e específicos, apontando quais concepções regem as práticas extensionistas no Amazonas, a saber: a abordagem dialógica. Nos familiarizamos com a temática, mostrando que as Psicologia têm grandes contribuições a dar no estudo da extensão rural, especialmente no Amazonas, com tão rica gama de atores sociais e institucionais. E finalmente produzimos artigos e participamos de congresso nacional e internacional, levando os resultados desta pesquisa e divulgando dados do Amazonas para o Brasil e o mundo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (AADES). **Sobre a AADES**. Disponível em: <<http://www.aades.am.gov.br/pagina/sobre-a-aades/>>. Acesso em: 18/10/2019.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Aproximación metodológica desde la Psicología Social a la investigación en zonas rurales. **Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros**, v. 191, n. 1, p. 225-233, 2001. Disponível em: <http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/Revistas/pdf_reeap%2Fr191_09.pdf>. Acesso em: 02/07/18.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e formas de vida no Brasil rural. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 37-42, jan./abr, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a05v18n1.pdf>> Acesso em: 07/07/18.
- ALCANTARA, S. C.; GONZÁLEZ-CARRASCO, M.; MONTSERRAT, C.; CASAS, F., VIÑAS-POCH, F.; ABREU, D. P. Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, 2019, p. 509.
- ALVAIDES, N. K; SCOPINHO, R. A. **Tradições traduzidas**: um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores da comunidade do Murujá, Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos: UFSCAR, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6045/5268.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16/07/18.
- ALVES, T.; GOUVÊA, M. A.; VIANA, A. B. N. Proposta de um indicador socioeconômico para os alunos das escolas públicas dos municípios brasileiros. **Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 129-166, mar. 2014. Disponível em: <<http://doaji.org/article/85b60459badc44a7250ada5290795d>>. Acesso em: 21/07/2018.
- ANDRADE, A. F. de. **Cana e crack**: um estudo sobre os trabalhadores do corte da cana e o consumo de crack. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC, 2003. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17147/1/PDF%20Arlete%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 13/07/18.
- ARCARO, R.; GONÇALVES, M. T. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **Revista Ra'e Ga**, Santa Catarina, v. 25, p. 38-64, jul. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/index>>. Acesso em: 21/07/2018.
- ARGIBAY, J. Técnicas Psicométricas, Cuestiones de Validez y Confiabilidad. **Subjetividad y Procesos Cognitivos**, v. 8, p. 15-33, ISSN 1666-244X (2006). Disponível em: <<http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/765>>. Acesso em: 10/10/2019.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. (2. ed.)

Valer, 2007.

BERNAL, R. J. **Índios Urbanos**: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BICHIR, R. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos**, v. 104, p. 111-136, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-3300&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/07/2018.

BOSAK, J.; PERLMAN, B. A review of the definition of rural. *Journal of Rural Community Psychology*, v.3, n. 1, 1982, p. 3-34. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED238667.pdf>>. Acesso em: 13/05/2019.

CALEGARE, M. G. A. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões**: redes comunitárias e identidades coletivas. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03052010-163111/pt-br.php>. Acesso em: 02/07/18.

CALEGARE, M.G.A. Rural - Urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. 437- 457.

CALEGARE, M. G. A. Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In: RASERA, E. F; PEREIRA, M. de S.; GALINDO, D. (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade? Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2017. p. 285-300.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das identidades coletivas em comunidade do alto Solimões/AM. **Psicologia: Teoria & Pesquisa**. Brasília, v. 32, n. 3, p. 1-9, Jul-Set, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-32-03-e323222.pdf>>. Acesso em: 17/10/2018.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; FORSBERG, S. S. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 571-580, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/11.pdf>. Acesso em: 14/07/18.

CAMURÇA, C. E. S.; BRAGA, A. A.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M. Implicações psicossociais da seca na vida de moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, v. 34, n. 1, p. 117-128, jan. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12804/apl>>. Acesso em: 21/07/2018.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1991. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dis_Francisco_Caporal.pdf. Acesso em: 15/07/18.

_____. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R. (Org.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009. p. 9-64.

CARNEIRO, M. J. Do 'rural' como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: _____ (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad. 2012. p. 23-50.

CIMADEVILLA, G. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: THORNTON R.; CIMADEVILLA G. **La extensión rural em debate: Concepciones, retrospectivas, câmbios estrategias para el Mercosul**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria 2003. p. 66-108. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/ibge-atualiza-area-oficial-de-municipios-estados-e-regioes-do-brasil>. Acesso em: 10/07/18.

CHILDS, A. W.; MELTON, G. B. *Rural Psychology*. New York: Plenum Press. 1982. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-1-4613-3512-2.pdf>>. Acesso em: 23/05/2019.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil 1918-1952. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 367-389, jan. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv/ojs/index.php/rap>>. Acesso em: 21/07/2018.

COROSSACZ, V. R. Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relação de domínio. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p. 521-542, maio, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&Ing=es&pid=0104-026X&nrm=isso> Acesso em: 21/07/2018.

CORTINA, J. M. What Is Coefficient Alpha? An Examination of Theory and Applications. **Journal of Applied Psychology**, v.78, n. 1, p. 98-104, 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.78.1.98>> Acesso em: 12/10/2019.

COSTA, E. S.; SCARCELLI, I. R. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicologia USP [online]**, vol. 27, n. 2, p. 357-366, ISSN 0103-6564, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420130051>>. Acesso em: 20/10/2018.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-69.

DAINESE, G. Os casos e o gênero: acontecimentos da moralidade camponesa. **Estudos Feministas [online]**, vol. 25, n. 2, p. 733-755, ISSN 0104-026X, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p733>> Acesso em: 20/10/2018.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso. 2006.

DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, J. F. L.; TORQUATO, J. A pesquisa em contextos rurais: Desafios éticos e metodológicos para a Psicologia. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v.

30, e165477, p. 1-10, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100205&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20/10/ 2018.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007. Disponível em: [http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/As%20mudan%C3%A7as%20de%20direcionamento%20da%20pol%C3%ADtica%20nacional%20de%20assist%C3%A2ncia%20T%C3%A9cnica%20e%20Extens%C3%A3o%20Rural%20\(PNATER\)%20face%20ao%20difusionismo%20-%20Marcelo%20Min%C3%A1%20Dias%20-%202007.pdf](http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/As%20mudan%C3%A7as%20de%20direcionamento%20da%20pol%C3%ADtica%20nacional%20de%20assist%C3%A2ncia%20T%C3%A9cnica%20e%20Extens%C3%A3o%20Rural%20(PNATER)%20face%20ao%20difusionismo%20-%20Marcelo%20Min%C3%A1%20Dias%20-%202007.pdf). Acesso em: 26/06/18.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSITEÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **A Comunicação na Extensão Rural: Fundamentação e Diretrizes Operacionais**. Brasília: EMBRATE, 1987. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22EMBRATER.%20Empresa%20Brasileira%20de%20Assist%C3%A2ncia%20T%C3%A9cnica%20e%20Extens%C3%A3o%20Rural.%22> Acesso em: 10/07/18.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSITEÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **O Governo Federal e a Assistência Técnica e a Extensão Rural na Década de 90: Uma proposta de Atuação**. Brasília. EMBRATER, 1990. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22EMBRATER.%20Empresa%20Brasileira%20de%20Assist%C3%A2ncia%20T%C3%A9cnica%20e%20Extens%C3%A3o%20Rural.%22> Acesso em: 04/07/18.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**. São Paulo, v. 12, n.1, p. 1-16, jun, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 17/06/18.

FEITOZA, J. M. R. **Extensão Rural no Amazonas: concepções pedagógicas no planejamento do IDAM-AM**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/9907/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/07/18.

FERRARINI, P. P. F. L.; MAGALHÃES, L. D. R. Memória social, educação e socialização de gênero: marcos a partir de um grupo de mulheres rurais. **Revista HISTEDBR [online]**, Campinas, v. 14, n. 57, p. 51-74, 2014. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640403>. Acesso em: 20/10/2018.

FONSECA, C. W. A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar. **Política e Trabalho**, v. 43, p. 35-55, jan. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho>. Acesso em: 21/07/2018.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FRAXE, T. J. P.; CASTRO, A. P. de; SANTIAGO, J. L.; WITKOSKI A. C. Extensão rural e desenvolvimento sustentável no Amazonas. In: FRAXE, T. J. P.; MEDEIROS, C. M. (Orgs.). **Agroecologia, extensão rural e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, p. 21-42, 2008.

FRAXE, T. J. S.; SILVA, S. C. P.; MIGUEZ, S. F.; WITKOSKI, A. C.; CASTRO, A. P. Os povos amazônicos – identidades e práticas culturais. In: PEREIRA, H. S. **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: EDUA, 2009. p.23-53

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação? O mundo, hoje**. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. (8. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FROMM, E.; MACCOBY, M. Sociopsicoanálisis del campesino mexicano: estudio de la economía y la psicología de una comunidad rural. México: FCE, 1973.

GOLDWASSER, M. J. Estudo de comunidade: teoria ou método? **Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n.1, Fortaleza, UFCE, 1974.

GOLDWASSER, M. J. Estudo de comunidade: teoria ou método? **Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n.1, Fortaleza, UFCE, 1974. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf>. Acesso em: 07/07/2018.

GOMES, J. A. **O canal como realidade e metáfora, leitura estratégia do trabalho penoso e da dignidade no trabalho dos canavieiros de Cosmópolis**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-08092010-124142/.../gomes_do.pdf Acesso em: 18/07/18.

GOMES-MACIAZEKI, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONLI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: Um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00115.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

GOMES-MACIAZEKI, R. C.; NOGUEIRA, C.; VAZQUEZ, C. L.; TONELI, M. J. Participação política e subjetividade – Narrativas de vida trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 148-158, ISSN 19808623, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/21993/pdf_31>. Acesso em: 20/10/2018.

HEYMAN, S. R. Toward the development of Rural Community Psychology. **American Journal of Community Psychology**, n.14, v. 5, p. 453-456, 1986. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2FBF00935352.pdf>> Acesso em: 17/05/2019.

HIRDES, A.; SCARPARO, H. B. K. O labirinto e o Minotauro: saúde mental na atenção primária à saúde. **Ciência e saúde coletiva**, v. 20, n. 2, p. 383-393, jan. 2015. Disponível em: <<http://doaj.org/article/c207854c1dbf8ecb9ce3>>. Acesso em: 21/07/18

IANNELLI, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. Reintegração familiar de crianças e

adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 39-59, jan. 2015. Disponível em: <<http://link.galegroup.com/apps/docA399412349/AONE?u=capes&>>. Acesso em: 21/07/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 07/07/2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). **Nossa história**. Amazonas, 2017. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/o-idam/quem-somos>>. Acesso em: 02/12/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECOLÓGICAS (IPÊ). **Sobre o IPÊ**. Disponível em: <<https://www.ipe.org.br/ipe>>. Acesso em 08/10/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Institucional. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 17/10/2019.

LANDINI, F. et al. **Informe de questionário e escala de crenças sobre extensão e inovação rural BRASIL**. Manaus: S.n, 2019. 16 p.

LANDINI F. Problemas de la extensión rural en América Latina desde el punto de vista de los extensionistas. **Perfiles Latinoamericanos**, v. 24, n. 47, p. 47-68, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/perlat/v24n47/v24n47a3.pdf>. Acesso em: 11/07/18.

LANDINI F. Rol esperado de los psicólogos en la extensión rural en el noreste argentino. **Corpoica Ciencia e Tecnologia Agropecuaria**, v. 18, n. 2, p. 233-245, 2017. Disponível em: <http://revista.corpoica.org.co/index.php/revista/article/view/630/448>. Acesso em: 12/07/18.

LANDINI F.; BERAMENDI M. " Construction and validation of a psychometric scale to assess extension agents' beliefs about extension and innovation. " **journal of agricultural education and extension**, V. 25, N. 5 P. 381-399, ISSN: 1750-8622. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1389224X.2019.1643748>>. Acesso em: 14/10/2019.

LANDINI F.; LEEUWIS C.; LONG N.; MURTAGH S. Towards a psychology of rural development processes and interventions. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 24, n. 6, p. 534-546, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/casp.2187>. Acesso em: 05/06/18.

LANDINI, F. (Coord.). **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2015b.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371-377, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/2014nahead/0103-8478-cr-00-00-cr20140598.pdf>>. Acesso em: 06/06/2018.

LANDINI, F.; BENÍTEZ, M.; MURTAGH, S. Revisión de los trabajos realizados por la psicología sobre pequeños productores agropecuarios. **Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología**, v. 17, n. 1, p. 221-229, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/anuinv/v17/v17a21.pdf>>. Acesso em: 15/07/18.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Apresentação. In: A formação em psicologia para atuação em contextos rurais (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, p. 17-25, 2013.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. B.; SILVA, J. P. S. M.; SOUSA, A. P. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do nordeste brasileiro: Uma revisão sistemática. **Avances em Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 2, p. 301-316, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v35n2/1794-4724-apl-35-02-00301.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

LELIS, D.; COELHO, F.; DIAS, M. A necessidade das intervenções: Extensão rural como serviço ou como direito? **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a06v13n1.pdf>>. Acesso em: 06/07/18.

LIMA, M. L; CORREIA, I. Atitude, medida, estrutura e funções. In: VALA, J; BENEDICTA, M. (Orgs.). **Psicologia Social**. (9. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 201-243.

LIMA, P. O elo perdido, em três movimentos: o (não-) lugar da sociedade civil em Tavares Bastos, Oliveira Viana e Rymundo Faoro. **Mediações**, v. 19, n. 2, p. 205-225, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revista/uel/index.php/mediacoes>>. Acesso em: 21/07/2018.

LINS, C. F. M.; ALCHIRERI, J. C.; ARAUJO NETO, J. L.; MELO, F. A. F. Desenvolvimento de instrumentais para avaliação de estratégia saúde da família em Natal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 2, p. 219-228, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revista/prc/iaboutj.htm>>. Acesso em: 21/07/2018.

LISITA, F. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Corumbá: EMBRAPA, Pantanal, 2005. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>> Acesso em: 15.06.2018.

LOPES, E.; FERREIRA, C.; FRIEDRICH, D. Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 8, n. 1, 2018, p. 262-287. Disponível em: <<https://doi.org/10.26864/PCS.v8.n1.12>>. Acesso em: 21/04/2019.

MACEDO, J. P.; DIMENTEIN, M.; SOUSA, A. P.; CARVALHO, D. M; MAGALHÃES, M. A.; SOUSA F. M. S. Novos cenários de formação em psicologia no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32, n. 2, p. 321-332, ISSN 17944724, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242014000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/10/2018.

MACEDO, R. M. Trabalhadoras e consumidoras: transformação do emprego doméstico na sociedade brasileira. **Política e trabalho**, v. 42, p. 27-36, abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho>>. Acesso em: 21/07/2018.

MARCOLINO, M. S.; ALKMIM, M. B.; ASSIS, T. G. P.; SOIUSA, L. A. P.; RIBEIRO, A. L. P. Teleconsultorias no apoio a atenção primária a saúde em municípios remotos no estado de Minas Gerais. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 35, n. 5, p. 345-253, maio. 2014. Disponível em:

<<http://link.galegroup.com/apps/docA399412349/AONE?u=capex&sid=AONE&xid=61b093a7>>. Acesso em: 21/07/2018.

MASSOLA, G. M.; SILVA JUNIOR, J. B. A. Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e182046. Epub 04 de abril, 2019. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31182046>>. Acesso em: 12/04/2019.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A.; Participação em cooperativas de assentamentos rurais: Estudo sobre os sentidos do trabalho. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 20, n. 4, p. 529-541, Out-Dez, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.25776>>. Acesso em: 20/10/2018.

MONTEIRO, R. C. Prologuistas do Mercosul. In: R. THORNTON, R.;G. CIMADEVILLA (Org.). *La Extension Rural en Debate: Concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2003. p. 30-32.

MURTAGH S, LANDINI F. Producción científica de la psicología vinculada a pequeños productores agropecuarios con énfasis en el ámbito del desarrollo rural. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 45. n. 2, p. 293-304, 2011. Disponível em: <<https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/159/137>>. Acesso em: 17/07/18.

NÓBREGA, J. S. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “grupo coletivo 14 de agosto”, em Rondônia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-31032014-122418/pt-br.php>>. Acesso em: 16/07/18.

NÚCLEO DE SOCIOECONOMIA. **Quem somos**. Disponível em:<<http://www.nusec.ufam.edu.br/quem-somos/apresentacao>>. Acesso em: 09/05/2018.

OLIVEIRA. G. **Qual a diferença entre Técnico e Tecnólogo? 2018**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/qual-a-diferenca-entre-tecnico-e-tecnologo>>. Acesso em: 10/10/2019.

O QUE É A AMAZÔNIA LEGAL. Dicionário Ambiental. ((o)eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>> Acesso em: 07/07/2018.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/136891>>. Acesso em: 05/06/18.

PINHEIRO, C. F. Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974). Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em:<<file:///D:/Doutorado%20antrop/2%20etapa/Rev%20CAPES/teses%20e%20disserta%C3>

[%A7oes/Estado%20extensao%20rural%20e%20economia%20domestica%202016.pdf>](#)

Acesso em 22/10/2018.

PINHO, E. C. S. N.; KILIMNIK, Z. M.; ANDRADE, D. F. A influência da estrutura matricial no comprometimento com a carreira em comparação com a estrutura tradicional: um estudo de caso na EMATER-MG. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 2, p. 223-239, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revista/regeusp.com.br.htm>>. Acesso em: 21/07/2018.

PIZZINATO, A.; HAMANN, C. MARACCI-CARDOSO, J. G.; CEZAR, M. M. Jovens mulheres do âmbito rural: Gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 473-483, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00473.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

PIZZINATO, A.; HAMANN, C.; MACHADO, R. de O.; STREY, M. N. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. **Fractal, Revista Psicologia [online]**, vol. 27, n. 3, p. 247-255, ISSN 1984-0292, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1484>>. Acesso em: 20/10/2018.

PORTO, M. S. G. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 30, n. 1, p. 19-37, jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6992&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Plano Plurianual 2014 -2017**. Disponível em: <<https://parintins.am.gov.br/planejamento/12.pdf>>. Acesso em 10/11/2019.

ROCHA, F. E. C.; TROCCOLI, B. T.; ABUQUERQUE, F. J. B. Desenvolvimento de modelo de avaliação de programa de incentivo a agricultura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 83-92, jan. 2011. Disponível em: <http://http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_serial&pid=0102-3772&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/07/2018.

SALVARO, G. I. J. Uma trajetória revisitada: o pioneirismo de Maria Ignez Paulino nos estudos sobre mulheres rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 02, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n2/1806-9584-ref-26-02-e50188.pdf>>. Acesso em: 19/10/2018.

SALVARO, G. I. J.; QUADROS, S. M.; ESTEVAM, D. O. Projetos profissionais de estudantes de um curso técnico em agropecuária. **Psicologia Social [online]**, vol. 28, n. 2, p. 309-319. ISSN 0102-7182, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p309>>. Acesso em: 20/10/2018.

SCOTT, P.; NASCIMENTO, F. S.; CORDEIRO, R.; NANES, G. Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Femininos [online]**, vol. 24, n. 3, p. 851-870, ISSN 0104-026X, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p851>>. Acesso em: 20/10/2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL (SEPROR). **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.sepror.am.gov.br/quem-somos/>>. Acesso em: 18/10/2019.

SENADO FEDERAL. **Senado aprova criação da ANATER**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/19/senado-aprova-a-criacao-da-anater>>. Acesso em: 18/10/2019.

SILVA, A. P.; TASSARA, E. T. O. Sistemas Agroflorestais: Ressignificação de vivências em assentamento rural periurbano. **Psico**. Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 328-339, Jul-Set, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/17347/pdf_3>. Acesso em: 20/10/2018.

SILVA, F. As quatro faces de Oliveira Vianna. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 14, n. 30, p. 132-159, maio. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica>>. Acesso em: 21/07/2018.

SILVA, K. B.; MACEDO, J. P. Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 146-154, Jul-Dez, ISSN 2179-1740, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886/30938>>. Acesso em: 20/10/2018.

SILVA, M. S.; BARROS, V. A. de. Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 440-448, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/10/2018.

SILVA, R. M. A.; BEZERRA, V. M.; Medeiros, D. S. Experimentação de tabaco e fatores associados entre adolescentes da zona rural de Vitória da Conquista, BA, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.431-441, fev. 2019. Fap UNIFESP (SciELO). <<https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.02962017>>

SILVA, S. da; TORELLY, M. (Orgs). **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas**. Brasília: Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/diagnostico-e-avaliacao-da-migracao-indigena-da-venezuela-para-manaus-amazonas>>. Acesso em: 24/06/18.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 01, p. 102-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102>. Acesso em: 19/10/2018.

SOUZA, S. B. **Extensão rural e juventude: a experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6526/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20/10/2018.

SULLIVAN, G. M.; ARTINO A. R. Analyzing and Interpreting Data from Likert-Type Scales.

Journal of Graduate Medical Education, v. 5, n. 4, p. 541–542, doi.org/10.4300/JGME-5-4-18, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.4300/JGME-5-4-18>>. Acesso em: 14/10/2019.

STERNBERG, H. O. **A água e o Homem na Várzea do Careiro**. (2. ed.) Emílio Goeldi (Ed). Belém: Museu Paraense, 1998.

TIMM, J.; PADILHA, D. C.; ARAGÃO, M. C.; STOBBAUS, C. D. Educação, saúde e trabalho: o programa primeiro infância melhor - PIM em São Lourenço do Sul/RS. **Política e Trabalho**, Rio Grande do Sul, v. 48, n. 48, p. 01-19, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho>>. Acesso em: 21/07/2018.

VANDENBOS, G. R.; WINKLER, J. M. Análise do status de periódicos e pesquisa em psicologia na América Latina. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 28, p. 82-94, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revista/prc/iaboutj.htm>>. Acesso em: 21/07/2018.

VIEBRANTZ, K. P. M. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Revista Grifos**, n. 25, p. 127-145, 2008. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/660/423>>. Acesso em: 12/06/18.

WANDELLI, E.; NEVES, A.; MENEZES, M.; SEMEGHINI, M.; UGUEN, K.; ONO, M. A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) em transformar os laboriosos procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de orgânicos em mobilização social promotora da agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, p. 11-17.2016. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19107>>. Acesso em: 09/05/2018.

XIMENES, V. M. MOURA, J. F. J.; SILVA, L. B.; SARRIERA, J. C. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos Psicologia [online]**, v. 21, n. 2, p. 146-156, Abr-Jun, ISSN 167784669, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n2/1413-294X-epsic-21-02-0146.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

YANDRA, R. N. B. A afetividade do agente comunitário de saúde no território: um estudo com mapas afetivos. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 813-823, mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi-org.ez2.periodicos.capes.gov.br/10.1590/1413-8123018233.00292016>>. Acesso em: 21/07/2018.

Apêndice I– Termo de Anuência IDAM

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)

Termo de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL POR EXTENSIONISTAS DE MANAUS”. Um estudo psicossocial sobre as concepções de extensão rural que guiam as práticas de trabalho dos extensionistas de Manaus, sob a orientação do Prof. Dr. MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE e responsabilidade da mestrandia pesquisadora DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS do programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM, o qual tem o apoio e autorização desta instituição.

Manaus-AM, 25 de Maio de 2018.

Luiz Carlos do Herval Filho Luiz Carlos do Herval Filho
Diretor Diretor Presidente do IDAM
Dec. de 08/01/2018

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)

Apêndice II– Termo de Anuência NUSEC

Núcleo de Socioeconomia (NUSEC)

Termo de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL POR EXTENSIONISTAS DE MANAUS". Um estudo psicossocial sobre as concepções de extensão rural que guiam as práticas de trabalho dos extensionistas de Manaus, sob a orientação do Prof. Dr. MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE e responsabilidade da mestranda pesquisadora DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS do programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM, o qual tem o apoio e autorização desta instituição.

Manaus-AM, 18 de Maio de 2018.

A handwritten signature in blue ink that reads "Jozane Lima Santiago".

Jozane Lima Santiago

Núcleo de Socioeconomia (NUSEC)

Apêndice III– Termo de Anuência REMA

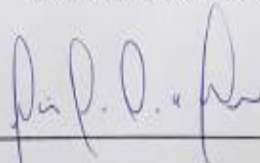


Rede Maniva de Agroecologia (REMA)

Termo de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL POR EXTENSIONISTAS DE MANAUS". Um estudo psicossocial sobre as concepções de extensão rural que guiam as práticas de trabalho dos extensionistas de Manaus, sob a orientação do Prof. Dr. MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE e responsabilidade da mestranda pesquisadora DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS do programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAPSI/UFAM, o qual tem o apoio e autorização desta instituição.

Manaus-AM, 22 de Maio de 2018.



Marcio Arthur Oliveira de Menezes

Coordenador

Rede Maniva de Agroecologia (REMA)

ApêndiceIV– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa “Concepções de Extensão Rural por extensionistas de Manaus”, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare e responsabilidade da mestrandia Dayana Kellen Onofre dos Santos, estudante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Psicologia, localizado na Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroadó, CEP 69077-000, Manaus, fone (92) 3305-1181, ramal 2583, e e-mail: dayanakellenonofre@gmail.com; mgacalegare@ufam.com.br. A pesquisa tem como objetivo investigar as concepções de extensão rural pelos próprios extensionistas rurais de Manaus. Sua participação é voluntária e consiste em responder um questionário online que será enviado por e-mail e poderá ser respondido de acordo com sua conveniência. Sua visão nos auxiliará nos estudos do comportamento psicossocial e na compreensão de como tem sido empregado essa concepção no cotidiano do trabalho rural. Os riscos de participação são mínimos, resumindo-se à possibilidade de algum constrangimento ou desconforto diante de alguma pergunta. Porém havendo qualquer indício desses, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados, e oferecida assistência psicológica gratuita ou por encaminhamento ao Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), da Faculdade de Psicologia/UFAM, estabelecido no endereço acima citado, aos cuidados da psicóloga Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas, responsável pelo serviço.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometam o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e danos. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar, estará contribuindo diretamente para o desenvolvimento de estudos como a dissertação e artigos científicos que dela emergirem, e também contribuir na compreensão do que está subjacente nas práticas de extensão rural que embarçam as ações realizada por este grupo, a fim de promover melhorias no cotidiano de trabalho entre extensionistas e produtores rurais. Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr. (a) poderá entrar em contato com Dayana Kellen Onofre dos Santos no endereço acima

citado, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181 ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com.

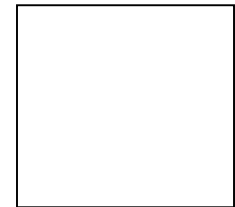
Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do Participante

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador



IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPICA

Apêndice V– Questionário

QUESTIONÁRIO SOBRE EXTENSÃO RURAL E ACESSORAMENTO TÉCNICO A PRODUTORES [PARTE COMUM PARA EXTENSIONISTAS E ASSESSORES]

O convidamos a colaborar com uma investigação na qual se estuda a opinião de extensionistas rurais e assessores de produtores em diferentes países. O estudo é realizado por pesquisadores do CONICET, a Universidad de la Cuenca del Plata (Argentina) e a Universidade Federal do Amazonas, e conta com o apoio internacional de GFRAS (Foro Global para os Serviços de Assessoria Rural).

Ao completar este questionário tenha em consideração que não há respostas corretas ou incorretas e que o importante é a sua opinião. Por isso agradecemos-lhe que não recorra a livros, internet ou a colegas para responder, porque dessa maneira não teríamos a sua opinião, mas as de outras pessoas, e realmente nos interessa a sua. Leve em conta que é muito importante que leia com atenção as sentenças no momento de responder. Na nossa experiência, os participantes completam o questionário entre 30 ou 40 minutos aproximadamente.

Diante qualquer dúvida pode contatar-se com o Dr. Fernando Landini, diretor do projeto de pesquisa, no e-mail: landini_fer@hotmail.com

Muito obrigado pela sua ajuda, sua resposta é realmente importante para nós.

No caso de que tenha interesse de receber os resultados quando finalizarmos o estudo, no final do questionário dar-lhe-emos a oportunidade de informar o seu e-mail.

Antes de iniciar o questionário, precisamos saber se está de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido: *“Eu li e compreendi a descrição que encontra-se em cima a respeito do questionário que vou responder, pelo qual aceito participar e colaborar. Entendo que as informações que declare serão confidenciais em todo momento, e que ninguém (além dos pesquisadores do projeto) terá conhecimento das minhas respostas pessoais. Dou também autorização para que se publique os resultados que derivaram das minhas respostas, sabendo que nelas se preservará sempre o anonimato dos participantes. Estou informado/a de que sou livre para retirar-me em qualquer momento da pesquisa antes de completar e enviar o questionário”.*

Marque com um (x):

ACEITO

NÃO ACEITO

1. PERGUNTAS INTRODUTÓRIAS

1.1. Sexo: Feminino / Masculino / Outro

1.2. Idade (em anos):

1.3. Nível Máximo de Educação alcançada (completo, com tese aprovada, se aplicável):
Fundamental / Médio / Técnico (não universitário) / Superior / Mestrado / Doutorado

1.4. Título universitário de grau obtido (com tese aprovada, se aplicável): Nenhum/ Eng. Agrônomo / Veterinário / Eng. Florestal / Zootecnologista / Outro: qual?

1.5. Trabalha atualmente como assessor técnico ou como extensionista rural? Sim - Não

1.6. Em que tipo de instituição ou organização trabalha atualmente realizando tarefas de assessoramento técnico ou extensão rural? (Se são várias, responda pensando naquela em que trabalha a mais tempo) [Só devem responder aqueles que trabalham atualmente como extensionistas ou assessores]

- Pública (excluindo universidades)
- Organização ou associação de produtores
- Organização não governamental (ONG)
- Privada (com fins lucrativos)
- Universidade (pública ou privada)
- Assessor ou consultor independente
- Outra

1.7. Qual é o nome da instituição ou empresa na qual trabalha atualmente como extensionista ou assessor técnico? (Se são várias, responda pensando naquela em que trabalha há mais tempos) [somente devem responder aqueles que trabalham atualmente como extensionistas ou assessores]:

1.8. Há quantos anos trabalha como extensionista ou assessor técnico? (Se trabalhou de forma descontínua, some os distintos períodos trabalhados): (Exibir números a partir de 0)

1.9. Em que estado você desempenha atualmente suas atividades profissionais (em caso de serem várias, indique aquele no qual trabalha há mais tempo?) (Exibir lista de estados)

1.10. Mesmo que o conceito de “assessor” não é o mesmo que o de “extensionista rural”, neste questionário os utilizamos de maneira intercalável para referirmo-nos aqueles que realizam acompanhamento, assessoramento ou apoio produtivo, comercial ou organizacional aos produtores agropecuários. Ao completar o questionário, como prefere ser identificado (a), como “assessor” ou como “extensionista”?

- Assessor (a)
- Extensionista

2. ITENS DA ESCALA [EXTENSIONISTA]

A seguir, apresenta-se uma lista de afirmações relacionadas à extensão rural e assessoramento técnico a produtores. Pedimos-lhe que avalie o seu grau de concordância ou discordância com cada uma delas a partir da seguinte escala:

1	2	3	4	5
Discordo	Discordo	Não concordo	Concordo	Concordo

totalmente		nem discordo		totalmente
-------------------	--	---------------------	--	-------------------

Lembre-se de que este é um questionário de opinião, não de conhecimento, por isso não existem respostas corretas ou incorretas. Por último, informamos que, mesmo que algumas afirmações possam parecer semelhantes, são todas diferentes, agradecemos então que responda todas elas.

1-D. As demandas e expectativas dos produtores devem ser o ponto de partida de todo trabalho de extensão	1	2	3	4	5
2-A. A transferência de tecnologias é a tarefa principal da extensão rural	1	2	3	4	5
3 -E. Auto avaliar regularmente o nosso trabalho, é uma maneira de melhorar a cada dia.	1	2	3	4	5
4-D. Ninguém melhor que o produtor para dizer se uma ação, projeto ou programa de extensão obteve bons resultados.	1	2	3	4	5
5-E. Perguntar aos produtores ou aos nossos pares como fazemos nosso trabalho nos tira tempo para fazer o que temos que fazer.	1	2	3	4	5
6-A. O conhecimento das universidades e dos institutos de pesquisa oferece as melhores respostas para os problemas produtivos cotidianos	1	2	3	4	5
7-B. Para alcançar seus objetivos, os extensionistas devem trabalhar de maneira coordenada com os atores e instituições que estão em seu território	1	2	3	4	5
8-E. Refletir junto com os colegas sobre os problemas do trabalho diário, é perder o foco da nossa tarefa.	1	2	3	4	5
9-D. Os produtores devem ser parte fundamental de toda equipe, grupo ou comissão que venha desenvolver projetos ou programas de extensão rural.	1	2	3	4	5
10-B. As inovações mais importantes surgem da experiência combinada de diferentes atores (produtores, extensionistas, pesquisadores, etc.)	1	2	3	4	5
11-D. Os serviços de extensão que partem do que os produtores demandam alcançam os melhores resultados.	1	2	3	4	5
12-B. Um bom extensionista deve pensar em seus produtores, mas também no conjunto de atores e instituições de seu território	1	2	3	4	5
13-E. Poucas vezes me ponho a avaliar criticamente o trabalho que eu faço como extensionista.	1	2	3	4	5
14-B. Para abordar problemas produtivos, extensionistas e agricultores devem cooperar para buscar soluções	1	2	3	4	5
15-E. Reflexão e autocrítica construtiva são excelentes estratégias para nos aperfeiçoarmos naquilo que fazemos	1	2	3	4	5
16-B. A busca da cooperação e coordenação interinstitucional é fundamental no trabalho de extensão rural	1	2	3	4	5
17-C. Se mudassem de atitude e fossem mais ativos, muitos produtores estariam melhor.	1	2	3	4	5
18-E. Sermos críticos com o que fazemos reflete insegurança	1	2	3	4	5
19-C. Muitos produtores costumam ter atitudes passivas ou assistencialistas.	1	2	3	4	5
20-E. Prestar atenção demais às opiniões dos produtores as vezes faz perder tempo valioso	1	2	3	4	5
21-A. Os extensionistas trabalham para que os produtores adotem novas tecnologias	1	2	3	4	5
22-B. A coordenação e a comunicação entre diferentes atores têm um papel central nos processos de inovação.	1	2	3	4	5
23-C. Os conhecimentos tradicionais que as vezes trazem os produtores tornam mais difícil que aprendam coisas novas	1	2	3	4	5
24-E Pensar sobre o nosso trabalho raramente leva a melhorias concretas no que fazemos todos os dias.	1	2	3	4	5
25-C. Muitos produtores estão estagnados porque poucas vezes se comprometem com as mudanças que têm que fazer para avançar	1	2	3	4	5
26-E. Pensar de mais se um deu ou não uma boa recomendação é uma perda de tempo	1	2	3	4	5
27-E. Repensar o trabalho que fazemos como extensionistas é pouco útil para	1	2	3	4	5

atingir nossos objetivos.					
28-A. Para serem inovadores, os produtores devem adotar novas tecnologias desenvolvidas por especialistas	1	2	3	4	5
29-A. O papel dos pesquisadores é gerar inovações, e o dos produtores adotá-las	1	2	3	4	5
30-B. A interação e o diálogo são a chave da aprendizagem em qualquer capacitação de produtores	1	2	3	4	5
31-C. Há muitos produtores que lhes falta vontade de progredir.	1	2	3	4	5
32-A. A pesquisa e os avanços científicos constituem o componente central de todo processo de inovação.	1	2	3	4	5

3. PERGUNTAS FINAIS

1.1. Ordene as seguintes opções da que mais prefere até a que menos prefere no seu trabalho como extensionista. Use o número 1 para indicar a que mais prefere, 2 para a seguinte e assim até o número 4. Leve em consideração que não pode repetir o mesmo número duas vezes.

	Número assinalado
<i>Trabalho com produtores individuais (ou produtores individuais e suas famílias)</i>	
<i>Trabalho com grupos ou organizações de produtores</i>	
<i>Trabalho de articulação ou coordenação interinstitucional ou entre atores.</i>	
<i>Trabalho com meios de comunicação de massa (difusão de técnicas produtivas ou informação através de meios como rádio, telefone celular, internet, redes sociais, televisão ou outros semelhantes). Não se considera esta opção quando o uso de telefone, rádio ou internet é para se comunicar com produtores individuais, grupos ou organizações com as quais se trabalha de maneira pessoal.</i>	

1.2. Ordene as seguintes opções, da que mais utiliza até a que menos utiliza em seu trabalho como extensionista. Use o número 1 para indicar a que mais utiliza, 2 para a seguinte e assim sucessivamente, até aquela que menos utiliza. Se há uma opção que não utiliza em absoluto, assinale com o número 0. Leve em consideração de que não se pode repetir o mesmo número duas vezes, exceto o número 0.

	Número assinalado
<i>Trabalho com produtores individuais (ou produtores individuais e suas famílias).</i>	
<i>Trabalho com grupos ou organizações de produtores.</i>	
<i>Trabalho de articulação ou coordenação interinstitucional ou entre atores.</i>	
<i>Trabalho com meios de comunicação de massa (difusão de técnicas produtivas ou informação através de meios como rádio, telefone celular, internet, redes sociais, televisão ou outros semelhantes). Não se considera esta</i>	

opção quando o uso de telefone, rádio ou internet é para se comunicar com produtores individuais, grupos ou organizações com as quais se trabalha de maneira pessoal.	
---	--

2. A seguir apresentamos três frases. Por favor, ordene-as de acordo com aquela à qual se sente mais identificado a nível pessoal até aquela com a qual se sente menos identificado. Use o número 1 para indicar aquela que mais se identifica, 2 para a seguinte e 3 com a que menos se identifica. Leve em consideração que perguntamos a sua opinião pessoal, não a da instituição ou da empresa em qual trabalha.

	Número Assinalado
O extensionista rural é um trabalhador ou um profissional que ajuda a melhorar as práticas produtivas, comerciais ou organizativas dos produtores.	
O extensionista rural ajuda aos produtores a aumentar seu bem-estar e a melhorar sua qualidade de vida.	
O extensionista rural apoia aos produtores para que possam superar situações de injustiça e opressão.	

3. Marque na seguinte lista os 3 objetivos mais importantes do trabalho de extensão rural, segundo seu ponto de vista. Leve em consideração que perguntamos os objetivos mais importantes para você, os quais podem ser diferentes dos da sua instituição ou da empresa para a qual trabalha.

- Modernização produtiva para o aumento da produtividade e da rentabilidade.	
- Melhorar a qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos.	
- Integração dos produtores em cadeias comerciais e apoio à comercialização em mercados convencionais.	
- Desenvolvimento da capacidade empreendedora e empresarial.	
- Criação e fortalecimento de organizações de produtores.	
- Fortalecimento das estratégias produtivas e dos meios de vida dos agricultores através do financiamento de pequenos projetos produtivos.	
- Proteção e gestão dos recursos naturais.	
- Aumento dos conhecimentos produtivos e comerciais dos agricultores através de capacitações.	
- Resolução de problemas produtivos ou comerciais colocados pelos produtores a partir de assessoramento pontual.	
- Entrega de informação sobre preços ou clima para a tomada de decisões.	

4.1. A seguir se apresentam dois enfoques produtivos contrapostos: a agroecologia e a agricultura convencional moderna. Indique na seguinte escala qual enfoque caracteriza a instituição ou empresa na qual trabalha (se trabalha em várias, responda pensando naquela em que trabalha mais tempo). Se a opção é “Agroecologia” marque 1, se é uma posição intermediária marque 3 e se é “Agricultura convencional moderna” marque 5. Também pode usar os números 2 e 4 para mostrar maior proximidade a algum dos polos.

Agroecologia				Agricultura convencional moderna
1	2	3	4	5

4.2. Utilizando o mesmo procedimento, agora indique o enfoque produtivo com o qual se sente mais identificado(a) a nível pessoal.

Agroecologia				Agricultura convencional moderna
1	2	3	4	5

5. Se deseja receber os resultados finais da pesquisa, pedimos um e-mail para que possamos fazê-lo no futuro (leve em consideração que os resultados finais poderão demorar mais de um ano). Se você não está interessado, por favor não escreva seu e-mail:

2. ITENS DA ESCALA [ASSESSOR TÉCNICO]

A seguir, apresenta-se uma lista de afirmações relacionada à extensão rural e assessoramento técnico a produtores. Pedimos-lhe que avalie o seu grau de concordância ou discordância com cada uma delas a partir da seguinte escala:

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

Lembre-se que este é um questionário de opinião, não de conhecimento, por isso não existem respostas corretas ou incorretas. Por último, informamos que, mesmo que algumas afirmações possam parecer semelhantes, são todas diferentes, agradecemos então que responda todas elas. Agradecemos que responda todas elas.

1-D. As demandas e expectativas dos produtores devem ser o ponto de partida de todo trabalho de assessoramento.	1	2	3	4	5
2-A. A transferência de tecnologias é a tarefa principal do assessoramento técnico.	1	2	3	4	5
3- E. Auto avaliar regularmente o nosso trabalho, é uma maneira de melhorar a cada dia.	1	2	3	4	5
4-D. Ninguém melhor que o produtor para dizer se uma ação, projeto ou programa de assessoramento técnico obteve bons resultados.	1	2	3	4	5
5-E. Perguntar aos produtores ou aos nossos pares como fazemos nosso trabalho nos tira tempo para fazer o que temos que fazer.	1	2	3	4	5
6-A. O conhecimento das universidades e dos institutos de pesquisa oferece as melhores respostas para os problemas produtivos cotidianos.	1	2	3	4	5
7-B. Para alcançar seus objetivos, os assessores devem trabalhar de maneira coordenada com os atores e instituições que estão em seu território.	1	2	3	4	5
8-E. Refletir junto com os colegas sobre os problemas do trabalho diário, é perder o foco da nossa tarefa.	1	2	3	4	5
9-D. Os produtores devem ser parte fundamental de toda equipe, grupo ou comissão que venha desenvolver projetos ou programas de assessoramento	1	2	3	4	5

técnico.					
10-B. As inovações mais importantes surgem da experiência combinada de diferentes atores (produtores, assessores, pesquisadores, etc.)	1	2	3	4	5
11-D. Os serviços de assessoramento técnico que partem do que os produtores demandam alcançam os melhores resultados.	1	2	3	4	5
12-B. Um bom assessor técnico deve pensar em seus produtores, mas também no conjunto de atores e instituições de seu território.	1	2	3	4	5
13-E. Poucas vezes me ponho a avaliar criticamente o trabalho que eu faço como assessor.	1	2	3	4	5
14-B. Para abordar os problemas produtivos, assessores e agricultores devem cooperar para buscar soluções.	1	2	3	4	5
15-E. Reflexão e autocrítica construtiva são excelentes estratégias para nos aperfeiçoarmos naquilo que fazemos	1	2	3	4	5
16-B. A busca de cooperação e coordenação interinstitucional é fundamental no trabalho de assessoramento técnico.	1	2	3	4	5
17-C. Se mudassem de atitude e fossem mais ativos, muitos produtores estariam melhor.	1	2	3	4	5
18-E. Sermos críticos com o que fazemos reflete insegurança.	1	2	3	4	5
19-C. Muitos produtores costumam ter atitudes passivas ou assistencialistas.	1	2	3	4	5
20-E. Prestar atenção demais às opiniões dos produtores as vezes faz perder tempo valioso.	1	2	3	4	5
21-A. Os assessores trabalham para que os produtores adotem novas tecnologias.	1	2	3	4	5
22-B. A coordenação e a comunicação entre diferentes atores têm um papel central nos processos de inovação.	1	2	3	4	5
23-C. Os conhecimentos tradicionais que as vezes trazem os produtores tornam mais difícil que aprendam coisas novas.	1	2	3	4	5
24-E. Pensar sobre o nosso trabalho raramente leva a melhorias concretas no que fazemos todos os dias.	1	2	3	4	5
25-C. Muitos produtores estão estagnados porque poucas vezes se comprometem com as mudanças que têm que fazer para avançar.	1	2	3	4	5
26-E. Pensar de mais se um deu ou não uma boa recomendação é uma perda de tempo.	1	2	3	4	5
27-A. Para ser inovadores, os produtores devem adotar novas tecnologias desenvolvidas por especialistas.	1	2	3	4	5
28-E. Repensar o trabalho que fazemos como assessores é pouco útil para atingir nossos objetivos.	1	2	3	4	5
29-A. O papel dos pesquisadores é gerar inovações, e o dos produtores é adotá-las.	1	2	3	4	5
30-B. A interação e o diálogo são a chave da aprendizagem em qualquer capacitação de produtores.	1	2	3	4	5
31-C. Há muitos produtores que lhes falta vontade de progredir.	1	2	3	4	5
32-A. A pesquisa e os avanços científicos constituem o componente central de todo processo de inovação.	1	2	3	4	5

3. PERGUNTAS FINAIS

- 1.1. Ordene as seguintes opções da que mais prefere até a que menos prefere no seu trabalho como assessor técnico. Use o número 1 para indicar a que mais prefere, 2 para a seguinte e assim até o número 4. Leve em consideração que não pode repetir o mesmo número duas vezes.

	Número assinalado
<i>Trabalho com produtores individuais (ou produtores individuais e suas famílias)</i>	

<i>Trabalho com grupos ou organizações de produtores</i>	
<i>Trabalho de articulação ou coordenação interinstitucional ou entre atores.</i>	
<i>Trabalho com meios de comunicação de massa</i> (difusão de técnicas produtivas ou informação através de meios como rádio, telefone celular, internet, redes sociais, televisão ou outros semelhantes). Não se considera esta opção quando o uso de telefone, rádio ou internet é para se comunicar com produtores individuais, grupos ou organizações com as quais se trabalha de maneira pessoal.	

1.2. Ordene as seguintes opções, da que mais utiliza até a que menos utiliza em seu trabalho como assessor técnico. Use o número 1 para indicar a que mais utiliza, 2 para a seguinte e assim sucessivamente, até aquela que menos utiliza. Se há uma opção que não utiliza em absoluto, assinale com o número 0. Leve em consideração de que não se pode repetir o mesmo número duas vezes, exceto o número 0.

	Número assinalado
<i>Trabalho com produtores individuais (ou produtores individuais e suas famílias)</i>	
<i>Trabalho com grupos ou organizações de produtores</i>	
<i>Trabalho de articulação ou coordenação interinstitucional ou entre atores.</i>	
<i>Trabalho com meios de comunicação de massa</i> (difusão de técnicas produtivas ou informação através de meios como rádio, telefone celular, internet, redes sociais, televisão ou outros semelhantes). Não se considera esta opção quando o uso de telefone, rádio ou internet é para se comunicar com produtores individuais, grupos ou organizações com as quais se trabalha de maneira pessoal.	

2. A seguir apresentamos três frases. Por favor, ordene-as de acordo com aquela à qual se sente mais identificado a nível pessoal até aquela com a qual se sente menos identificado. Use o número 1 para indicar aquela que mais se identifica, 2 para a seguinte e 3 com a que menos se identifica. Leve em consideração que perguntamos a sua opinião pessoal, não a da instituição ou da empresa em qual trabalha.

	Número assinalado
O assessor técnico é um trabalhador ou um profissional que ajuda a melhorar as práticas produtivas, comerciais ou organizativas dos produtores.	
O assessor técnico ajuda aos produtores a aumentar seu bem-estar e a melhorar a sua qualidade de vida.	
O assessor técnico apoia aos produtores para que possam superar situações de injustiça e opressão.	

3. Marque na seguinte lista os 3 objetivos mais importantes do trabalho de assessoramento técnico, segundo seu ponto de vista. Leve em consideração que perguntamos os objetivos mais

importantes para você, os quais podem ser diferentes dos da sua instituição ou da empresa para a qual trabalha.

- Modernização produtiva para o aumento da produtividade e da rentabilidade.	
- Melhoria da qualidade de vida dos produtores através do acesso a serviços básicos.	
- Integração dos produtores em cadeias comerciais e apoio à comercialização em mercados convencionais.	
- Desenvolvimento da capacidade empreendedora e empresarial	
- Criação e fortalecimento de organizações de produtores.	
- Fortalecimento das estratégias produtivas e dos meios de vida dos agricultores através do financiamento de pequenos projetos produtivos.	
- Proteção e gestão dos recursos naturais.	
- Aumento dos conhecimentos produtivos e comerciais dos agricultores através de capacitações.	
- Resolução de problemas produtivos ou comerciais colocados pelos produtores a partir de assessoramento pontual.	
- Entrega de informação sobre preços ou clima para a tomada de decisões.	

4.1. A seguir se apresentam dois enfoques produtivos contrapostos: a agroecologia e a agricultura convencional moderna. Indique na seguinte escala qual enfoque caracteriza a instituição ou empresa na qual trabalha (se trabalha em várias, responda pensando naquela em que trabalha mais tempo). Se a opção é “Agroecologia” marque 1, se é uma posição intermediária marque 3 e se é “Agricultura convencional moderna” marque 5. Também pode usar os números 2 e 4 para mostrar maior proximidade a algum dos polos.

Agroecologia					Agricultura convencional moderna
	1	2	3	4	5

4.2. Utilizando o mesmo procedimento, agora indique o enfoque produtivo com o qual se sente mais identificado(a) a nível pessoal.

Agroecologia					Agricultura convencional moderna
	1	2	3	4	5

5. Se deseja receber os resultados finais da pesquisa, pedimos um e-mail para que possamos fazê-lo no futuro (leve em consideração que os resultados finais poderão demorar mais de um ano). Se você não está interessado, por favor não escreva seu e-mail:

Anexo I - Parecer CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Concepções de extensão rural por extensionistas de Manaus

Pesquisador: DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92497118.5.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.898.642

Apresentação do Projeto:

O projeto é uma dissertação da pesquisadora Dayana Kellen Onofre dos Santos do mestrado em psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI, UFAM, orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare e coordenador pelo Prof. Dr. Fernando Landini. O estudo busca compreender quais os embaraços há no trabalho de extensionista com os produtores rurais, levando em consideração quais as concepções que os próprios extensionistas tem sobre suas práticas de extensão. O objetivo geral é descrever e compreender as concepções de extensão rural pelos extensionistas, que trabalham em instituição com sede em Manaus. A pesquisa será do tipo quantitativa, onde serão aplicados questionários em amostras predefinidas, para fins estatístico de 60 participantes. Será utilizado o software SPSS para analisar com testes estatísticos dos dados levantados. Espera-se que esta pesquisa contribua com a compreensão das concepções presentes nas práticas dos extensionistas rurais do contexto regional, bem como aponte as contribuições da Psicologia Social (e Psicologia Rural) aos estudos rurais na região amazônica.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Descrever e compreender as concepções de extensão rural dos extensionistas, cujas instituições têm sede na capital amazonense.

Objetivo Secundário:

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM Município: Manaus

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.898.642

- Mapear as instituições (universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais autônomos e ONGs) que realizam extensão rural em Manaus.
- Traduzir questionário do espanhol para o português e aplicá-lo.
- Identificar e discutir as concepções de extensão rural dos extensionistas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores, os riscos e benefícios são:

Riscos:

O projeto foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12, e atenderá as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, os pesquisadores suspenderão a aplicação dos instrumentos de coleta de dados para indicar-lhes o acompanhamento psicológico necessário, visando seu bem-estar. Poderão encaminhá-lo(a) para o Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), da Faculdade de Psicologia-UFAM, estabelecido na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Bloco X, Coroadó, Manaus/AM. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios:

Subsidiar com informações sobre as práticas dos extensionistas em Manaus. Compreender quais são as concepções subjacentes à prática dos extensionistas no contexto da região norte. Gerar bases teórico- práticas para fundamentar outras pesquisas, e estimular o interesse de outros pesquisadores a desenvolver estudos desta temática sob a perspectiva psicossocial no âmbito da região amazônica

Continuação do Parecer: 2.898.642

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: Manaus
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Como benefício direto aos participantes da pesquisa, esperamos evocar em cada indivíduo uma autorreflexão, acerca de sua atuação como extensionistas/assessor técnico. Isso acontece na medida que cada um, ao longo do processo de responder o questionário, cujo objetivo é fazê-los emitir suas opiniões, possa ter suas ideias e concepções próprias evidenciadas, de forma a propiciar reconhecimento de atitudes favoráveis ou não, presentes em sua atuação profissional junto aos produtores rurais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia:

A pesquisa será realizada em Manaus junto às instituições governamentais e não governamentais, universidades e movimentos sociais autônomos que trabalham com extensão rural. Os participantes serão extensionistas rurais e assessores técnicos que trabalham para as instituições, governamental e não governamental, movimentos autônomos e universidades que têm suas sedes em Manaus. Entraremos em contato com as instituições mapeadas e solicitaremos colaboração para obtenção da amostra de participantes. Para fins de análise estatísticas, de acordo com Silveira e Cordova (2009), estimaremos o número de amostra que está dentro do que é considerado suficiente para uma pesquisa quantitativa. Como meta mínima, pretendemos levantar dados com 60 extensionistas, totalizando nesse cálculo todas instituições participantes.

O estudo será do tipo quantitativo. Os dados são coletados com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros, enquanto os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda população alvo da pesquisa. Os instrumentos utilizados serão um questionário com base na tradução (espanhol/português) e aplicação de uma escala psicométrica. Essa escala é do tipo Likert e está estruturada por itens compostos por sentenças, cujo grau de concordância ou discordância das respostas evidenciarão a opinião dos participantes, fornecendo dados que nos permitirá fazer a avaliação das concepções de extensão que orientam as práticas dos extensionistas no campo.

Critério de Inclusão:

Trabalhar como extensionista rural ou assessor técnico. Ter e-mail. Fazer parte de uma instituição cuja a sede é em Manaus.

Critério de Exclusão:

Não ter acesso a internet. Não queiram participar mesmo após o aceite. Os que desistirem antes do fim da pesquisa.

Continuação do Parecer: 2.898.642

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: Manaus
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Cronograma: Presente e adequado. Coleta de dados prevista para outubro/2018. Orçamento: Presente e adequado.

Instrumento de coleta de dados: Presente e adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Presente e adequada. Assinada pela vice-coordenadora do programa. TCLE: Presente e adequado.

Termo de anuência: Presente e adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Folha de Rosto: Adequada. Assinada pela vice-coordenadora do programa de mestrado. TCLE: Presente e adequado.

Termo de Anuência: Presente e adequado. Riscos: Adequados.

Benefícios: Adequados.

Metodologia: Adequada.

Critérios de inclusão: Presentes e adequados. Critérios de exclusão: Presentes e adequados.

Cronograma: Presente e adequado.

Orçamento: Presente e adequado.

Continuação do Parecer: 2.898.642

Instrumento de coleta de dados: Presente e adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora cumpriu as determinações da Res. 466/2012. Dessa forma, sou de parecer favorável à APROVAÇÃO.

É o parecer.

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: Manaus
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM**



Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1138764.pdf	28/08/2018 23:10:29		Aceito
Outros	Questionario_pdf.pdf	28/08/2018 23:04:58	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_DAYANA_pdf.pdf	28/08/2018 23:04:18	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_anuencia_CSPA_pdf.pdf	28/08/2018 23:02:06	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	informacoes_basicas_do_projeto_pdf.pdf	28/08/2018 23:01:36	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_pdf.pdf	28/08/2018 22:59:34	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_pdf.pdf	28/08/2018 22:59:17	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_anuencia_nusec.pdf	28/05/2018 13:13:28	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	28/05/2018 13:08:17	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_coordenador.pdf	28/05/2018 12:50:42	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: Manaus
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.898.642

Folha de Rosto	folha_de_rosto_coordenador.pdf	28/05/2018 12:50:42	SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_anuencia_rema.pdf	28/05/2018 12:50:20	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_anuencia_idam.pdf	28/05/2018 12:50:03	DAYANA KELLEN ONOFRE DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MANAUS, 17 de Setembro de 2018

Assinado por:

Eliana Maria Pereira
da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: Manaus
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com